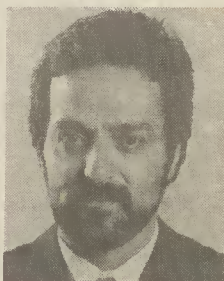


Estabilidade ou sofreguidão de poder

O PS já aderiu à «teoria» do «deixem-nos trabalhar» e está à beira de aderir à teoria da ameaça das «forças de bloqueio», tudo em favor da proclamação de que só o poder concentrado e absoluto permitiria governar o País...



■ Luís Sá

Pág. 14

Ainda as autárquicas

Afastar o PCP das alternativas necessárias e possíveis da sociedade portuguesa seria afastar a única força política que tem projectos e propostas que questionam o modelo de economia capitalista e do pensamento único dominante.

■ Lino de Carvalho

Pág. 15

NACIONAL

Aumento de preços

De forma explícita ou encapotada, as contas da electricidade e do telefone vão subir. As chamadas locais aumentam na prática 47 por cento. Sobem também, entre outros produtos e serviços, as rendas de casa, os selos de correio, o imposto automóvel. Comissão Política do PCP toma posição sobre o assunto.

Págs. 9 e 24

Autonomia e gestão das escolas

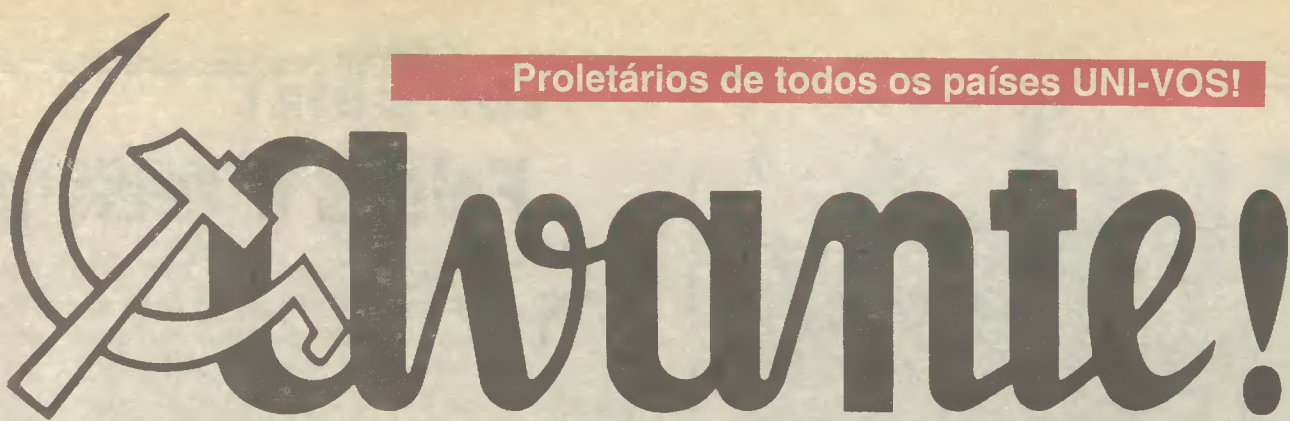
«Os projectos do ME nada adiantam de positivo relativamente ao que já há e ao que já se faz. (...) O que se pretende, de facto, sob o manto diáfano da autonomia, é encerrar o ciclo da gestão democrática» - depoimento de Lurdes Silva sobre as propostas do Ministério da Educação.

Pág. 24

INTERNACIONAL

PCF reclama Dar a palavra ao povo

O Tribunal Constitucional francês considera que o tratado de Amesterdão contém artigos contrários à Constituição francesa, pelo que a sua ratificação implica uma reforma constitucional. O parecer abre caminho para a realização de um referendo sobre a moeda única, como há muito vem reclamando, entre outros, o Partido Comunista Francês.



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 8 de Janeiro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1258 • Director: Carlos Brito

CGTP-IN exige

SALÁRIO MÍNIMO DE 61 CONTOS

Uma exigência da CGTP plenamente justificada perante as acentuadas perdas dos trabalhadores na distribuição de riqueza e num cenário de crescimento económico. Acresce que o salário mínimo, em Portugal, está a distanciar-se do salário médio, de uma forma mais acentuada do que em qualquer outro país da União Europeia.

Págs. Centrais



Agenda 2000

As decisões adiadas

A Agenda 2000 põe em causa o princípio da coesão económica e social, uma vez que serão os países menos desenvolvidos da UE a pagarem a factura do alargamento. Embora o Parlamento Europeu defenda a manutenção da solidariedade financeira com os países da coesão, as decisões sobre a matéria foram uma vez mais adiadas. Pág. 5

EDITORIAL

Falsas e reais perspectivas

É da praxe que o Novo Ano se inicie com mensagens optimistas e votos cheios de perspectivas venturosas. Mas mesmo fazendo um grande desconto a essa atitude cortês, há que reconhecer que António Guterres exagerou enormemente no discurso de Aveiro, dirigido a 300 autarcas socialistas, para constar no País. O primeiro-ministro não se limitou a garantir aos portugueses felizes perspectivas para o Ano Novo, quis convencer-nos que já vivemos nesse estado de felicidade graças à governação PS e à sua sabedoria.

Alguns jornais trataram, por isso mesmo, com incontinência e justa ironia a retórica autista do primeiro-ministro. O «Diário de Notícias» chamou-lhe a retoma da «tese do «oásis», o «Público» qualificou-o como a insistência «no discurso cavaquista do sucesso». Além de tudo o mais, choca a falta de originalidade e o descarado plágio dos chavões mais primários da governação do PSD.

Os portugueses conheciam bem, por exemplo, essa de que «Na Europa, Portugal está na moda». Foi lançada há anos, no auge do cavaquismo, não nos servindo absolutamente de nada para resolver os grandes problemas e nacionais que enfrentávamos e outros que se agravaram na altura, como o desemprego em massa, já então em moda na «Europa». Que nova moda adivinhará agora o primeiro-ministro?!

De nada vale proclamar o «orgulho de sermos portugueses» se logo a seguir se procura embalar e adormecer o País com o canto de sereia dos êxitos governamentais, em vez de alertá-los e mobilizá-los para a realidade de um ano cheio de desafios no plano interno, europeu e internacional.

O primeiro-ministro veio, por exemplo, proclamar mais uma vez que a economia portuguesa tem tido «uma evolução mais favorável do que todos os países da União Europeia», mas omitiu que Portugal continua a disputar com a Grécia o último lugar nesse conjunto de países.

O primeiro-ministro gabou-se, igualmente, de que em Portugal «nem houve necessidade de congelar os salários», como aconteceu em Espanha e França, mas omitiu que também no nosso país os salários tem estado praticamente congelados em termos reais e que, além disso, são, em média, cerca de metade dos salários que se praticam em Espanha e pouco mais de um terço dos que se praticam em França.

O primeiro-ministro apresentou como um grande trunfo da política do seu Governo o facto do conjunto das receitas fiscais e da Segurança Social «serem no sentido de termos ultrapassado a meta definida», mas omitiu que o Governo tem recuado, ante o alarido do grande capital, em todas as medidas de efectivo combate à evasão e fraude fiscais e que são os trabalhadores que suportam o fundamental da carga dos impostos em Portugal.

O primeiro-ministro omitiu, sobretudo, desta e de todas as últimas vezes em que tem abordado a realidade de nacional a grave situação de regressão generalizada em que se encontram a indústria, a agricultura e as pescas no nosso país.

Quanto a estas últimas, o ano começa com mais um grito de alarme da Associação dos Armadores das Pescas

Industriais a anunciar que «Portugal caiu para o último lugar (50º) no «ranking» mundial das pescas e importa dois terços do total de peixe que consome», atribuindo esta situação, não à falta de peixe, mas sim aos «sucessivos desaires dos Governos, em Bruxelas», como se lê no «Expresso», do passado sábado. É a plena confirmação do que tem sido repetidamente denunciado pelo PCP e pelo nosso jornal.

Sem um relançamento do aparelho produtivo nacional nas suas principais componentes, não há evolução da economia portuguesa que se possa considerar favorável e consistente. Ora o mais preocupante é que não se conhece qualquer estratégia nacional, da parte do Governo, que tenha em vista assegurar um tal relançamento.

A enorme fragilidade a que se deixou chegar o aparelho produtivo do país exige uma especial atenção, quando se tornam ainda mais pesados os sacrifícios exigidos pela moeda única, quando o alargamento da União Europeia ameaça dificultar o acesso do nosso país aos fundos comunitários e quando a crise das economias capitalistas do Extremo Oriente fazem tremer as bolsas do Ocidente e suscitam algumas nuvens negras sobre todo o sistema capitalista.

Não se julgue que respondemos ao «país das maravilhas» pintado pelo primeiro-ministro aos autarcas do PS, contrapondo-lhe o quadro carregado de todos os problemas não resolvidos e escurecendo apenas as perspectivas do período complexo que temos pela frente.

Lutamos com confiança e com o orgulho de sermos portugueses pelo futuro do nosso país.

Afirmamos com a Resolução Política do XV Congresso do PCP que «a sociedade portuguesa dispõe de condições e potencialidades para a solução dos grandes problemas nacionais» e que «Portugal pode alargar o seu espaço de manobra no quadro comunitário». Mas nada disto se fará assobiando para o ar e fingindo que em Portugal os problemas não existem. **Basta atentar na situação nacional e na sua evolução no sentido da agudização das desigualdades, sejam sociais ou sejam regionais, para se perceber a urgência de uma nova política que constitua uma efectiva inflexão à esquerda.**

Uma nova política que atribua real prioridade aos problemas dos trabalhadores e das amplas massas populares e não aos interesses do grande capital; que represente uma estratégia de desenvolvimento, com o relançamento do aparelho produtivo do país, incluindo o que resta do sector público e não promova as privatizações, as actividades especulativas e a agiotagem; que salve o interesse, a soberania e a independência nacionais e rejeite a abdicação e subserviência em face das altas instâncias da União Europeia; que incentive a participação e a descentralização democráticas, em especial através da regionalização, e recuse a imposição por via legislativa e da influência da comunicação social para qualquer bipolarização mutiladora do regime democrático.

Uma tal inflexão à esquerda é que abriria perspectivas verdadeiramente novas ao desenvolvimento e ao papel do nosso país. Mas qualquer passo e qualquer luta que permitam avançar numa das suas direcções já devem ser saudados como um contributo para isso.



A CDU/Madeira apela para que se realize uma investigação internacional sobre as práticas pedófilas

RESUMO

30
Terça-feira

O Governo aprova um perdão para dívidas fiscais inferiores a cem contos, bem como a «colecta mínima» do IRC em 1998 ■ O ministro da Administração Interna promete que vai permitir a criação do sindicato da PSP ■ As forças policiais sérvias dispersam uma manifestação de estudantes albaneses no Kosovo ■ Os jornais argelinos anunciam que pelo menos 97 civis foram assassinados por islamitas desde sábado.

31
Quarta-feira

D. Ximenes Belo, Nobel da Paz e bispo de Díli, afirma que a Indonésia tem de mudar de regime, de Governo, de Constituição e de mentalidade ■ No México, o chefe da aldeia de Chorros é identificado como o responsável pelo massacre de 45 índios perpetrado na semana passada ■ Kenneth Kaunda, antigo presidente da Zâmbia, é colocado em prisão domiciliária ■ Uma fonte oficial garante que Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi se encontrarão em Luanda, em Janeiro ■ Cerca de 80 pessoas são massacradas na Argélia.

1
Quinta-feira

Um agente da PSP é encontrado morto na ilha da Taipa, em Macau ■ A Grã-Bretanha assume a presidência da União Europeia ■ Estudantes israelitas manifestam-se em frente ao Parlamento contra a política do Governo verificando-se confrontos com a polícia, no dia em que o ministro dos Negócios Estrangeiros ameaça demitir-se se Benjamin Netanyahu mantiver as medidas «anti-sociais» previstas ■ Mais de 200 pessoas morrem, na sequência de um ataque das milícias rebeldes hutus ao aeroporto de Bujumbura, no Burundi ■ Ocorre um atentado em Belfast, da autoria dos unionistas.

2
Sexta-feira

O grupo parlamentar da CDU/Madeira lança um apelo internacional para que se realize uma investigação sobre as práticas pedófilas no arquipélago ■ Um ex-funcionário dos serviços secretos britânicos afirma à imprensa que o Reino Unido espia os outros países europeus ■ No Quênia, horas depois de ter sido anunciada a vitória do actual presidente nas eleições, os principais partidos da oposição exigem a sua anulação devido a alegadas fraudes ■ As autoridades de Hong Kong estudam a possibilidade de cães, gatos e ratos terem sido contaminados com a gripe das aves.

3
Sábado

O semanário «Expresso» anuncia que Manuel Monteiro vai abandonar a liderança do PP ■ A imprensa argelina noticia o massacre de 412 pessoas ■ Várias viaturas são incendiadas em Estrasburgo por grupos de jovens ■ Os curdos continuam a tentar entrar maciçamente na Europa, em especial em Itália, Alemanha e Áustria.

4
Domingo

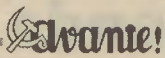
Uma sondagem da responsabilidade da Comissão Europeia revela que, de entre todos os países da UE, a população portuguesa é a menos interessada na adesão à moeda única ■ Violentas tempestades fustigam vários países europeus ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, David Levy, anuncia a sua demissão, devido ao projecto do orçamento de Estado e ao bloqueio do processo de paz por parte do Governo de Netanyahu.

5
Segunda-feira

Carlos Guerra toma posse como novo presidente do Instituto de Conservação da Natureza ■ Parlamento israelita aprova Orçamento de Estado «salvando» o Governo de Benjamin Netanyahu ■ Seminário diplomático, realizado no CCB, dá início a um conjunto de reuniões internacionais marcadas para Portugal em 1998 ■ Valdas Adamkus, que durante 50 anos viveu nos EUA, tendo dupla nacionalidade lituana e norte-americana, vence eleições presidenciais na Lituânia ■ Governo chinês anuncia que o país está «livre» do vírus da «gripe das aves».

6
Terça-feira

Professores manifestam-se à porta do 1º ministro, cantando uma versão inédita das «Janeiras», onde denunciam promessas esquecidas ■ O ministro Jorge Coelho anuncia reorganização do Serviço Nacional de Protecção Civil que, pela primeira vez, irá ter um presidente civil ■ Uma missa na Sé de Lisboa inicia comemorações dos 500 anos das misericórdias ■ UE e EUA pressionam o Governo de Argel no sentido de proteger a população contra os massacres que, desde o início do Ramadão, causaram mais de meio milhar de vítimas... ■ ...Violência que levou o regime a entregar armas a mais de 200 habitantes da comuna de Ramka para sua defesa ■ O comissário norte-americano para o Médio Oriente, Dennis Ross, inicia em Israel nova missão no sentido de tentar desbloquear o processo de paz.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Limbó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O rosto das opiniões

Viajando na leitura atrasada de jornais, ficamos de repente, e mais uma vez, com a inquietante sensação de que afinal as opiniões, ainda que idênticas, valem ou não valem consoante quem as profere.

Com efeito, Fernando Madrinha pode escrever no «Expresso» que «vivemos num país muito diferente daquele que nos é retratado pelos extraordinários índices macroeconómicos que não de levar-nos à glória do euro». Mas se formos nós a dizê-lo, não faltará quem logo nos arrase por assim estarmos a mostrar o nosso profundo desfasamento da realidade. Lendo uma sondagem do «Expresso» sobre as expectativas dos portugueses para 1998, ficamos a saber que há mais inquiridos a pensar que o seu nível de vida vai piorar do que a pensar que vai melhorar, mais inquiridos a pensar que o desemprego vai aumentar do que a pensar que vai diminuir, mais inquiridos a pensar que a situação na agricultura e indústria vai piorar do que a pensar que vai melhorar, mais inquiridos a pensar que a inflação vai subir do que a pensar que vai baixar. Mas se fôssemos nós a dizê-lo - e não o andamos a fazer - não faltaria logo quem viesse sentenciar que somos uns impenitentes autistas e catastrofistas.

Clara Ferreira Alves, depois de funda punhalada que é lembrar que «há muitos, muitos anos, existiu uma coisa chamada dignidade», pode escrever no «Expresso» que «a venda de Gorby a uma multinacional (de pizzas) é a representação contemporânea da frase: toda a gente tem um preço». Mas se formos nós a escrevê-lo (e o Ruben de Carvalho, em crónica no «DN», em prosa elegante mas mortífera, já tinha despejado sobre o episódio e a personagem o balde de cal que se impunha), não faltaria quem viesse dizer que, vejamos bem, como para os comunistas, a vingança - ao contrário das pizzas - se serve fria.

Vicente Jorge Silva pode escrever no «Semanário» que «se hoje o guterrismo imita o cavaquismo, o marcelismo imitará o guterrismo de ontem» e «como é triste uma vida política reduzida à alternância entre Dupont e Dupont». Mas se formos nós a fazer a afirmação, ainda que reportando-a indispensavelmente às opções políticas fundamentais, não faltarão intrépidos socialistas a entrar na fingida indignação de que lá estão os comunistas a tratar o PS como seu «inimigo principal», o que é pior que cuspir no prato da sopa oferecida, uma vez que, como se sabe, o PS é o «principal amigo» do PCP.

Finalmente, em artigo no «Expresso» que me fez outro comentário, Manuel Alegre pode afirmar que «nada prova que esses votos (de eleitores da CDU no PS) tenham um significado concreto de apoio ao Governo, mas tão-só o de crítica à gestão de determinados candidatos do PCP ou ainda, simplesmente, à vontade de mudar». E outra sondagem do «Expresso» até pode revelar que para 44% dos inquiridos (incluindo portanto os eleitores dos outros partidos) os recentes resultados da CDU são um «mero desaire conjuntural» e não «o princípio do fim da influência eleitoral do PCP».

Mas se formos nós a afirmar tais coisas, não faltará logo quem diga que não temos emenda, pois lá estamos, de novo, a querer dourar a pílula amarga dos nossos resultados.

Sendo certo que nenhuma companhia fazem por si só o acerto de quaisquer opiniões ou vedam a sua discussão, conclua-se então, pelo menos, que em muitas não estamos assim tão isolados como se quer fazer crer.

■ Vítor Dias

Pergunto ao vento que passa...

No último número do «Expresso», Manuel Alegre, num artigo onde aliás se define «como homem de esquerda que aposta no diálogo entre as duas principais componentes», apela a «uma real abertura do PCP» para que «não continue a erigir o PS como inimigo principal» e para «superar uma certa cultura anti-socialista que nele prevalece».

Desse modo, segundo M. Alegre, «talvez que finalmente o PCP pudesse desempenhar o papel que tem cabido a alguns socialistas: o de ser uma consciência crítica do governo PS, contribuindo desse modo (...) para fortalecer a esquerda no seu conjunto».

A justa preocupação de M. Alegre «pelo fortalecimento e consolidação da esquerda» torna indispensável uma correcção: o PCP não erige o PS como inimigo principal. Para o PCP o inimigo principal é a política de direita. E quando o PS aplica uma política de direita, o PCP não pode limitar-se a ser «consciência crítica». Aliás, o exercício dessa função por alguns socialistas não averbou visivelmente alterações na política do governo. Onde poderá concluir-se que isso não basta. É necessário algo mais: intervenção, mobilização e acção política e social. Por isso, o PCP, além da necessária crítica, actua no plano institucional, político e social para dar expressão concreta a uma real opção de esquerda, para manter viva uma alternativa política de esquerda, para manter erguida uma bandeira da esquerda.

Dizer que o Governo PS tem uma política de direita não é praticar «uma cultura anti-socialista» nem assumir postura «dogmática» e «sectária». Basta estar atento às notícias que o vento nos traz (para evocar aqui as «Trovas do vento que passa» de M. Alegre que, nos anos do fascismo, percorreram o país cantadas pela voz de Adriano).

Vejamos: ainda há dias (29/12) o presidente da Associação Industrial Portuense, numa entrevista ao «Público», afirmava: «Costuma

dizer-se que os governos do PS são melhores para os empresários porque governam à direita.» Em face disto, que dizer quando aparece (no «Diário Económico» - 24/12) um dirigente do PS como Carlos Zorrinho, em artigo, esse sim, em tom anticomunista, a propor um «arrepio estratégico do PCP», para «assumir sem preconceito o papel de consciência crítica da esquerda em Portugal»? «Claro está - acrescentava - que essa opção implica aceitar a evidência de que o PS é o partido líder da esquerda portuguesa», «renunciando ao actual papel de muleta do PSD que os comunistas têm desempenhado a preceito».

Estas extravagantes pretensões (um PCP reduzido a apêndice do PS!) trazem de novo à baila as «Trovas». «Pergunto ao vento que passa /notícias do meu país»: mas o vento não cala a desgraça reflectida nas pretensões do Sr. C. Zorrinho: não termos em Portugal um PS à altura das exigências do presente e das necessidades do futuro.

Tem razão Manuel Alegre quando diz que «a estabilidade democrática requer a estabilidade de soluções de esquerda». Mas é necessário acrescentar que para soluções de esquerda é necessário haver partidos com soluções e práticas de esquerda. É nessa linha que o PCP intervém utilizando todas as possibilidades de que dispõe e que estão longe de ser negligenciáveis. Sem dogmatismos nem sectarismos (não estamos em coligação com o PS na Câmara de Lisboa?) mas também não nos resignando a servir de aval à política de direita que no essencial o governo PS vem praticando.

Estaremos sempre atentos às possibilidades de abrir e construir novos caminhos, semeando desde já, no vento que passa e na terra que fica, as raízes de outro tempo para a esquerda em Portugal. Mas fique claro: o PCP não tem vocação para muleta do PS, nem de ser, como o Sr. Grilo do Pinóquio, uma simples «voz da consciência» para fazer crescer o nariz do PS.

■ Aurélio Santos

A ÁSIA e o Fundo

Em Maio de 1997, o FMI declarava no seu relatório *Perspectivas Económicas Mundiais* que «as perspectivas para as recém-industrializadas economias da Ásia permanecem radiosas», acrescentando que «alguns países, como (...) a Malásia beneficiaram consideravelmente de firmes políticas macro-económicas e de reformas baseadas nos mercados e viradas para o exterior, que lhes permitem integrar-se rapidamente no sistema económico e financeiro global. (...) estes países estão firmemente a caminho de entrar para as fileiras das economias avançadas». Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura, Taiwan passavam já a ser consideradas «economias avançadas». E «outras economias de mercado em ascensão, como a China, a Tailândia e a Indonésia estão igualmente a alcançar conquistas impressionantes». Eufórico, acrescentava o FMI: «Poucos são os sinais das tensões e desequilíbrios que costumam anteceder as quebras significativas» nos ciclos económicos.

Mas o ano terminou deitando por terra tão douradas profecias. Comparando com finais de 1996, as bolsas de valores na Malásia, Indonésia e Tailândia perderam cerca de 70% do seu valor (em dólares), nas Filipinas cerca de 60% e na Coreia do Sul cerca de 50%. Percentagens que levam o *Financial Times* (2.1.98) a fazer comparações com a grande crise de 1929. As moedas da Tailândia e Coreia do Sul perderam metade do seu valor face ao dólar, e as da Malásia e Filipinas cerca de um terço. Em vésperas do Natal, o pânico instalou-se quando foi revelado que o país com a 11ª economia mundial, a Coreia do Sul, estava à beira da insolvência, não tendo com que pagar os 110 mil milhões de dólares de dívidas (privadas) que venciam a curto prazo. E a situação no Japão provoca calafrios.

Não cabe aqui uma análise das causas e das (enormes) consequências económicas, sociais e políticas da (ainda em curso) crise financeira asiática. Mas vale a pena assinalar dois aspectos. O primeiro diz respeito ao FMI, esse deus do capitalismo internacional, essa «pequena instituição encoberta em segredo», que «dita as condições de vida económicas a 75 países em vias de desenvolvimento com cerca de 1400 milhões de pessoas», «praticamente sem documentação pública justificativa das suas decisões», «sem conhecimento ou participação por parte daqueles que mais são afectados pelas suas decisões» e cujos funcionários «não prestam contas a ninguém», situação que «espantosamente, a comunidade internacional aceita como normal». (O autor destas palavras - no *Financial Times*, 11.12.97 - é o famigerado Jeffrey Sachs, capataz da transição da Rússia para o capitalismo; o facto de as comadres se estarem a zangar é sinal de que as coisas vão mal e estão a fugir ao controlo.) É legítimo perguntar: as instituições supranacionais, que ninguém elegeu, mas que cada vez mais governam o mundo e relegam Guterres e seus pares ao estatuto de Presidentes de Câmara, sabem o que dizem? Ou dizem não importa o quê, a fim de impor as suas políticas? E não são precisamente essas políticas que levam ao crescente multiplicar-se das crises financeiras e económicas?

O segundo aspecto a assinalar é o da crescente utilização de somas gigantescas de dinheiros públicos para salvar a finança (privada) das consequências desastrosas da política de «globalização» imperialista. Em Agosto foram 17 mil milhões de dólares para a Tailândia, em Outubro 23 mil milhões para a Indonésia, em Dezembro 57 mil milhões para salvar a Coreia do Sul da bancarrota. Diz-se que talvez não cheguem. No altar dos fabulosos lucros do grande capital transnacional já se queimaram milhões de postos de trabalho, empregos com direitos, segurança social, reformas; já se ofereceram muitos milhões em isenções fiscais, subsídios e incentivos; já se justificou como «necessária» a catástrofe em numerosos países do Terceiro Mundo e no Leste da Europa. Mas o festim redundou na derrocada dos sistemas financeiros. E então, como sempre aconteceu no passado, chamam-se os dinheiros públicos para «salvar o sistema».

Lucros privados, públicos prejuízos. A globalização imperialista sai cara. Demasiado cara.

■ Jorge Cadima

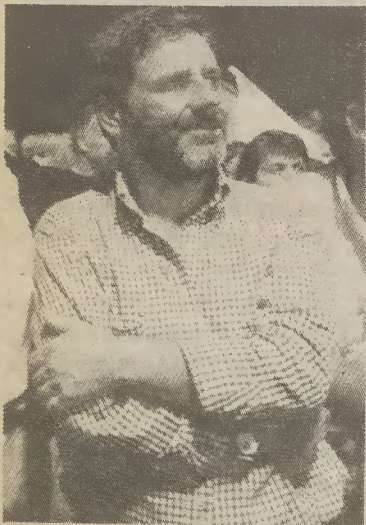


Foto: Ana Miguel

Comunicar - Não telefone. Vá! É mais barato.

Narciso Miranda investigado pela Judiciária

Narciso Miranda, presidente reeleito da Câmara Municipal de Matosinhos e dirigente nacional do PS, é apontado, numa notícia do *Independente*, como alvo de uma investigação da Polícia Judiciária a decorrer há já um ano e desencadeada a partir de duas cartas anónimas, que denunciariam, com minúcia, vários actos de corrupção imputados ao autarca de Matosinhos. Segundo o *Independente*, «nas duas denúncias enviadas à Procuradoria Geral da República (...) são feitas referências a diversos empreendimentos imobiliários que terão sido "aprovados por cedência de andares ou equivalente em dinheiro". Será eventualmente o caso de prédios na Rua



Padre Costa, em S. Mamede de Infesta (onde funciona uma sede do PS), na Praia da Memória, na Rua 1ª de Maio, o Edifício Lyons, na Praça dos Pescadores, e ainda o Edifício S. Salvador, na Rua Brito Capelo, um prédio de Soares da Costa onde Narciso Miranda actualmente habita». O *Independente* acrescenta que «dos mesmos documentos consta uma extensa lista dos bens imóveis alegadamente adquiridos pelo membro do Secretariado Nacional do PS nos últimos anos: uma casa na cooperativa de habitação "Sete Bicas", na Senhora da Hora, uma vivenda, num lote de mil metros quadrados, na cooperativa "Lar do Trabalhador", na Boa Nova em Leça da Palmeira, um andar em Ofir, uma moradia em Miramar, um andar de luxo num edifício denominado Família Manuel Pinto e Azevedo (...) Do rol consta ainda uma quinta em Penafiel e uma moradia em Vila do Conde». O *Independente* afirma ainda que «as mesmas fontes garantiram-nos que surgem ainda indicações de várias empresas que supostamente mantêm negócios com a Câmara Municipal e cujos sócios terão ligações ao PS de Matosinhos. É alegadamente o caso da firma Meceber (...) esta empresa tem um contrato com a Câmara de Matosinhos para reparação de viaturas pertencentes à autarquia, contrato esse de três mil contos mensais (...) O proprietário da Meceber, João Silva, foi, entre 1992 e 1994, presidente da Comissão Política Concelhia de Matosinhos do PS».

Na sequência destas notícias, Narciso Miranda confirmou em conferência de imprensa que foi constituído arguido há cerca de meio ano neste processo, mas, segundo o *Público*, refutou todas as acusações, afirmando: «Quer as denúncias, quer os factos aí relatados não têm qualquer fundamento. Para além de anónimas, as denúncias são inacreditáveis, falsas e caluniosas». Ainda segundo o *Público*, «a declaração de rendimentos entregue por Narciso Miranda no Tribunal Constitucional (TC) refere que o autarca apenas é proprietário de um pequeno terreno em Barroelas (Viana do Castelo), um apartamento em Ofir e uma casa na cooperativa As Sete Bicas, na Senhora da Hora».



Sindicato para a Polícia

A já longa luta dos profissionais da Polícia de Segurança Pública (PSP) para a criação de um Sindicato obteve esta semana uma vitória assinalável, com o

compromisso publicamente assumido pelo novo Ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, de que seriam criadas condições para a concretização

dessa aspiração dos profissionais da PSP ainda no decurso do primeiro trimestre deste ano. Ao futuro Sindicato da PSP, e segundo o Ministro Jorge Coelho, estará,

contudo, vedado o direito à greve, restrição que não agrada aos dirigentes da Associação Socio-Profissional da Polícia - ASPP - , sem que, no entanto,

não deixem de assinalar a sua satisfação por este importante passo em frente na luta que há anos prosseguem para a criação do Sindicato.

Mau tempo na Europa e na América do Sul

Pelo menos dois mortos e importantes danos materiais resultaram do temporal de vento que assolou a costa do Cantábrio, afectando as Ilhas Canárias e atingindo o Norte de Espanha.

A situação de alerta mantém-se na Galiza, Astúrias, Cantábria, País Basco e nas províncias de Huesca e Navarra. O corpo de um jovem turista alemão, desaparecido sexta-feira em

Maspalomas, na ilha espanhola da Grande Canária, foi entretanto descoberto por salvadores.

Na Irlanda, os guardas-costeiros abandonaram as buscas para encontrar um pesca-

dor espanhol que caiu ao mar de uma embarcação, em plena tempestade. Na Escócia, uma mulher ficou gravemente ferida e outras 2.000 pessoas ficaram sem electricidade, em consequência da forte tempestade e dos ventos ciclónicos que afectaram grande parte do Reino Unido. Uma forte tempestade assolou também a parte Oeste

de França.

Entretanto, as fortes chuvas causadas pelo fenómeno climático "El Niño" fizeram 25 mortos e nove desaparecidos no Peru, anunciou o Instituto Nacional de Defesa Civil (Indeci). Um balanço anterior dava conta de quatro pessoas mortas por avalanchas de pedras e de lama no sul do país.



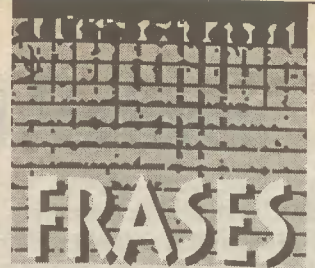
Fim de ano fatídico

A «Operação Ano Novo», realizada pela Brigada de Trânsito da GNR entre as zero horas de 30 de Dezembro e as 24 horas de sábado, dia 3 de Janeiro, registou 1222 acidentes nas estradas portuguesas que provocaram 16 mortos, 40 feridos graves e 442 ligeiros, o que significou, em média, dez acidentes por hora. Ao contrário do ocorrido na «Operação Natal», que registara uma baixa no número de vítimas

mortais, a «Operação Ano Novo» saldou-se em mais quatro vítimas mortais que no ano passado. Contudo, no cômputo global, a GNR afirma que houve menos acidentes e vítimas que no ano passado, o que não impede que Portugal continue a deter o triste recorde comunitário de acidentes e mortes na estrada, maioritariamente provocados por excesso de velocidade e ultrapassagens mal feitas.

Monteiro abandona PP?

Surge no *Expresso* o rumor de que Manuel Monteiro, presidente do CDS/PP, não se recandidatará ao cargo no próximo Congresso extraordinário do partido, rumor que Manuel Monteiro não confirma nem desmente, como é de seu uso nestas «saídas» e «entradas» dramatizadas com cafés e «tabus». Todavia, a pretensa notícia pôs de imediato em movimento diversas figuras ligadas ao PP, nomeadamente António Lobo Xavier - que se afastou da participação activa no partido por desacordo com Manuel Monteiro - e o líder da JC - Gerações Populares, Pedro Mota Soares. Segundo o *Público*, ambos se pronunciaram a favor da substituição de Manuel Monteiro por Paulo Portas na direcção do CDS/PP, acrescentando que, por um lado, Manuel Monteiro não confirmou nem desmentiu o boato e, por outro, que o vice-presidente do PP, Nuno Fernandes Thomaz - a quem Manuel Monteiro terá confiado a sua decisão -, também não confirmou nem desmentiu, limitando-se a afirmar que «não revelo as conversas que outras pessoas têm comigo».



“Qualquer Governo que pretenda coerência, eficácia e estabilidade, deve procurar uma maioria absoluta. As maiorias relativas apenas geram politiquice nos corredores opacos à democracia, incoerência e perda de tempo.”

(Eduardo Prado Coelho - «Público - Leituras», 03.01.98)

“Eu gostava que o próximo governo tivesse maioria absoluta.”

(Freitas do Amaral - «O Independente», 31.12.97)

“Sinto-me um corredor de fundo”

(Alberto Costa, ex-Ministro da Administração Interna - «Expresso», 03.01.98)

“Pessoalmente, não estou nada interessado no cargo (de presidente da Junta Metropolitana do Porto)”

(Valentim Loureiro - «Expresso», 03.01.98)

“Este PP que Monteiro hoje arrasta penosamente também é filho de Paulo Portas, cúmplice da morte do CDS.”

(João Fernandes - «Diário de Notícias», 04.01.98)

“Portas já tem o seu tabu”

(Título - «Público», 04.01.98)

“A consciência social é a marca dos socialistas no poder.”

(António Guterres, no almoço dos candidatos autárquicos do PS, citado em «Público», 05.01.98)

“Portugal está a importar 2/3 do peixe que consome.”

(Título - «Expresso», 03.01.98)

“Vivemos num país muito diferente daquele que nos é retratado pelos extraordinários índices macroeconómicos que hão-de levar-nos à glória do euro.”

(Fernando Madrinha - «Expresso», 03.01.98)

“O FC Porto é do Porto e o Sporting de Lisboa, ao passo que o Benfica é, como agora se diz, uma diáspora.”

(António Pedro Vasconcelos - «O Independente», 31.12.97)

Agenda 2000

A Agenda 2000 põe em causa o princípio da coesão económica e social, uma vez que serão os países menos desenvolvidos da UE a pagarem a factura do alargamento, não só pelo aumento da concorrência a que ficam sujeitos, mas também pela transferência de subsídios de que actualmente usufruem para os futuros países-membros da Europa de Leste.

Nos passados dias 12 e 13 de Dezembro de 1997 decorreu o Conselho Europeu do Luxemburgo, encerrando, como é hábito, a presidência rotativa do Conselho. Este Conselho Europeu tinha particular importância, porque a sua ordem de trabalhos incluía a discussão da proposta da Comissão, vulgarmente

desde já do limite de recursos próprios em 1,27% do PNB comunitário, afirmando ser necessária uma revisão das perspectivas financeiras aquando do alargamento da UE. O PE defende a manutenção da solidariedade financeira com os actuais países da coesão (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda).



As decisões adiadas

apelidada de Agenda 2000, sobre o alargamento da União Europeia e as perspectivas financeiras para o período de 2000-2006, assim como a decisão sobre alguns procedimentos relativos à União Económica e Monetária (UEM).

A proposta inicial da Comissão tinha como principal objectivo o financiamento do alargamento da UE dentro do actual quadro financeiro traçado em Edimburgo em 1992, ou seja, dentro do limite dos recursos próprios da União, de 1,27% do PNB comunitário. Sendo assim, este seria o primeiro alargamento da UE a ser efectuado sem o correspondente aumento de verbas, ou seja, mantendo-se o bolo e aumentando o número de pessoas (leia-se países) a comê-lo, as fatias serão com certeza menores. Naturalmente, a manutenção deste limite corresponde a uma vontade dos países contribuintes líquidos, como a Alemanha.

A Agenda 2000 põe assim em causa o princípio da coesão económica e social, uma vez que serão os países menos desenvolvidos da UE a pagarem a factura do alargamento, não só pelo aumento da concorrência a que ficam sujeitos, mas também pela transferência de subsídios de que actualmente usufruem para os futuros países-membros da Europa de Leste.

Por outro lado, esta proposta implica a tentativa de renacionalização da Política Agrícola Comum e a cedência aos interesses da Organização Mundial de Comércio (OMC), e ainda a cortes na ordem dos 14,5% nos Fundos Estruturais para os actuais Estados-membros.

Por seu lado, o Parlamento Europeu (PE) afirmou ser prematuro o estabelecimento

Nas mãos da Comissão

O Conselho, devido a divergências internas entre os Estados-membros, provocadas pelo fraccionamento claro entre países beneficiários líquidos e contribuintes líquidos, decidiu adiar a discussão do financiamento do alargamento e convocar uma Conferência Europeia, onde participarão os actuais Estados-membros da UE e os países candidatos. A primeira Confe-

rência irá ser realizada, em Março, em Londres.

O Conselho decidiu ainda lançar o processo de adesão aos dez países candidatos da Europa Central e de Leste (Polónia, Hungria, República Checa, Eslovénia, Estónia, Roménia, Bulgária, Letónia, Lituânia e Eslováquia) e Chipre. No entanto, as negociações sobre as condições da respectiva admissão à União e sobre as adaptações dos Tratados que a mesma implica, começarão efectivamente com apenas os primeiros cinco países, mais Chipre.

Assim, embora as negociações comecem com todos os países candidatos, alguns participarão em verdadeiras negociações de adesão enquanto outros em negociações de pré-adesão.

Os actuais instrumentos de financiamento para os países candidatos irão concentrar-se, criando um novo instrumento "parceria para adesão" que irá constituir a espinha dorsal dos apoios no período de pré-adesão. Estes irão ser reforçados e terão uma vertente agrícola e outra estrutural, ao contrário dos

anteriores objectivos do programa comunitário PHARE, destinado a estes países. Muitos dos actuais programas das políticas internas da comunidade passarão a abranger também os países candidatos.

Através destes instrumentos, os países candidatos, embora sem os plenos direitos dos países-membros da UE, ficam obrigados às suas políticas. Como temos afirmado, esperamos que a UE ponha em aplicação verdadeiras políticas de co-desenvolvimento e que tenha

melhor em conta os interesses dos povos e dos países candidatos.

Em relação ao quadro financeiro pós-1999, o Conselho não tomou qualquer decisão, dando à Comissão Europeia a missão de chegar a um acordo. Mais uma discussão adiada.

Sendo assim, parece que o Luxemburgo poderia ser o local dos Conselhos adiados. Sobre o emprego nada se decidiu, sobre a Agenda 2000 também não.

Entretanto, todo o gás é dado ao Euro...

Portugal nas Pescas De cavalo para burro

Dê país exportador, Portugal, em dez anos de integração europeia, passou a país importador. Esta é uma realidade para que o PCP já muitas vezes chamou a atenção, a última das quais, numa conferência de imprensa realizada em 25 de Setembro último. Contudo, apesar do assustador diagnóstico feito, dos números apresentados e das soluções apontadas para travar a situação, a comunicação social passou ao lado e o Governo português e os restantes partidos políticos, através da indiferença, do silêncio e da passividade, continuaram a cobrir este atentado ao sector pesqueiro nacional e à economia portuguesa.

Entretanto, nos últimos dias, o assunto (com dez anos de existência) teve direito a notícia. E, como se novidade se tratasse, os portugueses foram informados que Portugal está a importar 2/3 do peixe que consome.

A este propósito, o «Avante!» falou com Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política do PCP e responsável pela Comissão de Pescas junto do Comité Central.

Para Carlos Luís Figueira, «a radiografia que agora é feita vem confirmar aquilo que há muito o PCP vinha a denunciar». Isto é, desde a integração de Portugal na CE, «perdemos capacidade produtiva, perdemos frota, perdemos quotas em zonas internacionais que representavam uma parte importante do nosso pescado. Particularmente as do Atlântico Norte, onde tínhamos direitos históricos que não foram salvaguardados no acto de adesão, e que foram parar a países como Espanha que, não tendo grande tradição de pesca no mar do Norte, beneficiou de quotas distribuídas nessa zona».

Este dirigente do PCP lembra que, «em dez anos de integração, a nossa frota industrial - que operava nessa zona -, desceu de 60 para 30 unidades, perdendo com isso milhares de postos de trabalho e, sem contrapartidas noutras zonas de pesca, importantes pesqueiros.»

Simultaneamente, na Zona Económica Exclusiva, particularmente na zona das 12 milhas onde se encontra a maior parte dos recursos nacionais, «procedeu-se a uma operação compulsiva de abate de barcos, indo-se muito mais longe do que aquilo que a Comunidade nos impunha». Ou seja, no espaço de dez anos, «Portugal abateu um terço da sua frota e perdeu 10 mil postos de trabalho, passando de um país exportador de produtos de pescado para um país importador». Hoje cifra-se em mais de cem milhões de contos/ano aquilo que importamos para consumo interno, visto que Portugal é dos países europeus com maior consumo de peixe per capita (à volta dos 60 kg).

Vários perigos se colocam entretanto: os países do Atlântico Norte, particularmente o Canadá, e vários países da América Central e da América Latina procuram alargar a ZEE e aproveitar todos os seus recursos, tornando mais difícil o acesso a esses pesqueiros.

Portugal - não defendendo recursos alternativos de pesca - continua a perder posições para os espanhóis que, apesar de terem a maior frota da UE, não têm recursos; Marrocos faz constar que não renova em 1999 o acordo que tem com Portugal, o que significa mais 60 embarcações de pesca em dificuldades.

A par disto, «continua a não estar claro para nós se, na renegociação da Política Comum de Pescas, fica assegurada a possibilidade de a zona das 12

milhas ser reservada exclusivamente à frota nacional». «E este é um ponto essencial», diz Carlos Luís Figueira. «A previsão é de que a frota industrial aumente as suas dificuldades. Ora, se simultaneamente não se criar uma reserva nacional e salvaguardar a zona das 12 milhas - onde temos o principal dos nossos recursos e onde se exerce a maior parte da pesca artesanal -, é a sobrevivência do sector pesqueiro nacional e da indústria transformadora que lhe está adjacente que está em causa.»

Uma batalha que está longe de ser ganha e pela qual o PCP se continua a bater. «Neste momento, não defendemos só que a zona das 12 milhas seja exclusivamente reservada ao exercício da frota portuguesa. Queremos ainda que a zona adjacente às 12 milhas, isto é, das 12 às 20, onde há recursos, passe a ser reservada preferencialmente à frota portuguesa.»

Aliás, os deputados do PCP no Parlamento Europeu têm tido uma intervenção activa, com resultados visíveis, conseguindo, designadamente, que fossem modificadas as propostas de um relatório da comissão espanhola que induzia para a liberalização do acesso às 12 milhas. «Através da influência e da actividade dos deputados do PCP, conseguiu-se matizar os aspectos mais negativos desse relatório. Aguarda-se agora a negociação que vai ocorrer na Comissão de Pescas, do Conselho de Ministros das Pescas da Comunidade Económica para ver se se confirma a reserva das 12 milhas exclusivamente ao exercício das frotas nacionais como reserva nacional de recurso, evitando que a frota espanhola invada a zonas das 12 milhas e reduza ainda mais a capacidade da nossa frota nacional.»

Ilha Terceira

«Uma política de remendos»

O Secretariado do PCP da Ilha Terceira, reunido em 30 de Dezembro, fez o balanço à política governamental e autárquica de 1997, considerando que apesar do afastamento do PSD do poder, esta Ilha continua a ser preferida tanto ao nível de infra-estruturas como na política social, agora da responsabilidade do PS.

Na opinião do PCP, o PS está a gerir os destinos da Ilha do mesmo modo que o PSD: «tapando pontualmente alguns buracos no tecido social» mas deixando «a marcar passo» grandes questões como o emprego, a habitação e o turismo.

O Rendimento Mínimo Garantido, surgindo sem o acompanhamento devido e a ocupação eficaz das pessoas que o recebem, impedem uma verdadeira integração social, sendo que se continua a promover a «caridadezinha» e a «cultura da pobreza» como forma de desresponsabilização do Poder face ao aumento da exclusão social na Terceira. Enfim, uma «política de remendos» que «pode dar números menos assustadores» mas não resolve o problema do desemprego, da pobreza e da exclusão social que, entretanto, se vão agravando.

Também em relação ao acréscimo de 5 por cento no Salário Mínimo Nacional para a Região Autónoma - 2 000\$00 - o PCP lembra que o PS o reprovou na Assembleia Legislativa Regional com a justificação de «que as empresas não podem fazer face» a este aumento!

Prosseguindo a inventariação dos problemas mais candentes da

ilha, os comunistas afirmam que irão continuar a apelar à resolução imediata da funcionalidade do Porto Oceânico da Praia da Vitória e ao cumprimento integral do Acordo Luso-Americano da Base das Lajes, exigindo pela «centésima vez» a entrega pelos Estados Unidos do Rebocador para o Porto da Praia da Vitória. E face à ineficácia demonstrada pelos delegados da Região na Comissão de Cooperação entre Portugal e os Estados Unidos defende a sua substituição.

Entre outras preocupações, os comunistas apontam ainda a

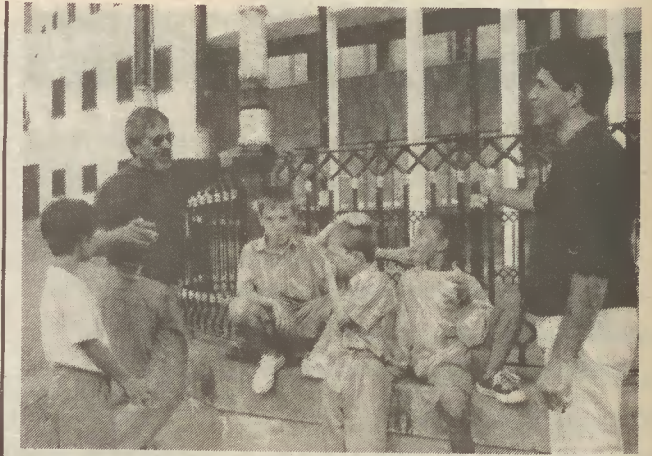
necessidade de o projecto da Marina da Praia da Vitória e o plano integrado para a baía de Angra do Heroísmo não sofrerem atrasos de execução.

Por outro lado, a presidência da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo «tem» de explicar publicamente o endividamento do município, devendo o caso da «Quinta do Caracol» ser também investigado, para que todos saibam «o que se passou e por que se perdeu mais de meio milhão de contos naquele investimento».

Os comunistas, entretanto, vão continuar a bater-se pela concretização de «dois pólos vitais para o desenvolvimento da Ilha Terceira»: a implantação da Direcção Regional dos Transportes e Comunicações na cidade da Praia da Vitória e a existência de uma Escola de Pescas.

O Secretariado do PCP-Terceira procedeu ainda à análise dos resultados eleitorais. E, depois de assinalar a forte abstenção verificada - que nos centros urbanos chegou a ultrapassar os 50 por cento -, considera que os partidos menos votados na Ilha foram afectados pelo fenómeno da bipolarização, sendo que a CDU perdeu cerca de dois por cento dos seus eleitores tradicionais, numas eleições que, afinal, foram disputadas em circunstâncias de desigualdade.

Por fim, o PCP e a CDU «irão pautar as suas intervenções» pela defesa dos interesses das populações, «fiscalizando o cumprimento das promessas eleitorais» e propondo solução «para os inúmeros problemas» que afectam os dois concelhos da Ilha Terceira.



Edgar Silva denuncia a «intolerável indefinição» das autoridades face à exploração sexual de menores na Madeira

CDU/Madeira

Apelo Internacional em defesa das crianças

Em conferência de imprensa, o Grupo Parlamentar da CDU na Região Autónoma da Madeira, pela voz do padre Edgar Silva, deputado desta coligação na Assembleia Regional, denunciou a «intolerável indiferença» de governantes e autoridades policiais face à exploração sexual de menores, considerando que «tantos anos de convivência com formas tão aberrantes de exploração da criança alargam o leque de cúmplices».

Há já muitos anos que vinha sendo divulgada a existência deste problema na região, agora confirmado de «modo irrefutável» com a passagem de filmes pornográficos envolvendo crianças madeirenses entre os 8 e os 13 anos, o mais recente dos quais realizado em Outubro de 1997. Ficaram, assim, «mais claras as ligações da Madeira às redes pedófilas internacionais» mas «falta investigar com rigor a dimensão» do problema e os seus níveis de enraizamento.

Edgar Silva, que durante muito tempo foi dirigente do MAC - Movimento do Apostolado das Crianças, denunciou ainda o facto de, apesar de anos de alertas e denúncias por parte de organizações de defesa dos direitos da Criança e por parte da comunicação social, terem sido «muitos» os que, tentando negar a existência de exploração sexual de crianças na Madeira, acabaram por «camuflar e dissimular a prática de um dos mais graves atentados à criança na Madeira».

Assim, para o deputado da CDU, «a par dos criminalmente responsáveis, existem responsáveis morais, cumplicidades políticas e estranhos pactos interinstitucionais». A propósito, lembra que, já em 1991, a Interpol havia comunicado às autoridades portuguesas alguns «casos de abuso sexual, associados a pessoas devidamente identificadas», e alertado «para a existência de uma rede pedófila envolvendo crianças em algumas localidades da Madeira». Isto, sem que tivessem sido tomadas as medidas adequadas «a apurar a gravidade do problema» ou a «travar este processo e punir os responsáveis implicados».

Os apelos feitos aos governantes da Região Autónoma da Madeira, ao Ministério Público e às autoridades policiais - acusa Edgar Silva - «não foram encarados com a seriedade exigida». A verdade é que, apesar do tempo que por vezes estes processos exigem, as demoras, as indiferenças e os silêncios em relação ao apuramento dos factos e dos implicados, legitimam «a dúvida quanto à possibilidade de existirem enormes pressões para que não se apure a verdade».

A CDU, apostada em dignificar a Região e as suas gentes, decidiu pois lançar um Apelo Internacional em conjunto com numerosas organizações internacionais de defesa dos Direitos da Criança em todos os continentes, diversas organizações sociais e políticas e diferentes individualidades. E, dirigindo-se ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República e ao Provedor da Justiça, solicitam a sua intervenção no sentido «de defender o superior interesse da Criança vítima da exploração sexual na Madeira».

Porto

Novo executivo tem «benefício da dúvida»

A vereadora comunista Ilda Figueiredo, eleita nas listas da CDU para a Câmara Municipal do Porto, absteve-se na votação do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e dos SMAS para 1998. A informação cabe ao Gabinete de Imprensa da CDU/Porto que, com base na declaração de voto então profe-

rida, dá nota das razões que presidiram a esta posição.

De facto, o Plano e Orçamento da Câmara Municipal do Porto para 1998, diminuindo em relação ao ano anterior em 6,1 milhões de contos, está mais próximo da realidade, diz Ilda Figueiredo, referindo as promessas demagógicas que tal verba acobertava (promessas inscritas por valores fictícios provenientes de «hipotéticas vendas de terrenos e de transferências irrealistas de fundos comunitários e outros que nunca chegavam ao município»). O que significa que, «embora tardiamente, o Presidente da Câmara e o PS acabaram por dar razão à CDU que sempre contestou a política de orçamentos excessivamente inflacionados e de promessas irrealistas».

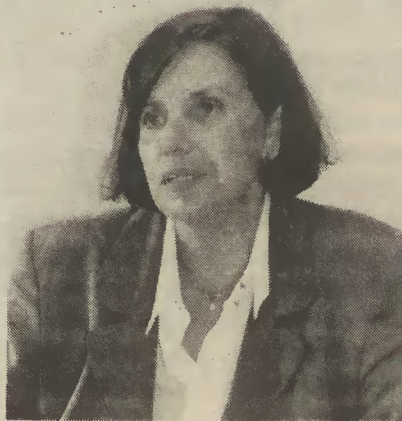
Para a vereadora comunista, as previsões para investimentos em áreas sociais mantêm-se, contudo, muito baixas, negligenciando importantes carências da cidade, designadamente ao nível da educação, dos parques infantis e da acção social. As verbas previstas para a habitação são, porém, satisfatórias, tornando-se essencial que a sua execução não se fique, como aconteceu anteriormente, por menos de metade da previsão.

Entretanto, Ilda Figueiredo espera que seja cumprida a promessa feita durante o debate, de apresentação ao novo executivo municipal de uma revisão orçamental, em Abril de 1998, para determinar o destino da verba de dois milhões de contos inscrita

para investimentos a definir durante o ano.

Quanto ao Plano e Orçamento dos SMAS, ele peca por «exagerado optimismo relativamente a prazos e valores de investimento previstos», pese embora a urgência das obras lá orçamentadas.

Com o voto de abstenção nestes dois documentos, diz o Gabinete de Imprensa da CDU que Ilda Figueiredo está também a oferecer «algum benefício da dúvida quanto à capacidade de gestão e vontade política do novo executivo municipal».



Ilda Figueiredo

CAMARADAS FALECIDOS

António Ferreira T. Duarte

Com 83 anos de idade, faleceu recentemente o camarada António Ferreira Tabor da Duarte, médico veterinário, especialista em inseminação artificial, de que foi pioneiro no nosso país. Desde sempre combatente antifascista, participou nos movimentos democráticos contra a ditadura, sendo membro do PCP desde antes do 25 de Abril. Pertencia actualmente à célula dos reformados.

António Pina Cabral

Faleceu no passado dia 23 de Dezembro, com 78 anos de idade, o camarada António Pina Cabral. Foi presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Benavente de 1974 a 1976 e Presidente da Assembleia Municipal de Benavente. Antes do 25 de Abril, foi dirigente associativo na Freguesia de Samora Correia.

Democrata de longa data, foi agraciado com a medalha de Mérito Municipal. No seu funeral participaram centenas de pessoas, entre as quais dirigentes locais e regionais do PCP e diversos autarcas, incluindo o Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal de Benavente.

Manuel de Jesus G. Ferreira

Faleceu no dia 30 de Dezembro o camarada Manuel de Jesus Gonçalves Ferreira, de 43 anos, funcionário administrativo na Secretaria do Hospital de Bragança. Membro do Partido desde 1979, foi durante vários anos dirigente do Sindicato da Função Pública do Norte e da União dos Sindicatos de Bragança. Era actualmente membro da Comissão Concelhia de Bragança do PCP.

Ricardo Porfírio Maria

Com 63 anos de idade, faleceu no dia 31 de Dezembro, em Tomar, o camarada Ricardo Porfírio Maria. Reformado dos CTT, desenvolvia uma actividade regular na distribuição do «Avante!».

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Aveiro

CDU quer transparência

Durante a discussão a propósito da extensão do registo de interesses à Assembleia Municipal de Aveiro, o eleito pelas listas CDU nesta Assembleia, e membro do Comité Central do PCP, António Salavessa, denunciou o facto de haver deputados na Assembleia da República que «entram a meio do mandato e não preenchem o registo de interesses».

Uma omissão que «continua a não ser penalizada», afirma António Salavessa que, desde 1996, tem vindo a exigir a aplicação da Lei das Incompatibilidades e Registo de Interesses aos elementos da Câmara e Assembleia Municipal de Aveiro.

Contudo, a lei que estabelece o regime de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos não prevê sanções em caso de incumprimento. Talvez por isso, apesar da proposta de regulamento apresentada pelo eleito do PCP ter merecido consenso em sede de comissão onde tiveram assento todos os partidos, os deputados municipais impediram que a mesma passasse, após duas votações - uma de braço no ar e outra por voto secreto -, que resultaram em empate.

A reunião, que se prolongou pela madrugada de 31 de Dezembro, terminou com o presidente da mesa a adiar a decisão para novo mandato.

TRABALHADORES

Votos da U.S. de Braga para 1988

Melhores condições de vida e de trabalho

A União dos Sindicatos de Braga entende que "há condições para aumentar os salários e melhorar as condições de vida". Neste quadro, garante, os trabalhadores "vão prosseguir e intensificar a luta em defesa dos seus direitos e da sua dignidade".

A redução da carga horária, estabilidade de emprego,

melhores salários e pensões, mais justiça fiscal, saúde e

segurança social, constituem algumas das reivindicações que os sindicatos de Braga colocam na ordem do dia, confiantes, afirmam, de que há condições para que estes objectivos sejam atingidos. 1998 é, aliás, na sua pers-

pectiva, o ano em que terá de "haver sinais claros de que a situação dos trabalhadores vai começar a mudar". Na base da sua afirmação está o pressuposto de que "há crescimento económico", a que acresce o facto de "as

empresas obterem lucros como não tinham há décadas", Ao mesmo tempo, observam, "os níveis de produtividade estão e vão continuar a aumentar em 1998", como se pode constatar pela leitura do relatório de exportações do sector têxtil e vestuário.

Para além de reclamar o respeito por todos os direitos dos trabalhadores, nomeadamente a jornada semanal de 40 horas, a União dos Sindicatos de Braga defende a adopção de medidas centradas no emprego, preconizando, simultaneamente, ainda neste capítulo, a "dinamização de medidas que visem recuperar e impedir falências de empresas", bem como o "combate à precariedade das relações de trabalho" e o "reforço da política de formação profissional e de apoio aos desempregados de longa duração e aos trabalhadores no activo".

Fixação do salário mínimo nacional em 61.000\$00 a partir do mês em curso, a par

do aumento do poder de compra dos salários e da promoção pelo Governo da livre negociação colectiva, constituem, por sua vez, algumas das medidas defendidas no plano dos salários e da contratação colectiva.

Quanto à segurança social, de acordo com o comunicado, os sindicatos defendem a melhoria dos níveis de todas as pensões, sendo igualmente de opinião que importa prolongar o subsídio para desempregados de longa duração e, noutro plano, revogar as normas que subordinam o acesso ao subsídio familiar a crianças e jovens ao cumprimento de um prazo de garantia.

No que se refere à política fiscal, segundo a União dos Sindicatos de Braga, urge igualmente as medidas de combate à evasão fiscal, defendendo ainda o incremento da colecta mínima e a actualização para 450 contos do limite máximo da dedução ao rendimento colectável.

Cabos Ávila Trabalhadores exigem intervenção do Governo

Perto de uma centena de trabalhadores da Cabos Ávila concentraram-se terça-feira junto à residência oficial do Primeiro-Ministro para exigir a intervenção do Governo no sentido da reabertura da empresa.

Uma delegação composta pela comissão de trabalhadores e dirigentes sindicais, que pretendia entregar uma carta a António Guterres, solicitando a marcação de uma audiência com carácter de urgência para expor a situação da empresa, encerrada desde 09 de Dezembro passado, foi recebida por um

assessor do chefe do Governo para a área da indústria.

José Brita, presidente do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI), disse que o Governo expressou a sua preocupação e se tinha comprometido a contactar os herdeiros da Cabos Ávila para a formação de uma gestão provisória controlada.

O presidente do SIESI anunciou que se até ao dia de hoje, quinta-feira, não houver uma resposta satisfatória os trabalhadores "forçarão os portões da fábrica" e recomençarão a laborar.

A fábrica Cabos Ávila, recor-

de-se, encontra-se parada desde 2 de Dezembro passado, tendo encerrado a 9 do mesmo mês, em "lock-out", após a gerente Teresa de Ávila ter deixado de comparecer na empresa e admitido não ter dinheiro para pagar salários.

Os trabalhadores exigem a intervenção do Estado como principal credor da empresa Cabos Ávila, detendo 75 por cento dos créditos, referiu o representante sindical, que acusou, por outro lado, a Inspeção-Geral de Trabalho de ter conhecimento da situação ilegal existente de "lock-out" e não actuar em conformidade,

estando os trabalhadores impedidos de recorrer à lei por não lhes ser passada declaração de suspensão do contrato de trabalho.

Aquele dirigente sindical chamou igualmente a atenção para o facto de a família Ávila não se entender e fazer uma "gestão ruinosa" da empresa, lembrando que começou por deixar de pagar ao Estado, a quem deve quatro milhões de contos. Neste contexto, reclamou, o Governo deve intervir, nomeando um gestor que viabilize o retomar da laboração na empresa e permita a sua recuperação económico-financeira.



Trabalhadores concentraram-se à porta do Primeiro-Ministro reclamando a reabertura da empresa

Acidentes ferroviários Trabalhadores refutam acusações da CP

Os trabalhadores da EMEF da Figueira da Foz e Coimbra manifestaram o seu repúdio pelas declarações de responsáveis da CP em que imputam àquelas oficinas a responsabilidade por três acidentes ferroviários recentemente ocorridos.

Reunidos em plenário na Figueira da Foz, os trabalhadores da EMEF (Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários) decidiram simultaneamente dar um prazo ao conselho de gerência da CP para revogar a deliberação em que assume aquela posição, aguardando até ao próximo sábado, dia 9 - data para a qual está agendado um

novo plenário -, "para que Crisóstomo Teixeira revogue a deliberação 46/97".

"Vamos dar um prazo para que a revogação aconteça e clarifique as posições, porque a deliberação põe em causa a nossa idoneidade e o seu conteúdo é muito grave e infundado", afirmou Armando Baptista, membro da comissão de trabalhadores da EMEF.

"Se as acusações não forem retiradas - adiantou - uma das medidas a tomar poderá ser instaurar um processo-crime ao presidente do conselho de gerência, porque são acusações muito graves, que envolvem mortos e feridos graves".

Na resolução aprovada em plenário, os trabalhadores acusam o conselho de gerência da CP de atribuir apenas à qualidade do trabalho executado nos estabelecimentos oficiais as causas de acidentes, esquecendo a falta de investimentos capaz de "modernizar e desenvolver todo o sector".

No texto é igualmente expresso o protesto pelo facto de os responsáveis da CP optarem por penalizar os trabalhadores através do encerramento das oficinas, ilibando os administradores, que, em sua opinião, são os "principais responsáveis pela actual situação em que a EMEF se encontra e labora".

Carreiras na F. Pública Mantêm-se as injustiças

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte considerou que a proposta do Governo de reestruturação das carreiras profissionais "não beneficia nem corrige a situação de injustiça em que se encontram muitos trabalhadores".

"Há trabalhadores da função pública que permanecem a vida inteira na mesma categoria", disse Miguel Vital, dirigente do sindicato, que falava no final de uma reunião dos corpos gerentes do STFPN realizada segunda-feira, no Porto, para analisar e tomar posição sobre a proposta do Governo de reestruturação das carreiras profissionais do regime geral da função pública.

"As perspectivas de acordo sobre esta matéria são reduzidas face às propostas redutoras que o Governo apresenta", sublinhou aquele dirigente sindical referindo-se à ronda de negociações em

curso, pelo que, defendeu, "é necessário criar regras que permitam a progressão e promoção na carreira", sob pena, observou, de "ficar tudo na mesma".

"A reestruturação é um dos pontos nucleares do acordo assinado em Janeiro de 1996 entre os sindicatos da Função Pública e o Governo. A concretização desse acordo está irremediavelmente atrasada e seriamente comprometida", assinalou.

"De facto - acrescentou - o Governo não cumpriu nenhuma das datas previstas para a concretização das negociações sobre esta matéria, acabando por apresentar propostas de reestruturação de carreiras que, entre outras questões, não põe fim à estagnação profissional dos trabalhadores da função pública, nem adequa os conteúdos funcionais às exigências actuais".

Novotex Ameaças não intimidam

A administração da empresa de calçado Novotex instaurou processos disciplinares e ameaça com o despedimento as dez trabalhadoras que se recusam a assinar um novo contrato de trabalho. A perseguição a estas trabalhadoras, todas elas com muitos anos de antiguidade na empresa, ganha assim novos contornos após estarem três meses com salários em atraso e ainda não terem recebido o 13º mês.

Tudo fica a dever-se, segundo um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, ao facto de as trabalhadoras não aceitarem a assinatura de um novo contrato de trabalho, como pretende a empresa, que assim procura ficar isenta do pagamento de contribuições à Segurança Social, com base num decreto-lei que permite essa isenção às empresas que criem novos postos de trabalho.

Ora sucede que não é manifestamente este o caso da Novotex, que não só não criou nenhum novo posto de trabalho, como busca agora de modo ilícito furtar-se ao cumprimento das suas obrigações para com a Segurança Social, a pretexto de uma alegada reestruturação.

Como salienta o Sindicato, "todas as trabalhadoras têm muitos anos na empresa e por isso consideram que os responsáveis da Novotex - Indústria de Calçado, Lda não estão a agir de boa-fé com a Segurança Social, uma vez que não criaram qualquer novo posto de trabalho".

Alertando para o facto de já terem sido detectadas situações muito semelhantes noutras empresas, o Sindicato afirma não estar disposto a dar descanso aos prevaricadores e garante que se o caso da Novotex não for resolvido no quadro das diligências efectuadas junto da Inspeção de Trabalho, sê-lo-á, seguramente, nos tribunais.

NACIONAL

JCP/Vila Verde

O Núcleo da JCP de Vila Verde passa a funcionar no centro de Trabalho do Partido, em Vila Verde, todos os sábados a partir das 21.30 horas, com um novo espaço de debate e reflexão.

Estudantes timorenses denunciam repressão

O rapto e desaparecimento de um professor universitário timorense e o rapto e tortura de vários estudantes em Surabaya (Indonésia) - já referido nas páginas do "Avante!" - foram denunciados à ONU pela Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENETIL). Em carta endereçada ao Secretário-Geral, Kofi Annan, com cópia para o Governo português, para o Presidente da República, para a Comissão dos Direitos Humanos e outras entidades, a RENETIL revela que a 23 de Dezembro foi raptado por polícias a paisana o professor Lucas da Costa, o único timorense que ensina em universidades indonésias. Dois dias antes seis estudantes universitários timorenses foram raptados em idênticas circunstâncias e levados para uma casa nos arredores de Surabaya, onde foram submetidos a torturas durante várias horas antes de serem libertados. A 24 de Dezembro sucedeu o mesmo ao vice-presidente da associação de estudantes timorenses em Surabaya, Raimundo, de 26 anos, que ficou com sequelas da violência sofrida. Sobre o paradeiro de Lucas da Costa nada se sabe e a RENETIL receia que ele possa ser assassinado e o seu corpo enterrado em local escondido. O "crime" de Lucas da Costa, que dirige uma fundação que angaria fundos para a formação de quadros, terá sido o de apoiar jovens timorenses a quem os militares indonésios tinham retirado as bolsas de estudo como represália pelas suas posições políticas.

Beja ratifica Plano de Actividades

O Plano de Actividades e Orçamento do Município de Beja para 1998, já aprovado, foi agora ratificado pela Assembleia Municipal. As áreas privilegiadas, para que estão previstas maiores investimentos, são: cultura, desporto e tempos livres; desenvolvimento económico; habitação e urbanização. No documento aprovado sublinha-se "que dois anos após a tomada de posse do actual Governo, continuam por cumprir as promessas feitas do reforço para o dobro da capacidade financeira dos municípios".

Santiago do Cacém aprova Plano de Actividades

A Assembleia Municipal de Santiago de Cacém aprovou o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara para 1998. As áreas que absorvem maiores fatias do orçamento são a habitação, urbanização e urbanismo, desenvolvimento económico, abastecimento público e educação. A política de habitação da autarquia tem passado pela cedência de lotes para auto-construção, pelo apoio às cooperativas de habitação e pelo incentivo à iniciativa privada. A criação de novas oportunidades de emprego será uma das grandes apostas na área do desenvolvimento económico, com a disponibilização de lotes para fixação de indústria ligeira e actividades mistas. Os transportes escolares continuam a absorver uma importante fatia do orçamento municipal, servindo os estudantes residentes na totalidade das freguesias.

Direitos do consumidor

A Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) anunciou que ira requerer ao Parlamento que imponha ao Governo a regulamentação das leis de produtos e serviços e do consumidor. O presidente da APDC disse, em declarações à Agência Lusa, que a omissão de regulamentação das leis 23/96 e 24/96, de 26 de Julho e 31 de Julho, respectivamente, "retira direitos que se reconhecem aos consumidores e está na origem de prejuízos de ordem vária". Os domínios previstos nas leis cuja omissão mais prejudicaria os consumidores dizem respeito, nomeadamente, aos serviços de telecomunicações e serviços postais. O regulamento da acção inibitória, a tutela dos consumidores ante os serviços públicos de transportes, educação e saúde, a criação de tribunais arbitrais e a inserção na lei da rádio e da televisão da disciplina de programação de espaços de informação ao consumidor, são outros domínios previstos nas leis 23/96 e 24/96.

Bombeiros sem apoio

As seis Associações de Bombeiros Voluntários que colaboram na prevenção e combate a incêndios na Serra de Sintra viram-se privadas em 1997 de um apoio do Parque Natural que em 1996 ascendeu a 750 contos. A situação foi denunciada em comunicado pela Associação dos Bombeiros Voluntários de Cascais, uma das corporações afectadas, a par das de Sintra, São Pedro de Sintra, Colares, Almoçageme e Alcibideche. "O apoio foi concedido nos últimos anos ao abrigo de um protocolo assinado entre o Parque Natural e as seis Associações, tendo como objectivo garantir aos Bombeiros recursos acrescidos para a prevenção e combate a incêndios na Serra de Sintra", explica-se no comunicado. "As cartas" - a solicitar explicações sobre se e quando seria concedido o subsídio - "que dirigimos ao Parque em Julho, Outubro e 19 de Dezembro continuam lamentavelmente sem resposta", afirmam os Bombeiros de Cascais. Apesar da ausência de apoio, os Bombeiros garantem que vão continuar a defender o património da serra de Sintra.

Alentejo
Agricultura luta
pela sobrevivência

1997 foi um ano particularmente mau para a agricultura, perspectivando-se, para já, uma série de problemas neste novo ano. Uma situação em que se cruzam perturbações climáticas com políticas que muitas vezes andam ao arrefio dos interesses da agricultura familiar e mesmo da economia nacional, com reflexos graves em várias regiões, nomeadamente no Alentejo.

Os dados mais gerais confirmam a apreciação crítica dos agricultores às políticas que têm vindo a ser seguidas. Antes da aplicação, em Portugal, da Política Agrícola Comum (PAC), a nossa agricultura produzia 60 por cento do consumo alimentar nacional enquanto, depois da entrada na Europa comunitária, a produção não excede 30 por cento do consumo.

Uma realidade pela qual o ministro da Agricultura veio responsabilizar a falta de qualidade das frutas portuguesas, incapacidade dos agricultores de utilizar os circuitos de comercialização e alternativas a alguns produtos agrícolas pouco rentáveis. Declarações que levantaram, naturalmente, uma onda de protestos.

Neste momento, a situação que se vive no Alentejo é particularmente difícil. Com os solos saturados de água, devido às fortes chuvas que começaram a cair em Novembro, as sementeiras de Outono/Inverno estão suspensas, as colheitas de milho adiadas e a azeitona é muito reduzida e de má qualidade.

Uma crise que já vinha de trás, e que as temperaturas de Novembro, muito superiores aos valores normais da época, acompanhadas por forte índice de pluviosidade, agudizaram mais ainda. Em muitos olivais alentejanos, a azeitona acabou por apodrecer no chão e, no que respeita ao trigo, deverão estar semeados apenas dez por cento da área reservada para este cereal.

Já antes, a falta de chuva do início do ano provocara estragos na

agricultura, agravados com um temporal de granizo e vento em Agosto último, que afectou os meloais, vinhas e outras culturas de Verão.

A grande tempestade de 5 de Novembro, que fez 12 mortos nos concelhos de Aljustrel, Ode-

tes ao reembolso dos investimentos inesperados que alguns municípios tiveram que fazer para resolver de imediato situações de emergência em infra-estruturas públicas.

Ou ainda, a questão - para cuja solução ainda só há promessas - das horas extraordinárias largamente excedidas por muitos trabalhadores municipais, que se empenharam no socorro às populações.

Mais grave é o que se passa com as actividades produtivas, que tiveram de parar por falta de condições de laboração. Para além dos prejuízos registados, continuam sujeitas ao pagamento

nhamento entre os agricultores alentejanos para ultrapassar esta fase de dificuldades.

A feira Agrícola de Santiago de Cacém, que decorre entre 29 de Maio e 1 de Junho, registou um aumento de stands, de número de visitantes e de participação em colóquios. A Feira Agrícola de S. Teotónio, que se realiza em cada Verão no litoral alentejano, foi este ano pequena para albergar todos os expositores, deixando de fora da feira uma centena.

Em Almodôvar, destaca-se a criação do Centro Rural. Uma iniciativa da associação In Loco, cujos projectos, já aprovados, têm



Antes da PAC a nossa agricultura produzia 60 por cento do consumo alimentar nacional enquanto hoje a produção apenas satisfaz 30 por cento das necessidades

mira e Ourique e causou prejuízos superiores a seis milhões e meio de contos, continua a não ter, da parte do governo, a resposta adequada. Em flagrante contraste com a onda de solidariedade que se fez sentir por todo o País.

Múltiplos são os problemas que continuam a aguardar solução.

É o caso dos diplomas, que continuam por publicar, referen-

de impostos, como se estivessem a produzir.

Sem resposta continua também a situação dos agricultores que, porque não são donos da terra, não têm hipótese de recorrer à banca, pois esta só faz empréstimos com garantias.

Neste quadro global de graves problemas, alguns factos e iniciativas testemunham de que é possível fazer algo e de que há empe-

como objectivos principais o desenvolvimento integrado e a criação de postos de trabalho.

Para os agricultores alentejanos, a grande questão passa pela criação de condições que permitam limitar a dependência relativamente às oscilações do clima. O que envolveria a diversificação de culturas, pelo regadio. Uma perspectiva que surge ligada ao projecto do Alqueva.

Grândola municipal
Centésima edição

As questões do ambiente e do ordenamento do território merecem particular realce na centésima edição do Boletim Municipal de Grândola, agora distribuído, um dos pioneiros da informação aos municípios no nosso país.

"Embora o nosso concelho tenha um nível de resposta muito acima da média do País, na quantidade e na qualidade da água fornecida, dos esgotos tratados e do lixo recolhido, ainda assim os nossos principais investimentos vão para essas áreas", refere-se em editorial.

No que se refere ao planeamento e ordenamento do território, o editorial sublinha os resultados entretanto alcançados: "Decorrido pouco mais de um ano sobre a

data da ratificação do PDM em Conselho de Ministros, estão em execução cerca de quinze Planos de Urbanização e de Pormenor".

Neste quadro, e numa perspectiva de desenvolvimento do concelho surge, com destaque, o protocolo assinado com o ISCTE - instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em Novembro passado, segundo o qual terão início em Grândola, já no próximo ano lectivo, cursos de pós-graduação ministrados por esta instituição.

No documento assinado entre a Câmara de Grândola e o ISCTE refere-se que "o ordenamento e a descentralização urgentes do País", exigem que se lance mão "dos mais diversos apoios, estímulos e projectos que integrem os

adequados instrumentos económicos e tenham em conta variáveis e mecanismos sociais, científicos, culturais e demográficos".

É nesta perspectiva que o protocolo se insere, tanto mais que, quer no quadro da Europa quer por experiências no nosso país, a extensão do ensino superior é considerada como "uma das fontes privilegiadas para inverter processos de desertificação" e contribuem para "a revitalização de regiões deprimidas".

Destaque merece, igualmente, uma série de iniciativas no quadro do Plano Global de Intervenção (PGI) do Centro Rural, que inclui "a recuperação total do malacate, símbolo do Lousal", a criação de um Centro de Artes Artesanais, o

museu mineiro, a criação de um parque de campismo. Ou ainda a criação de um serviço de apoio domiciliário - para o que já foram assinados os respectivos protocolos - que engloba, quer a satisfação de necessidades básicas, quer pequenas adaptações dos espaços habitacionais e animação/ocupação.

O boletim municipal valoriza, por outro lado, o estudo "Eco-grafia do país real", que confirma Grândola numa boa posição no plano nacional, no que respeita ao ambiente. Uma via em que já foram entretanto ultrapassados alguns índices considerados nesse estudo.

Um quadro de realizações significativo que, naturalmente, não poderá ignorar problemas múltiplos.

NACIONAL

Chamadas locais aumentam na prática 47% Ano novo com preços mais altos

A entrada do novo ano foi acompanhada, como é costume, com o anúncio da subida de preços em vários produtos e serviços. De forma explícita ou encapotada a verdade é que as contas da electricidade e do telefone vão subir, assim como serão agravadas as rendas de casa, os preços dos selos de correio, o imposto automóvel, entre outros.

Um dos casos mais graves é sem dúvida o telefone. A Portugal Telecom, através de dispendiosas páginas de publicidade nos jornais, anuncia os novos preços como «mais justos», «mais modernos» e afirma que haverá uma redução média no custo das chamadas. Contudo, as notícias vindas a público mostram que as alterações previstas no tarifário terão efeitos muito contrários aos propagandeados, pelo menos para a grande maioria dos consumidores.

Se por um lado o preço dos impulsos desce de 13\$50 para 9\$95, a verdade é que passa a vigorar uma taxa de activação de cada chamada, no valor igual a um impulso. Ou seja, passa a ser cobrado um custo fixo pelo estabelecimento da comunicação a que acresce um custo variável com a duração da chamada. Assim, por uma chamada local de três minutos o consumidor vai pagar 19\$90 contra os actuais 13\$50, o que representa um aumento de 47 por cento!

Se tivermos em conta que o grosso das chamadas residenciais é feito localmente e não ultrapassa um impulso, concluiu-se facilmente que a conta do telefone vai subir em flecha para a grande maioria dos pequenos clientes.

Em contrapartida, a PT bene-

ficia os grandes clientes já que garante uma redução gradual à medida que se prolonga a conversa. A partir do terceiro impul-

so, por exemplo, é feito um desconto de 50 centavos.

Aumento significativo sofre o valor da assinatura mensal. De 2160 escudos passa 2352 escudos, o que representa um aumento próximo dos 9 por cento. Agravado é igualmente o custo de instalação do telefone de 16.500 escudos para os 16.848 escudos.

Recorde-se que o custo das chamadas locais subiu mais de

400 por cento entre 1993 a 1997, enquanto a assinatura mensal aumentou 38 por cento, no mesmo período.

Desta forma, os descontos anunciados para os assinantes com baixo consumo (menos de 215 impulsos por mês) e a série de pacotes «poupança», nomeadamente para ligação à Internet, ou para três números locais, dificilmente poderão compensar os referidos agravamentos.

Novo sistema de zonas

A par destas alterações, a PT introduz um novo sistema de preços. Assim, segundo um artigo de Murteira Nabo, publicado na última edição do «Expresso», «são definidas novas zonas de tarifação apenas em função da distância. O seu número desce de sete para três: local, regional e interurbana, por oposição às actuais zonas local, regional 1, 2 ou 3, para Lisboa e Porto, antiga regional dos CTT, para o resto do país, interurbana 1 ou 2».

Ainda citando o presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom, «as novas zonas, por sua vez, não obedecem a limites fixos, mas sim a um conceito de área geográfica deslizante», ou seja, «o que conta é o ponto de origem e o ponto de chegada».

O novo modelo, que tem início a partir de Fevereiro, define que «o tráfego local é todo aquele que se efectua dentro de uma mesma área local, entre áreas locais vizinhas ou entre áreas que distem entre si até dez quilómetros. Por seu turno, as chamadas regionais processar-se-ão entre áreas locais cujos limites

distem entre si mais de dez quilómetros e menos de 50. As chamadas feitas entre áreas situadas a distâncias superiores a 50 quilómetros serão consideradas interurbanas».

Outra medida com influência directa nos custos de utilização é a diminuição do número de bandas horárias, desaparecendo a banda intermédia, entre as oito e as nove da manhã e as 20 e as 22 horas. As novas tabelas de grande tráfego serão aplicadas entre as 9 e as 21 horas de segunda a sexta-feira, e os preços de pequeno tráfego serão aplicados das 21 às 9 horas e aos fins-de-semana.

Refira-se ainda que o nosso país já tem o cabaz de telecomunicações para utentes residenciais mais caro de toda a Europa, tendo em conta o poder de compra. Não surpreende pois que as empresas de telecomunicações sejam altamente lucrativas, e, segundo as previsões, a Portugal Telecom irá apresentar um lucro, relativo a 1997, entre os 64 e os 72 milhões de contos

Electricidade mais cara

Portugal é também o país que pratica, há vários anos, os preços da electricidade mais elevados da Europa. Não obstante, enquanto na vizinha Espanha o preço da luz baixa 3 por cento em 1998, aqui será aumentado em 1,5 por cento. Face aos valores praticados pelos espanhóis, a actualização agora anunciada representa um agravamento de 4,5 por cento. Ainda relativamente ao país vizinho, enquanto as pequenas e médias empresas

espanholas beneficiam este ano de uma redução de 5 por cento na electricidade, as congéneres portuguesas apenas têm uma redução de 1,3 por cento.

Imposto automóvel sobe

Ter carro vai ser mais caro este ano, pelo menos pela via fiscal. O imposto automóvel para os ligeiros de passageiros sofre um aumento de 2 por cento enquanto o imposto municipal sobre veículos, o chamado selo, vai ser agravado em 4,5 por cento. Dependendo da cilindrada, os veículos todo-o-terreno e os monovolumes são atingidos por um aumento maior do imposto que pode chegar ao 40 por cento.

Cartas, rendas e transportes

Enviar uma carta passou a partir de Janeiro a custar mais, situando-se em 2,1 por cento o aumento médio da correspondência. O correio normal passa de 49 para 50 escudos. O preço do correio azul mantém-se em 80 escudos, enquanto o correio internacional para os países da UE sofre um aumento de 85 escudos.

Sabendo-se já que as rendas de casa serão aumentadas, consoante os casos, entre 2,3 e 3,45 por cento, no momento do fecho desta edição não havia ainda notícia de alterações no preço dos transportes, embora se saiba que estão a ser preparadas novas tabelas para a CP, Carris, STCP, Transtejo e TAP, bem como para as portagens da Brisa.



A partir de Fevereiro a PT cobra uma taxa fixa pelo estabelecimento da comunicação

Montijo

Plano e Orçamento da CDU aprovado pela maioria PS

Com aprovação pelos eleitos do PS do plano de actividades e orçamento da CM do Montijo para 1998, o novo executivo socialista comprometeu-se a gerir a autarquia com base num documento elaborado pela equipa da CDU.

Por seu lado, os eleitos da Coligação decidiram abster-se na votação considerando que desta forma não impunham nem atrasavam a aprovação e consequente execução do plano.

Na ocasião, Jacinta Ricardo, presidente da Câmara no mandato que agora findou, sublinhou que com a aprovação daqueles documentos «a nova administração municipal passa a dispor de todos os instrumentos de gestão que lhe permitem, sem atrasos ou indefinições, dar início ao cumprimento dos inúmeros compromissos assumidos».

Para a antiga presidente e actual vereadora da CDU, os montijenses têm razões para «exigir do próximo executivo a realização de todas as obras» pois, explicou, nunca antes um

executivo dispôs das tão boas condições para governar como o que tomou posse na passada segunda-feira.

«Uma maioria absoluta, um elevado número de obras concursadas e em execução, um conjunto de candidaturas com financiamentos garantidos, um orçamento de mais de 6 milhões de contos com financiamento assegurado no montante superior a 4 milhões de contos, uma situação financeira controlada e uma situação patrimonial bastante confortável».

A isto acresce que o anterior executivo da CDU levou a cabo uma reestruturação de serviços dotando o município de um quadro de pessoal capaz de responder com eficácia aos desafios dos próximos anos.

Consciente do bom trabalho realizado pela CDU, Jacinta Ricardo recordou que, em 1989, a CDU herdou um volume de projectos aprovados no Quadro Comunitário de Apoio no valor de 320 mil contos. Actualmente, os eleitos da Coligação deixam asse-

gurados investimentos no valor de 5 milhões e 80 mil contos.

De igual modo, a situação financeira herdada pelos eleitos da Coligação apresentava uma dívida superior a um milhão de contos. Hoje o panorama é diferente em resultado de uma boa

gestão. Segundo Jacinta Ricardo, «a maior dívida de empréstimos ainda tem a ver com o saneamento financeiro negociado e contratado em 1990 (...) e a verba referente ao Plano Especial de Realojamento, no valor de 962.736 de contos, é compensa-

da pelo valor patrimonial dos prédios».

Na sua declaração, lembrou ainda que o Montijo vai ser o concelho que mais irá crescer na Área Metropolitana de Lisboa prevendo-se que a sua população duplique no próximo decénio.

Para tanto contribui a nova travessia do Tejo e as novas acessibilidades, bem como a possibilidade de o novo aeroporto internacional vir a ser construído na margem sul atraindo investimento gerador de novas actividades económicas e emprego.

Governo reedita colecta mínima

Um diploma aprovado pelo último Conselho de Ministros de 1997 estabelece que os contribuintes sujeitos a IRC serão obrigados a fazer um pagamento por conta - vulgo colecta mínima - de cem a 300 contos durante o próximo mês de Março, mesmo que não apresentem lucros.

Esta nova contribuição vem juntar-se aos pagamentos por conta dos meses de Julho, Agosto e Dezembro já consagrados no código do IRC, e o seu valor é igual à diferença entre um por cento do volume de negócios e os pagamentos por conta efectuados no ano anterior.

Contudo, no primeiro ano de actividade as empresas não pagam este imposto e o valor pago pode ser deduzido na declaração periódica do exercício a apresentar até 31 de Maio, ou no ano seguinte.

O diploma fixa ainda a possibilidade de solicitar o reembolso

da parte que não possa ser deduzida, através de um requerimento ao chefe de repartição de Finanças da área da sede da empresa no prazo nos 30 dias seguintes ao termo do prazo de apresentação de declaração periódica de rendimentos relativa ao último exercício.

Na prática, trata-se do mesmo diploma que esteve para entrar em vigor em 1997 e que designava como «colecta mínima» o que agora é chamado «pagamento especial por conta».

No anterior diploma, o volume de negócios era estimado multiplicando por três o montante das vendas ou das prestações de serviços realizadas no primeiro trimestre. No decreto-lei agora aprovado utiliza-se como valor de referência os negócios realizados no exercício anterior.

Curioso é ainda o facto de no mesmo diploma se consagrar a redução da taxa de IRC de 36 para 34 por cento.

Orçamento comunitário virado para o euro

A versão definitiva do orçamento geral da União Europeia para o corrente ano, aprovada pelo Parlamento Europeu na sua última sessão de Dezembro, apesar de apresentar alguns aspectos positivos, continua marcada pela austeridade imposta pela moeda única. A opinião é dos deputados do PCP no PE, que em comunicado divulgado a propósito salientam o facto de o orçamento comunitário contemplar várias propostas dos comunistas portugueses, como é o caso do apoio financeiro a ONG's que operem em Timor-Leste e o financiamento da pequena pesca costeira e artesanal.

Por proposta dos deputados do PCP, refere o comunicado, «foi aceite a inclusão de Timor-Leste numa lista de países que podem beneficiar do financiamento das ONG's que aí levem a cabo acções de ajuda ao desenvolvimento». A rubrica para o efeito dispõe de 200 milhões de ecus destinados a financiar projectos de educação, saúde, desenvolvimento rural, social e agrícola. A decisão, como sublinham os eurodeputados, «reveste-se de um especial significado político», já que coloca Timor-Leste a par de outros Estados soberanos, e permite canalizar a ajuda directamente para aquele território.

No respeitante à pesca, foi aprovada uma proposta que permite o restabelecimento do financiamento de projectos de desenvolvimento e promoção local com o objectivo de preservar a pequena pesca costeira e a pesca artesanal. Esta rubrica, que dispõe de dois milhões de ecus, está aberta a Associações de Pescadores, organismos regionais e ONG's que possam contribuir para a manutenção de artes fixas e dos valores culturais regionais inerentes ao tipo de arte de pesca, bem como o desenvolvimento do sector comercial e industrial.

Estes aspectos positivos não bastam, no entanto, para contrabalançar a orientação claramente restritiva do orçamento de 1998, que tal como o do ano transacto é marcado pela «austeridade imposta pela moeda única», e procura «ajudar os Estados-membros com maiores dificuldades no cumprimento dos critérios de convergência, sobretudo no que diz respeito ao défice orçamental».

Para os eurodeputados comunistas, «numa altura em que se justificava que o orçamento da Comunidade contribuisse para a resolução de problemas como o desemprego (numa Europa onde existem, hoje, 18 milhões de desempregados e 50 milhões de excluídos), as verbas destinadas ao emprego - 150 milhões de ecus - vêm demonstrar à saciedade que as intenções declaradas na Cimeira do Luxemburgo não passam precisamente disso - "intenções"».

A comprovar a sua análise, os eurodeputados lembram que «o Conselho nem sequer aceitou a primeira proposta do Parlamento de dotar para 98 uma iniciativa para o emprego com 391 milhões de ecus», e que é o próprio Parlamento que acaba por aceitar a alteração dessa sua proposta «e passa a admitir apenas 150 milhões de ecus» para o efeito. Acresce, como sublinham os deputados comunistas, que aquela verba «não representa um recurso financeiro adicional», antes corresponde à «redistribuição de dotações já existentes e o corte em políticas sociais, culturais e de energia».

A finalizar, o documento a que nos vimos reportando aponta como exemplo «**extremamente significativo das prioridades actualmente em vigor, e que os deputados do PCP rejeitam liminarmente, é o facto de as acções de informação (leia-se publicidade/propaganda) disporem de mais 100 milhões de ecus, dos quais 42 se destinam exclusivamente ao Euro.**».

Comentários para quê?

Alemães preferem o marco

Os alemães continuam muito renitentes face à eventual troca do marco pelo euro. Segundo uma sondagem do instituto Emnid divulgada recentemente pelo Spiegel, cerca de 56 por cento da população está contra a substituição do marco pela futura moeda única.

Segundo aquele semanário, quanto mais se aproxima a data de entrada em vigor do euro - prevista para 1 de Janeiro de 1999 -, mais os alemães o rejeitam. Como recorda o jornal, em Dezembro de 1996, a percentagem dos que estavam contra a moeda única era de 49 por cento. De acordo com a sondagem do Emnid, apenas 39 por cento dos alemães se pronunciam hoje a favor do euro, contra 44 por cento nos finais de 1996.

A rejeição da moeda única é ainda mais acentuada no território da ex-RDA, onde 69 por cento da população recusa abandonar o marco.

Os alemães, tanto do Ocidente como do Leste, consideram na sua esmagadora maioria - 73 por cento - que o euro será menos estável do que o marco. Apenas 21 por cento acredita no contrário, informa o Spiegel.

Crise em Israel

O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, que segunda-feira conseguiu ver aprovada a sua proposta de orçamento por uma escassa meia dúzia de votos, enfrenta na próxima semana uma moção de censura.

O governo israelita vive dias de cada vez mais instável equilíbrio, agravado com a recente demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros, David Levy. Levy demitiu-se em protesto contra a austeridade do projecto de orçamento para 1998 é contra o bloqueio do processo de paz, designadamente a não aplicação das retiradas militares da Cisjordânia, previstas nos acordos sobre a autonomia concluídos com a Autoridade Palestiniana.

Os acordos prevêem três retiradas sucessivas até meados deste ano.

Rejeitando as críticas do seu ex-ministro, Netanyahu afirmou numa conferência de imprensa em Jerusalém que deseja continuar a governar com a sua coligação de direita. «Penso que este governo vai continuar o seu trabalho, porque conduz uma política certa para chegar a uma paz em segurança», disse Netanyahu, afirmando que pensa ter «uma maioria no parlamento para conduzir esta política.»

Garantindo que «a coligação é mais sólida, mais estável do que aquilo que se pensa», o primeiro-ministro não manifesta qualquer vontade de se demitir. «Respeitaremos o mandato que nos deram», declarou, ao mesmo tempo que anunciava a intenção de «por agora» acumular a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Na óptica do primeiro-ministro, o processo de paz está «no ponto» de ser relançado, pelo que advertiu a sua maioria de direita para os «perigos» de eventuais eleições antecipadas. «Penso que os membros da coligação não querem fazer cair

o governo para levar ao poder um governo de esquerda que nos conduzirá às fronteiras de 1967», disse. Netanyahu referia-se ao período anterior à ocupação dos territórios palestinianos e sírios.

Uma opinião que nem o ministro da Defesa israelita, Yitzhak Mordehai, partilha. O ministro ameaçou sexta-feira demitir-se, se o governo não proceder a uma nova retirada militar da Cisjordânia ocupada.

«Se não houver retirada, haverá certamente problemas com os norte-americanos, europeus e palestinianos, e o conjunto do processo (de paz) estará num impasse», declarou Mordehai à televisão estatal.

«Não posso ficar num governo que não salvaguardará os interesses nacionais, quer seja em matéria de segurança quer no que se refere à paz», acrescentou o ministro, membro do partido do Likud, tal como o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

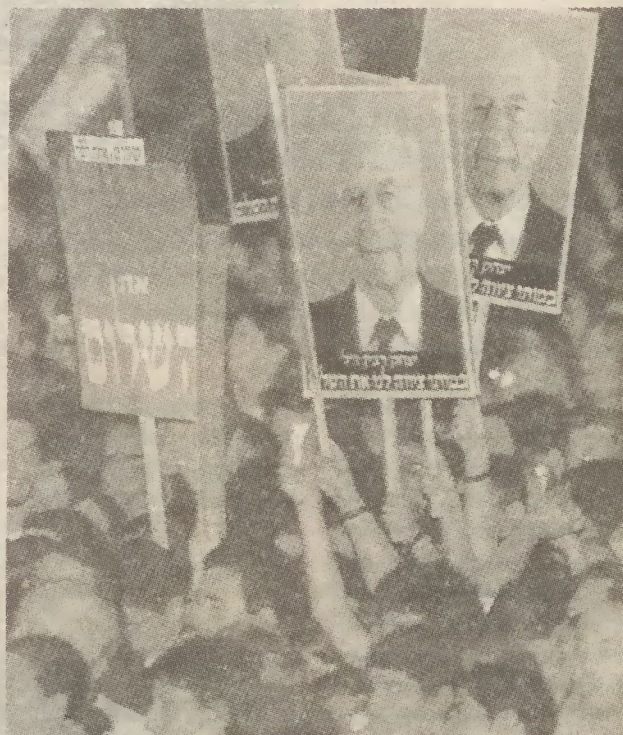
A advertência de Mordehai ocorre quando alguns membros da coligação de direita se opuseram a qualquer redescartamento na Cisjordânia.

Também o líder da oposição trabalhista, Ehud Barak, preconiza eleições antecipadas para «parar com o espectáculo dado por este governo, que envergonha os seus próprios partidários».

«Todo o povo quer a mudança», afirmou Barak à televisão.

Negociações de paz de novo em causa

Entretanto, o governo palestiniano rejeitou a proposta



As manifestações pela paz, em Israel, conheceram nos últimos dois anos, desde o assassinato do primeiro-ministro Rabin, um notável incremento. Quanto mais Rabin se torna um símbolo dos anseios desejados de paz, mais cresce o isolamento de Netanyahu

israelita de iniciar as negociações sobre o estatuto final dos territórios palestinianos sem estarem resolvidos os problemas pendentes.

Reunido no final da semana passada em Jericó, na Cisjordânia, sob a presidência de Yasser Arafat, o gabinete instou Washington a pressionar Israel para que aplique os acordos intermédios assinados com a Autoridade Palestiniana.

«A aplicação dos aspectos mais importantes dos acordos é uma condição prévia à abertura de negociações sobre o estatuto final», afirma um comunicado do governo palestiniano citado pela Lusa.

O primeiro-ministro israelita propôs que Israel proceda a um redescartamento das suas tropas na Cisjordânia, previsto nos acordos intermédios, sob a condição de os palestinianos aceitarem adiar a aplicação de outros capítulos dos acordos e iniciarem directamente as negociações sobre o estatuto final.

Por seu turno, o governo palestiniano exige que Israel concretize três retiradas do seu exército da Cisjordânia até meados de 1998, tal como está previsto nos acordos de Hebron. O gabinete recusou também uma proposta do ministro das Infra-estruturas Nacionais israelita, Ariel Sharon, que dá definitivamente a Israel o controlo de 60 por cento da Cisjordânia.

Toda esta movimentação ocorreu nas vésperas da chegada a Israel de Dennis Ross, o mediador norte-americano para o Médio Oriente. Ross encontrou-se com Netanyahu anteafronte para preparar o encontro de Bill Clinton com o primeiro-ministro israelita, em Washington, no próximo dia 20 de Janeiro, e com Yasser Arafat, no dia 22. Um calendário que poderá ser posto em causa pelos resultados da votação da moção de censura que Netanyahu vai enfrentar na próxima semana.

PCF reclama

Dar a palavra ao povo

O Tribunal Constitucional francês considera que o tratado de Amesterdão contém artigos contrários à Constituição francesa, pelo que a sua ratificação implica uma reforma constitucional. O parecer abre caminho para a realização de um referendo sobre a moeda única, como há muito vem reclamando, entre outros, o Partido Comunista Francês.

Segundo o parecer do Tribunal Constitucional, a reforma constitucional antes da ratificação é indispensável, dado que «a amplitude e as modalidades de transferência de competências autorizadas pelo tratado de Amesterdão, poderão afectar as condições essenciais do exercício da soberania nacional». Trata-se, na prática, do reconhecimento de que a concepção da União Europeia concebida sob a égide da moeda única representa a perda de liberdade de esco-

lha dos Estados-membros, ou seja, a perda de soberania. Uma questão que se aplica não apenas a França, mas à generalidade dos Quinze, e que reforça os alertas que certos sectores da sociedade, com particular destaque para os comunistas, vêm fazendo no que respeita a este modelo de construção europeia.

A alternativa que se coloca - parecendo evidente que os governos dos Quinze não estão interessados em mudar de rumo - é a de dar a voz ao povo. Isso mesmo defende o PCF, cujo Secretário-geral, Robert Hue, enviou esta semana uma carta ao Presidente francês, Jacques Chirac, advogando a realização de um referendo sobre a matéria e pedindo um encontro para discutir o assunto. Considerando que as decisões a tomar este ano no âmbito da União Europeia, designadamente no que concerne à passagem à moeda única, à ratificação

do tratado de Amesterdão e à abertura de negociações com os países candidatos ao alargamento da UE», implicam aspectos «essenciais para o futuro da França, tanto do ponto de vista económico e social como do ponto de vista da soberania», Robert Hue defende que «cabe ao povo decidir». «Uma consulta através de referendo - afirma o Secretário-geral do PCF - permitirá que após um amplo debate nacional os franceses se pronunciem com conhecimento de causa e devidamente esclarecidos.»

O PCF convocou entretanto para o próximo dia 18 de Janeiro uma manifestação que tem como objectivo exigir uma «verdadeira reorientação da construção europeia, e exigir o referendo». Nas palavras de Robert Hue, a manifestação «não será um fim, mas um ponto de partida».

Em prol da realização do referendo.

Argélia Ramadão sangrento

Mais de 400 pessoas foram massacradas na Argélia no dia 31 de Dezembro, a maioria degoladas com espadas. Outras 170 tiveram o mesmo destino, no início desta semana. Os autores dos massacres são membros de grupos fundamentalistas islâmicos, que, com o Ramadão, aumentam a violência e o número dos seus ataques.

Terror e sangue marcaram o fim de ano da população das localidades de Ouled Sahrine, Ouled Sahnoune, Al Abadel Kherarba e Ben Taiyeb, situadas nos montes de Ouarsenis, no departamento de Relizane.

No dia 31 de Dezembro, um grupo armado investiu contra estas aldeias não poupando ninguém. Os bebés eram projectados contra as paredes das casas, enquanto os seus parentes eram mortos a golpes de machado ou decapitados. Até mesmo o gado e os cães foram mortos.

Ali B., um dos sobreviventes, afirmou, citado pelo jornal «L'Humanité»: «Quinze pessoas da mesma família foram degoladas e amontoados na sêmola. «Tentaram degolar-me com um punhal, como tinham feito ao meu tio. Em seguida, fui pisado por todos os indivíduos, antes de receber um golpe de machado na barriga», conta outra testemunha.

Os assassinos são descritos como estando vestidos à afeição, roupa que reporta aos grupos da GIA.

As testemunhas identificaram formalmente Aoued Abdellah, conhecido por Cheikh Noureddine, um chefe da GIA, como tendo dirigido o ataque. Este homem é procurado pelas forças de segurança argelinas, tendo a sua cabe-

os familiares emigrados enviam, permitem a sobrevivência precária da sua população.

Reacções aos massacres

A exigência de medidas face ao horror dos massacres na Argélia faz-se ouvir em todo o mundo.

Destaca-se, entre outros, a tomada de posição do ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Klaus Kinkel, que pediu à presidência britânica da União Europeia para convocar

contra o terrorismo, segundo as regras de um Estado de direito, e de ajuda às vítimas do terror».

Num comunicado divulgado a propósito dos últimos massacres, o ministro alemão faz notar que a comunidade internacional não pode ficar «sem voz e impotente» face a estes «actos de fanáticos», mesmo se «é difícil ajudar a Argélia a partir do exterior». Kinkel apela igualmente «ao governo argelino para procurar o diálogo com todas as forças islâ-

executiva da Frente Islâmica de Salvação (FIS) no estrangeiro» afirmou em Bona «condenar firme e vigorosamente» a matança de sábado, acusando o «poder instalado em Argel» de, «de uma forma ou de outra, ser responsável pelos massacres». Para a FIS, a barbárie que se vive no país não pode ser dissociada «do armamento (pelas autoridades) de certas camadas da população» e «da continuação da política de infiltração de grupos criminosos e a sua utilização na execução de actos abjectos».

Em Roma, o Papa João Paulo II exprimiu a sua «preocupação cada vez maior e dolorosa pela persistência da violência e dos massacres no mundo», referindo em particular os massacres na Argélia «com um enorme número de vítimas mortas com uma crueldade atroz».

Também o Irão condenou o massacre «impiedoso» de civis e apelou ao mundo muçulmano para romper com a sua «indiferença» perante tais «crimes odiosos». O ministro dos Negócios Estrangeiros, Mahmoud Mohammadi, declarou que «a continuação dos massacres de mulheres e crianças inocentes na Argélia, não importa por que facção, é condenável e repugnante», e classificou de «injustificável o silêncio das organizações internacionais». Para o diplomata iraniano, é desejável que a ONU e a Organização da Conferência Islâmica, presidida pelo Irão, «possam tomar medidas para prevenir a repetição de semelhantes actos desumanos».



Terror e sangue marcaram o fim de ano argelino

A região montanhosa onde foi palco o massacre é uma das mais pobres da Argélia. A principal actividade da população é a agricultura de subsistência e a criação de ovinos, que, juntamente com as remessas de dinheiro que

uma reunião a fim de estudar formas de ajudar o governo argelino na luta contra o terrorismo. Segundo Kinkel, é de encerrar uma «visita da troika ao nível político para propor ao governo argelino a cooperação na luta

micamente aceitáveis», embora sublinhando que as eventuais iniciativas diplomáticas da UE não devem de forma alguma representar «uma ingerência nos assuntos internos argelinos».

Por seu turno, a «instância

Curdos A Europa como miragem

Largas centenas de curdos estão a chegar à Europa em navios sobrebotados, como imigrantes clandestinos. A prisão é o destino de muitos deles. Enquanto os países da União Europeia reforçam as fronteiras, as organizações curdas consideram este fenómeno uma chantagem do governo turco para cair novamente nas boas graças do Ocidente.

A Itália é o principal país escolhido pelos imigrantes para entrar na Europa, mas o destino final da maioria é a Alemanha, onde já residem 500 mil curdos. Só um pequeno número conseguirá instalar-se, já que as autoridades tudo fazem para os interceptar.

A costa sul de Itália é actualmente vigiada por nove unidades navais, dois helicópteros e um avião.

Na passada quinta-feira, o navio com pavilhão panamiano «Cometa», proveniente da Turquia, foi encontrado à deriva a várias milhas ao largo de Otranto, no sul de Itália. A bordo seguiam 386 curdos. Dois homens, suspeitos de pertencerem à tripulação da embarcação, foram detidos pela polícia italiana sob a acusação de tentativa de naufrágio e de incitação à imigração clandestina.

Dois dias depois, duas mulheres e uma criança morreram quando um barco com refugiados naufragou nas águas do rio Evros, na fronteira greco-turca. Cento e vinte pessoas foram presas.

Cinco membros da tripulação do navio «Ararat», que chegou a semana passada à costa italiana da Calábria com 831 clandestinos, foram também detidos.

Segundo a imprensa alemã, cerca de 10

mil curdos devem chegar a Itália por mar durante esta semana.

Retorno ao Curdistão

«Como se pode explicar que o Estado turco, actualmente a segunda força da NATO e dotado de meios militares e tecnológicos sofisticados, não esteja informado de que centenas de pessoas transpuseram as suas fronteiras em direcção a Itália?», interroga o Comité de Representação na Europa da Frente de Libertação Nacional do Curdistão (ERNK), numa nota à imprensa.

Para esta organização, é claro que «os Estados membros da UE estão, uma vez mais, perante uma chantagem que a Turquia conduz há vários anos».

E qual o seu objectivo? «Depois de ver negado o seu pedido de integração na UE pelo incumprimento de um sem fim de normas, a Turquia pretende reatar as suas relações interrompidas utilizando métodos muito sujos», afirma o ERNK.

No entanto, para este partido não faz sentido que a Turquia o tente fazer «empacotando milhares de curdos». «Temos esperanças que nenhum país europeu permita que nenhuma destas pes-

soas sejam utilizadas como meio de chantagem. O facto de querer transferir um problema de tal magnitude como o curdo não vai trazer nenhum dividendo político à Turquia».

«Mesmo que países como a Alemanha e a Áustria aumentem a segurança nas suas fronteiras, essas medidas não são suficientes para resolver o problema. Antes de tudo deve-se pedir contas ao Estado turco que, entre outras coisas, deporta milhares de pessoas, apodera-se dos seus bens, utilizando os seus dividendos contra o próprio povo curdo», sustenta o ERNK.

A organização considera que a solução do problema passa pela concentração dos curdos «num local totalmente seguro», sendo vistos como convidados. «Cremos que o mais correcto, adquiridas a estabilidade e a paz, é a devolução destas pessoas ao seu país de origem: o Curdistão», acrescenta.

Posições oficiais

O ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Klaus Kinkel, apelou a uma «solução de fundo» para o problema. «A questão curda, no seu conjunto, só pode ser resolvida por meios políticos e reflexões de ordem económica, social e cultural. O fluxo de refugiados só terminará depois disso», afirmou Kinkel.

Esta posição vai aparentemente ao encontro das exigências curdas: a independência do território com base na realidade histórico-social. Resta saber onde

enquadrar outra declaração do chefe da diplomacia germânica: «A Turquia sabe que é apoiada pela Europa contra o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)».

Mas, a grande preocupação de Kinkel é a entrada dos curdos na UE. «Todos os estados de Schengen devem vigiar as suas fronteiras externas, de modo a que os passadores não continuem a introduzir centenas de pessoas na Europa de forma incontrolada», defendeu.

No domingo, o Governo turco desmentiu a partida para breve de mais imigrantes e afirmou que não é possível que milhares de pessoas alcancem o mar sem que sejam notadas.

Ankara aponta como responsáveis da imigração em massa os países europeus, acusando-os de encorajarem a emigração ilegal ao serem favoráveis à concessão de estatutos de refugiados políticos.

Por outro lado, apela à continuação do apoio nos ataques contra o povo curdo: «Se os países europeus querem encontrar uma solução para o problema, deverão ajudar-nos a preencher o vazio de autoridade no norte do Iraque».

Acrescente-se que, segundo dados turcos, foram mortos 862 separatistas do PKK durante as ofensivas da Turquia em território iraquiano, nas primeiras três semanas de Outubro de 1997. Dezenas de outros curdos foram capturados. A intervenção turca contra as posições curdas mobilizou 15 mil soldados, cerca de cem carros de combate e a aviação.

Desenvolvimentos em Chiapas

António Santiz Encin, o chefe da aldeia de Chorros, foi identificado como o presumível organizador do massacre de 45 indígenas ocorrido em Chiapas, no México. Esta informação não foi confirmada oficialmente. Entretanto, o governo mexicano propôs um «processo de reconciliação» com os zapatistas, através de um plano entregue à Comissão de Concórdia e Pacificação.

Nobel apela a diálogo na Birmânia

A Prémio Nobel da Paz e dirigente da oposição birmanesa, Aung San Suu Kyi, pediu à Junta militar no poder para que realize um diálogo político, por ocasião da celebração dos 50 anos de independência do país. No domingo, Aung San Suu Kyi apelou à concretização de uma «democracia onde haja eleições regularmente e onde a população possa decidir mudar de governo livremente».

Encontro Eduardo dos Santos/Savimbi

De acordo com a agência Lusa, o encontro entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi realizou-se finalmente durante este mês, em Luanda. Esta será a nona reunião entre o presidente angolano e o líder da Unita. O último encontro entre ambos ocorreu em Libreville, em Março de 1996.

Eleições contestadas no Quénia

A Comissão Eleitoral do Quénia indicou que o actual presidente do país, Daniel Arap Moi, venceu as eleições presidenciais realizadas na passada semana. Este resultado foi contestado pelos quatro principais partidos da oposição, que pediram a anulação do escrutínio na sexta-feira. Referindo-se a fraudes, a oposição queniana pede a realização de novas eleições dentro de três semanas.

Aborto proibido na Polónia

A câmara baixa do Parlamento polaco aprovou recentemente a proibição do aborto no país, ratificando o veredito do Tribunal Constitucional sobre a ilegalidade dessa prática em situações de «dificuldades materiais ou pessoais». O aborto tinha sido autorizado em 1996 pela esquerda ex-comunista no poder, contra a posição da Igreja.

200 mortos no Burundi

Mais de 200 pessoas morreram na sequência de um ataque dos rebeldes hutus à zona de Rukaramu, perto do aeroporto de Bujumbura, no Burundi. Metade das vítimas eram civis, a maioria das quais mulheres e crianças. O porta-voz do exército, dominado pelos tutsis, afirmou que o ataque foi perpetrado por «perto de mil terroristas». Sete mil pessoas fugiram da área, com medo de outros possíveis ataques.

Plenário Nacional de Sindicatos reúne hoje

É justo reclamar salário mínimo de 61 contos

A exigência da CGTP tem ainda mais força, perante as acentuadas perdas dos trabalhadores na distribuição da riqueza e num cenário de crescimento económico - salientou Carvalho da Silva, no final da reunião da Comissão Executiva da central, na segunda-feira, que preparou o Plenário Nacional de Sindicatos. O órgão máximo da CGTP entre congressos vai hoje definir as grandes orientações para a acção sindical e o plano de actividades de 1998. «Não permitiremos que se faça de 1998 um ano de grande encenação sem resultados concretos para os trabalhadores» - sublinhou o coordenador da Inter.

Embora remetendo para o plenário o fundamental das decisões e apreciações, a Executiva pronunciou-se sobre «algumas questões imediatas» na conferência de imprensa dada segunda-feira à tarde e na qual participaram também Manuel Lopes e Maria do Carmo Tavares.

Está convocada para dia 13, terça-feira, uma reunião da Comissão Permanente da Concertação Social em que vai ser abordada a questão do salário mínimo nacional. A CGTP entendeu, antecipadamente, reafirmar a reclamação de um

salário mínimo de 61 contos, sublinhando que «esta reivindicação tem hoje ainda mais força». Carvalho da Silva apontou os fundamentos de tal afirmação:

- confirma-se a apresentação de um cenário de crescimento económico;
- confirma-se o acentuar do fosso na distribuição da riqueza, com o factor trabalho a pesar cada vez menos;
- a elevação dos salários é uma necessidade imperiosa para a melhoria do nível de vida dos trabalhadores;
- e mantêm-se presentes os compromissos deste Governo e de governos anteriores quanto à necessidade de evolução dos salários portugueses para a média europeia.

A isto acresce ainda o facto de o salário mínimo, em Portugal, estar crescentemente a distanciar-se do salário médio, de uma forma mais acentuada do que em qualquer outro país da União Europeia. «Apesar de haver orientações, a nível comunitário e internacional, para que o salário mínimo represente 60 por cento do salário médio, em Portugal estamos muito abaixo dos 50 por cento», protestou o sindicalista.

«Iremos lembrar ao Governo todos estes factores», adiantou, manifestando a esperança de que a reunião da CPCS «não seja feita apenas para formalmente "ouvir", mas que antes seja uma reunião de reflexão e de procura de argumentos e de formas para alterar o valor do salário mínimo».

Combater a marginalidade

A Comissão Executiva analisou a evolução dos salários, considerada pela CGTP como «uma questão central para a mudança das condições de vida e de trabalho», e verificou haver «uma profunda relação entre a manutenção de um muito baixo nível salarial e o desenvolvimento, cada vez mais acentuado, de uma prática empresarial de pagamento de salários à margem da lei, de desregulamentação do trabalho, de trabalho ilegal».

Estes dois factores - baixos salários e comportamentos marginais - são responsáveis pela «manutenção de um baixíssimo nível de qualidade de vida dos cidadãos, em particular dos trabalhadores, que vêem eliminados múltiplos direitos». Deles deriva igualmente a prática de «horários de trabalho reais muito elevados, mesmo que formalmente os limites sejam inferiores», sendo «muito significativos» os casos dos bancários e dos trabalhadores dos transportes.

«É preciso começar a mexer-se fundo nesta relação entre política de baixos salários e esquemas marginais de remuneração do trabalho ou de estabelecimento de vínculos laborais» - reclamou o coordenador da CGTP, alertando que «este elemento é extremamente importante para a definição do salário mínimo, e também para a discussão da política salarial».

Comentando teses que defendem a manutenção de baixos salários para alegadamente defender as empresas dos impactos da entrada para a moeda única, Carvalho da Silva frisou que «há condições na economia portuguesa para não se adiarem respostas no plano

social» e «não há invocações da entrada para a moeda única ou de outro tipo que possam ser usadas com honestidade para impedir a melhoria do nível salarial e das condições de vida dos trabalhadores portugueses».

Encenação recusada

Após a reunião de hoje, a CGTP vai desencadear contactos com os grupos parlamentares e os partidos políticos. É preocupação da central, adiantou Carvalho da Silva, chamar a atenção para que, sendo 1998 «um ano muito sobrecarregado de iniciativas com impactos políticos diversos», apresenta «um cenário em que se exige uma política social que garanta a melhoria do nível de vida dos portugueses».

A CGTP «procurará por todos os meios não permitir que se faça de 1998 um ano de grande encenação sem resultados concretos para os portugueses e em particular para os trabalhadores», disse o coordenador da central. E sublinhou: «Não permitiremos isto ao poder executivo nem a partidos ou posições que, com hipocrisia, vão dizendo que o social é muito importante, mas vão é apoiando todas as medidas que cortam a possibilidade de melhoria a nível social.»

“Apesar de haver orientações, a nível comunitário e internacional, para que o salário mínimo represente 60 por cento do salário médio, em Portugal estamos muito abaixo dos 50 por cento.”

Mantém-se a luta pelas 40 horas

Ao analisar os problemas relacionados com a redução dos horários de trabalho e da aplicação da Lei 21/96, a Executiva confirmou que há ainda muitos milhares de trabalhadores que continuam sujeitos a horários superiores ao limite de 40 horas semanais, que vigora desde 1 de Dezembro. Segundo a estimativa da CGTP, são cerca de 200 mil, sobretudo no vestuário e têxtil, mas também no material eléctrico, na hotelaria, na cerâmica, nas indústrias alimentares. «Este problema tem que ser resolvido, a interpretação da Lei 21/96 não pode continuar a ser subvertida pelos patrões» - reclamou Carvalho da Silva. «Da parte da CGTP e dos seus sindicatos», acrescentou, «tudo está a ser feito para manter em luta os trabalhadores ofendidos nos seus direitos e persistir na reclamação da correcta aplicação da lei.»

Transposição não é revisão

Com implicações nesta matéria, o Governo apresen-

tou a 30 de Dezembro à Inter um projecto de diploma visando a transposição para o Direito nacional de uma directiva comunitária sobre organização do tempo de trabalho, essencialmente no que respeita a higiene e segurança no trabalho.

«Há aspectos diversos que merecem um estudo atento, há questões que precisam ser clarificadas, mas há muita matéria que suscita desde já apreensão», disse Carvalho da Silva. Guardando para mais tarde uma apreciação de pormenor sobre o documento, o coordenador da Intersindical Nacional teceu algumas considerações de princípio sobre esta questão.

Nesta transposição, «o Governo inscreve conteúdos com os quais visa responder, em alguns aspectos, à aplicação da Lei 21/96». Mas, estabelecendo a directiva apenas normas mínimas, deve ser transcrito em cada país apenas aquilo que nas leis nacionais é menos favorável aos trabalhadores ou que não está contemplado na legislação. Este é o princípio que a CGTP defen-

de, sublinhando que, «se o Governo quiser dar cobertura a alguma pretensão do patronato quanto a legislação laboral, que apresente um processo de revisão da legislação». «Estariam muito mal se entrássemos na reformulação e revisão da legislação laboral por via da transposição de directivas, tentando eliminar o princípio básico da harmonização no progresso», comentou Carvalho da Silva.

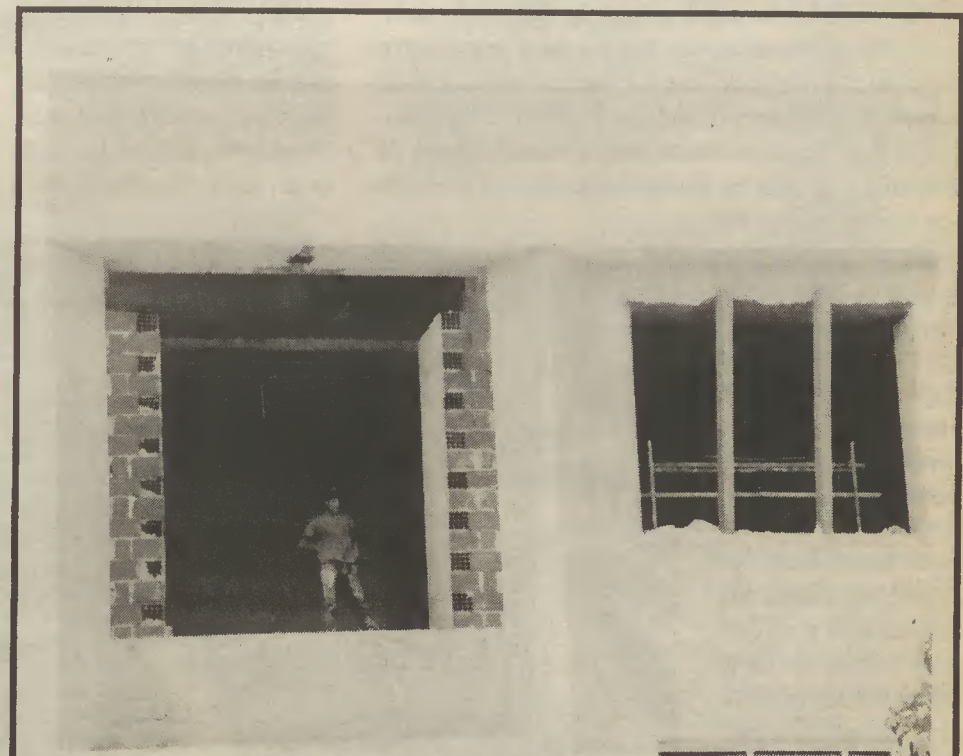
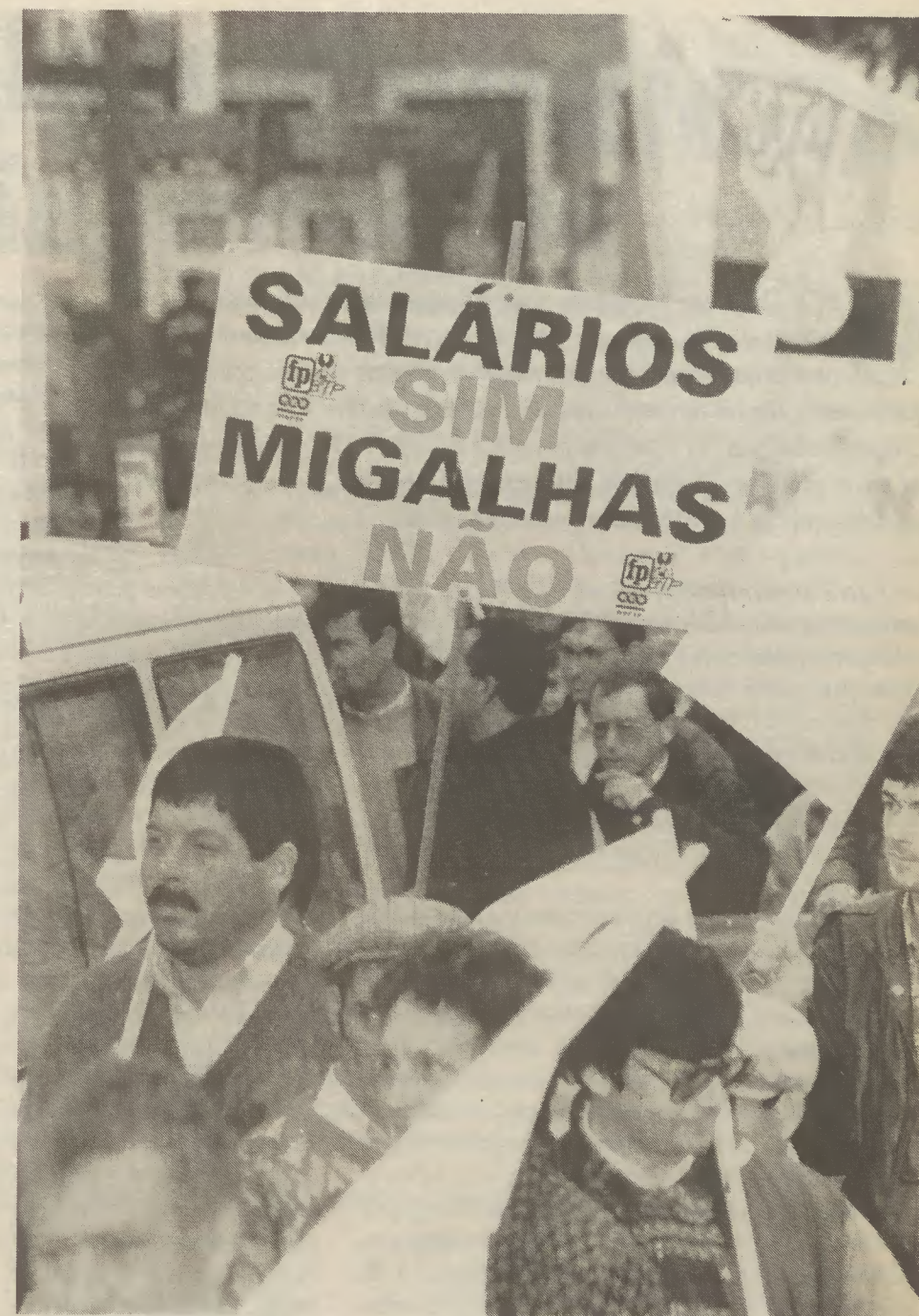
A directiva - ressalva a CGTP - não tem a ver especificamente com o estabelecimento do tempo de trabalho, mas apenas com aspectos parcelares e muito reduzidos. A sua transposição só pode resultar em complementaridades ou melhorias relativamente à legislação nacional.

Há conexão, arrastada pelo conteúdo da proposta do Governo, entre a transposição da directiva e aspectos pontuais da aplicação da Lei 21/96. Quanto a esta, a CGTP mantém a sua interpretação: o máximo do período normal de trabalho é 40 horas, e as pausas e intervalos têm que ser considerados nesse tempo normal de traba-

ho. Aos jornalistas foi sublinhado que, «se a transposição da directiva se encaminhar para qualquer subversão do conceito de tempo de trabalho, terá que ter discussão pública, porque esse conceito não pode ser alterado por tal via. Não permitiremos que venha, na transposição desta ou de qualquer outra directiva, uma revisão encapotada da legislação laboral».

Mais razão

Mas, segundo a CGTP, nada nesta directiva colide com a interpretação que a central faz da Lei 21/96 e que tem sido reconhecida como justa por várias entidades e instituições. Na conferência de imprensa foi mesmo afirmado que «a razão dos trabalhadores está reforçada», designadamente nos artigos 2º e 13º da proposta de lei apresentada pelo Governo - que consideraram como tempo de trabalho várias situações de interrupção de trabalho, intervalo ou pausa e que afirmam o princípio de não prejudicar normas (legais, regulamentares



Ameaças das seguradoras em debate amanhã

Sexta-feira à tarde, na sede da CGTP, realiza-se um debate sobre o novo regime de reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Este regime deve ser regulamentado até Março.

Entretanto, têm vindo a público afirmações de responsáveis de companhias de seguros que referem a intenção de proceder a drásticos aumentos de preços neste sector. Como denunciou segunda-feira Maria do Carmo Tavares, há seguradoras a ameaçarem aumentar em 40 por cento os prémios dos seguros contra acidentes de trabalho.

Além de um amplo conjunto de sindicalistas, o debate contará com a participação de representantes dos ministérios das Finanças e do Trabalho, bem como da Saúde e da Justiça. Participarão também, entre outros, Vítor Ribeiro (procurador-geral adjunto e reputado especialista nesta matéria), João Rato (do Centro de Estudos Judiciários), o Inspector-Geral do Trabalho, as deputadas Odete Santos e Helena Roseata. Pela primeira vez vai participar numa iniciativa da CGTP um representante do Instituto de Seguros de Portugal - revelou ainda Maria do Carmo Tavares.

Estabilidade ou sofreguidão de poder

■ Luís Sá

Membro da Comissão
Política

O PERÍODO que vivemos caracteriza-se por uma verdadeira sofreguidão do poder por parte do Partido Socialista. De repente, parece que o País seria ingovernável sem uma maioria absoluta no parlamento. Depois do caso obviamente artificial da crise e da chantagem congeminadas aqui há meses em torno das finanças locais, desenha-se a busca de novos pretextos igualmente artificiais para fazer crer que a estabilidade política equivale à existência de maioria absoluta.

Agora, e com esse objectivo, o mesmo PS que aboliu a portagem na CREL, cujos candidatos às últimas eleições autárquicas prometeram a abolição de portagens em municípios da área metropolitana, e cujo Deputado, que participou no debate das portagens do Oeste proclamou que era um disparate sem paralelo na Europa a existência de portagens em áreas metropolitanas, avalia, sem noção do ridículo, se a abolição de uma portagem numa auto-estrada em que não estava prevista será um bom pretexto para provocar a crise...

Embriagado por uma vitória com maioria relativa após dez anos de oposição e pelo resultado das eleições autárquicas (em grande medida, lido de uma forma algo ligeira), o PS lança-se a novos projectos de conquista ou ampliação do poder aos mais diferentes níveis. É nesse contexto que não hesita sequer em tentar fazer crer que o país é ingovernável sem uma maioria absoluta na Assembleia da República, apesar de os dois anos passados terem provado o contrário - e mais poderiam provar caso o PS levasse a sério as promessas de diálogo e tivesse um projecto de esquerda minimamente coerente em vez de optar por monólogos ou por negociações sistematicamente com o PSD ou com o PP. A verdade é que são muitos os que dizem que a existência de maiorias absolutas cria uma situação de um poder unificado constituído pela maioria parlamentar e pelo governo que anula as virtualidades que o pensamento liberal atribuiu à separação de poderes (il faut que le pouvoir arrête le pouvoir...). Este facto levou mesmo autores como Giuseppe De Vergottini a procurar na dicotomia maioria-oposição (com esta devidamente revalorizada no seu estatuto e direitos) a nova separação de poderes que deve ser característica do Estado de partidos com preocupações de ver anulados mecanismos democráticos que devem ser património assumido da esquerda. Para além de problemas como este, colocar-se-ia a necessidade complementar de valorizar a descentralização e a democracia participativa. Pois bem: o PS já aderiu à «teoria» do «deixem-nos trabalhar» e está à beira de aderir à teoria da ameaça das «forças de bloqueio», tudo em favor da proclamação de que só o poder concentrado e absoluto permitiria governar o País...

Um outro problema que o exercício do poder pelo PS coloca é que o poder político não deveria ser considerado como um fim em si mesmo, mas sim como um instrumento para resolver problemas sociais e de diferentes comunidades. O PS prefere, porém, uma navegação à vista, em que parece que o principal objectivo é não deixar campo ao PSD para reconquistar o eleitorado do centro e direita perdido. Fá-lo com uma prática crescentemente próxima do PSD. É certo que existem medidas pontuais diferenciadas que o PS aponta como suas. O problema, porém, não é o de saber se existem algumas medidas que o PSD não tomaria, mas sim se existe uma prática política global ou nas ques-

ões mais importantes verdadeiramente diferente e que possa ser qualificada como de esquerda, por muito diferentes que possam ser as revisões deste conceito. E a verdade é que a prática do PS está longe de ser a concretização de um projecto de liberdade igualitária, de democracia participativa ou de realização dos diferentes direitos fundamentais, incluindo os direitos económicos, sociais e culturais e os direitos ambientais. Da mesma forma, é evidente que o PS privilegia uma «concertação social» praticamente exclusiva com o patronato e as organizações que controla e com a UGT, retomando uma prática de definição de representatividade por decreto e de discriminações políticas de organizações como a CGTP-IN e a CNA ainda recentemente tidas por inconstitucionais por diferentes especialistas. Reformas prioritárias, para o PS, não são as que poderiam decorrer do seu programa ou de uma ideologia de esquerda, mas as que a direita possa aplaudir ou não contrariar. Basta comparar o ritmo e o empenho colocado nas privatizações com as peripécias em torno das 40 horas, com a inexistência de reformas democráticas em áreas sociais ou com os sucessivos adiamentos da regionalização. Significativamente, aliás, estes foram acompanhados da criação de um quadro que dificilmente a

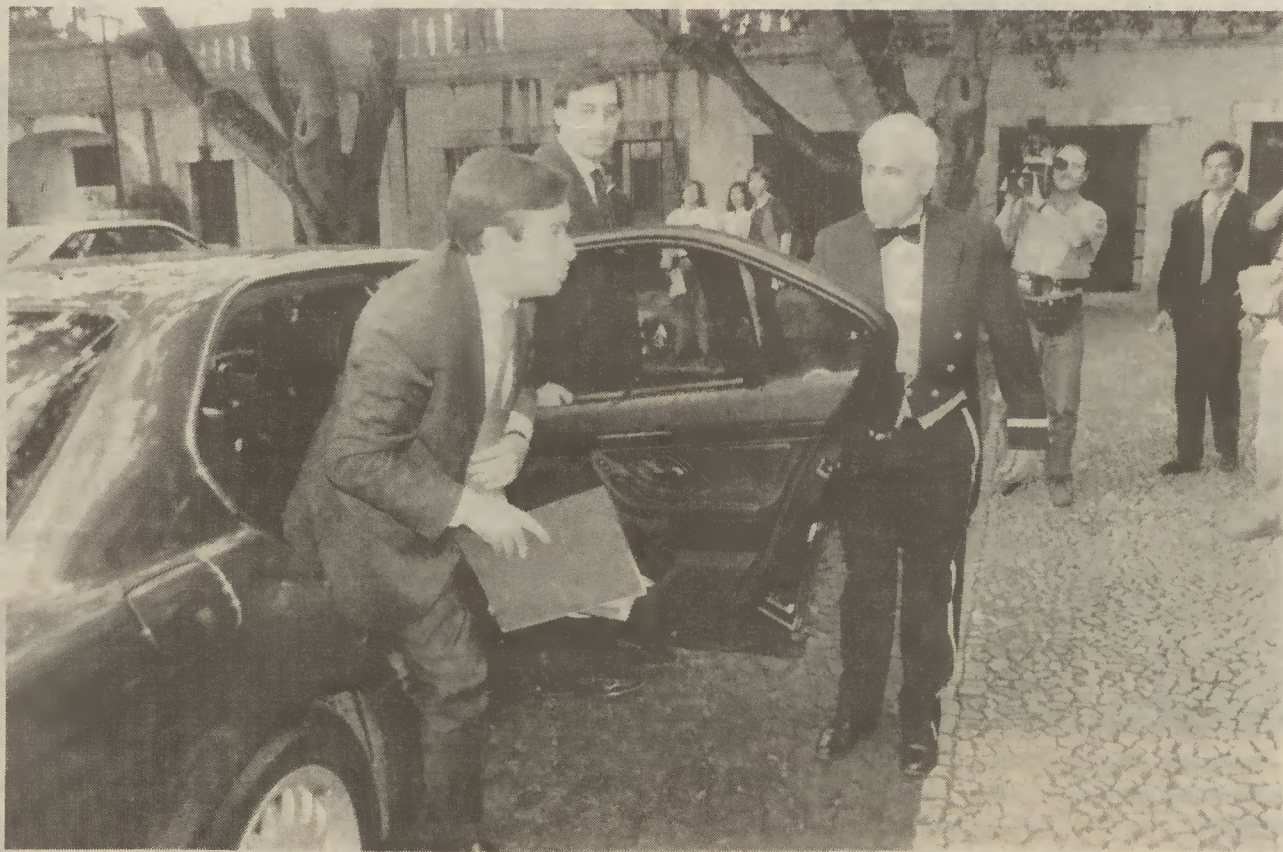
viabilizará, de um nulo empenho político no processo e de afirmações do Primeiro-Ministro de que as regiões a criar não teriam poderes relevantes.

Uma outra questão diz respeito à existência de princípios no exercício do poder. Por mais que muitos considerem normal, não é aceitável em termos democráticos que milhares e milhares de candidatos do PS inculquem pelo País, com a cumplicidade frequente de membros do Governo, que as autarquias em que o PS teria a maioria seriam privilegiadas nos apoios e nas prioridades de investimentos centrais; que as acções ou omissões em matéria de tutela sobre as autarquias fossem grosseiramente utilizadas para

efeitos eleitorais; que os titulares de cargos públicos fossem metodicamente escolhidos para que o exercício destes pudesse ser um factor de projecção pública e junto das populações. Todos os ensaios de círculos uninominais que o PS quer introduzir com a reforma da lei eleitoral para a Assembleia da República mostram que a tendência seria no sentido de quase todos os deputados aí eleitos serem afectos ao partido com maioria absoluta; estas eleições autárquicas confirmam que para além de práticas perversas já existentes (como a apresentação dos candidatos a Primeiros-Ministros, desvalorizando os deputados e criando aquilo a que já alguém chamou «democracia electiva de Primeiro-Ministro») seriam acrescentadas outras: haveria campanhas paralelas para «o deputado do círculo uninominal», travadas em torno da ideia de que só os círculos com deputados afectos ao poder «comeriam»; estas seriam acompanhadas de uma escalada descontrolada de despesas e de financiamento das campanhas pelo poder económico (como aconteceu em muitos casos nas recentes eleições autárquicas), levando mesmo a que já se referisse que se verificou o regresso ao sufrágio censitário (como o que excluía do direito de voto os vadios, os criados de servir, as mulheres, os analfabetos, os que não eram proprietários ou não tinham uma renda mínima...), agora não ao nível de quem é formalmente eleitor mas de quem pode na prática ser eleito.

Em tudo isto, o PS pode gabar-se de êxitos eleitorais passados e futuros, fazer o papel de vítima perante críticas da oposição, exhibir as suas conexões com o poder económico. Já vimos um pouco de tudo isto numa certa fase do cavaquismo. O PS responde a muito do que se diz e critica, aliás, repetindo que antes também era assim. A pergunta que fica, porém, é para quê, e para onde vai o PS e se não haveria a obrigação de ser diferente. E esta é a questão que paira no espírito de muitos dos que entendem que a esquerda, para ganhar eleições e ter o poder, não tem que imitar a direita, nem o sistema tem que ser uma dança de alternância aparente entre (quase) iguais, salvo eventuais diferenças de estilo e pormenores.

Em toda esta euforia, uma notícia publicada no período natalício interpela-nos a todos: na área metropolitana do Porto um homem morreu de fome e de frio num vão de escada. O corpo foi descoberto de manhã mas só foi removido à noite. Este homem pertencia a uma minoria e certamente não votou nas últimas eleições. E depois? Passaram a ter mais razão os que obtiveram votos à custa da ideia de que é preciso ser afecto ao poder para comer em vez de cheirar apenas os seus benefícios? Ou os que, bêbados na sua euforia e sofreguidão do poder, dedicam a factos como este menos atenção do que a intrigas de poder entre oligarquias partidárias ou às últimas contratações de uma equipa desportiva?



Em toda esta euforia, uma notícia publicada no período natalício interpela-nos a todos: na área metropolitana do Porto um homem morreu de fome e de frio num vão de escada. O corpo foi descoberto de manhã mas só foi removido à noite. Este homem pertencia a uma minoria e certamente não votou nas últimas eleições. E depois? Passaram a ter mais razão os que obtiveram votos à custa da ideia de que é preciso ser afecto ao poder para comer em vez de cheirar apenas os seus benefícios? Ou os que, bêbados na sua euforia e sofreguidão do poder, dedicam a factos como este menos atenção do que a intrigas de poder entre oligarquias partidárias ou às últimas contratações de uma equipa desportiva?

Ainda as autárquicas

Estes primeiros dias de Janeiro são marcados pela instalação e tomada de posse dos órgãos autárquicos eleitos em 14 de Dezembro.

Desde então, um traço comum tem-se destacado nas notícias e comentários de «analistas» e órgãos de comunicação social: o sublinhar permanente de que a CDU «é a grande derrotada», «a derrocada da CDU», «o fim do mito autárquico do PCP» e assim por diante.

O contentamento muito pouco discreto dos múltiplos comentários feitos à enésima morte anunciada do PCP e da CDU, confundindo desejos com realidades, mostra bem como a derrota ou o desaparecimento do incómodo PCP da vida política portuguesa continua a ser o objectivo permanente de quantos querem reduzir o País à ilusão de uma alternância PS/PSD (com o PP como apêndice). Ilusão porque se procura fazer crer que dando aos eleitores a possibilidade de votarem ora no PS ora no PSD proporciona-se-lhes uma possibilidade de mudança que, de facto, não tem qualquer correspondência em alterações estruturais de políticas e não põe em causa o sistema e o pensamento dominantes.

Afastar o PCP das alternativas necessárias e possíveis da sociedade portuguesa seria afastar a única força política que tem projectos e propostas que questionam o modelo de economia capitalista e do pensamento único dominante e que pode levar a sociedade a perceber que existem outros mundos para além daqueles que são oferecidos pelo «bloco central».

mais de 800 mandatos nas Assembleias Municipais e 279 Presidências de Junta de Freguesia.

Como os resultados não autorizam também a redução do PCP e da CDU ao nível do PP, que perdeu mais de 117 mil votos, 50 mandatos nas Câmara Municipais, 121 mandatos nas Assembleias Municipais e 83 Presidências de Juntas, ficando tão-somente com pouco mais de 300 mil votos, cerca de 6% e oito Presidências de Câmara. No Alentejo, 27 dos 47 municípios mantêm-se com presidências e maiorias CDU e com uma votação que a continua a colocar como a primeira força autárquica na região.

Em todo o caso, é verdade, como sublinhou o Comité Central, que, apesar do que fica dito atrás, os resultados das eleições autárquicas se traduziram para a CDU na perda de votos e de posições nos órgãos do poder local com um «resultado negativo» a exigir «um exame que aprofunde a análise, quer em relação aos resultados globais quer em relação a cada uma das situações». Mas se esse exame e esse debate, que urge fazer em todo o Partido, não podem partir de justificações fáceis e ligeiras nem de optimismos injustificados também não é assisado que tenha a sustentá-lo atitudes depressivas ou de perda de confiança no rico património do PCP e da CDU que se traduzam na paralisação da acção política.

Identificar os factores nucleares que estão na base de fenómenos de erosão de exercício da gestão

de propaganda, assegurou ainda, no momento, uma significativa fidelidade do eleitorado que nas legislativas deu o voto ao PS constituindo uma mais-valia para as candidaturas autárquicas socialistas a que há que juntar a gigantesca promiscuidade entre o aparelho do Governo e de toda a Administração Central e as candidaturas socialistas.

No segundo caso, alguns dos grandes meios de comunicação social introduziram nas eleições autárquicas – mais do que em quaisquer outras eleições locais anteriores – uma forte lógica «bipolarizadora» traduzida, por exemplo, na quase inexistência de debates centrados em autarquias de maioria CDU ou no afastamento dos candidatos CDU dos debates em que era decretado que só o PS ou o PSD tinham expectativas de vitória eleitoral (designadamente na SIC e na TVI).

Estes dois factores influenciaram tanto mais negativamente a votação na CDU quanto dificuldades ou erosão do trabalho autárquico não ajudaram a manter o voto daqueles que optando pela CDU nas autarquias não o costumam fazer nas legislativas. E é aqui que entram outros factores sobre os quais o PCP e a CDU continuarão seguramente a reflectir e a intervir.

Desde logo as aceleradas modificações

plano da acção autárquica no âmbito das suas competências.

Ora, um dos traços que sublinham a diferença do projecto autárquico da CDU é o do diálogo, da participação e da ligação com as populações. Só deste modo é possível estar-se a par das alterações registadas no universo social e dos pequenos e grandes descontentamentos concretos. É necessário averiguar em que casos é que esta condição não foi ou não tem sido cumprida. A par de exemplos positivos, como Alcácer do Sal ou Almada (traduzido nos resultados eleitorais) haverá seguramente muitos casos em que anos de gestão autárquica conduziram à rotina, à auto-suficiência, ao enfraquecimento da ligação com as populações, à não utilização de formas inovadoras e fortes de informação pública (utilizando inclusivamente as técnicas de marketing, porque não) sobre o trabalho realizado e as dificuldades e bloqueios existentes.

Articulado com esta questão haverá outros casos em que se burocratizou e complicou o acesso dos cidadãos aos serviços e aos eleitos. Um município que se dirige a uma Câmara ou a um qualquer serviço público não pode andar de «Herodes para Pilatos» à procura do seu processo ou estar sujeito à burocracia ou ao humor dos serviços. Quem tem de dirigir politicamente a Câmara são os eleitos que têm de

conhecer os descontentamentos concretos ou os pontos de bloqueio para poderem intervir e procurar resolver com autoridade e em tempo útil os problemas existentes.

substanciais que se têm vindo a produzir na composição e nos comportamentos bem como nos interesses de classe e camadas sociais; apesar da obra efectuada e da validade e actualidade do projecto autárquico da CDU a verdade é que para uma parte significativa do universo eleitoral – designadamente das gerações mais jovens – a gigantesca obra realizada durante os últimos 20 anos pelo poder local democrático, e em particular pelas

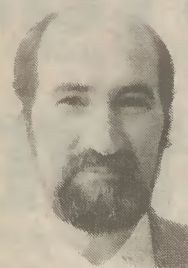
Neste quadro, a capacidade de intervenção do PCP e da CDU são decisivas. Só um PCP forte, ligado aos trabalhadores e às populações, aberto à sociedade, pode, por um lado, valorizar, a sua acção política geral, a obra realizada nas instituições e, por outro, aperceber-se dos pequenos e grandes descontentamentos – muitos deles difusos – dos erros e problemas na gestão da autarquia, intervir para os corrigir, criar e preparar quadros em condições de refrescar os órgãos institucionais em que participa não ficando dependente nem afunilado na intervenção e nos quadros titulares de órgãos públicos. É a concretização do que na resolução do XV Congresso do PCP ficou escrito sobre a conjugação de desenvolvimento da luta de massas e dos movimentos sociais como factor determinante para assegurar e alcançar conquistas políticas, económicas, sociais e culturais. A luta pelas 40 horas (onde emerge a importante acção conduzida pelo PCP, designadamente no Vale do Ave) ou a luta pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez (em certas condições) são exemplos a reter.

A par disto, é necessário que a CDU, como espaço de participação de milhares de independentes, não se esgote na intervenção eleitoral.

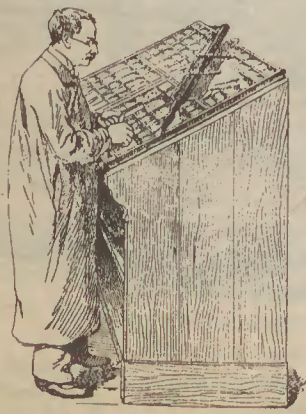
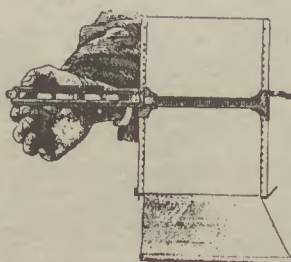
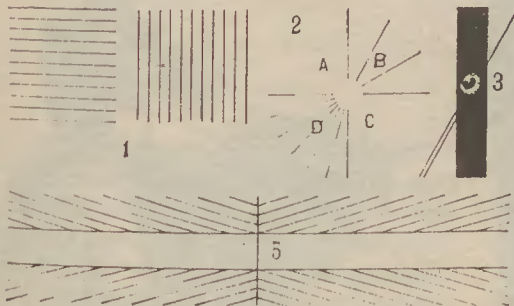
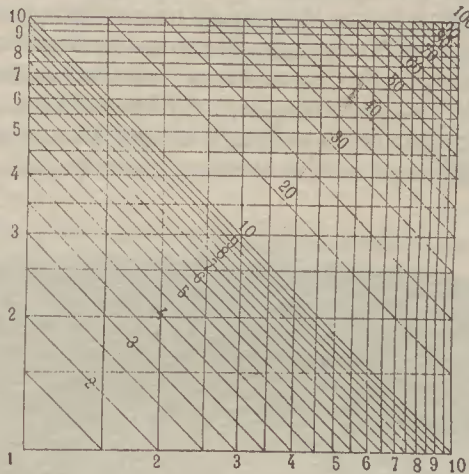
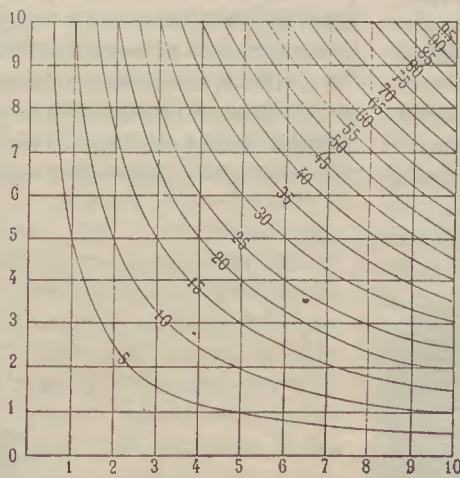
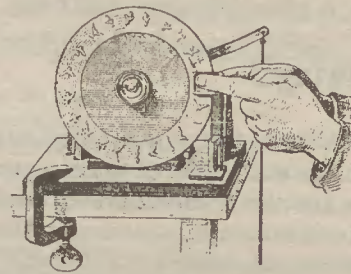
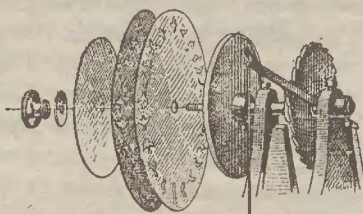
Tudo isto, evidentemente, acompanhado e envolvido por um discurso político forte e mobilizador da sociedade e, naturalmente, dos militantes como contributo decisivo para a eficácia da acção do PCP, designadamente nas zonas mais difíceis.

Por tudo isto e com tudo isto há razões para novos combates com confiança no futuro.

TRIBUNA



■ Lino de Carvalho



Nem os resultados autorizam tanto despatúrio. Como sublinhou a reunião do Comité Central, «o PCP e a CDU permanecem como uma grande força política e autárquica no plano nacional como mais de 700 mil votos, cerca de 13%, 41 Presidências de Câmara (das quais 37 com maioria absoluta),

autárquica – lá, onde eles se verificarem – bem como dos muitos exemplos positivos existentes é exercício essencial para o rejuvenescimento, a actualização e o relançamento do projecto assim como para a recuperação dos resultados menos positivos.

Importa, contudo, começar por salientar dois factores nucleares externos à CDU que atravessaram estas eleições: o primeiro, a imagem do Governo; o segundo, a forte intervenção dos grandes meios de comunicação social.

No primeiro caso, a imagem global do Governo, bem servida por maciças doses

autarquias CDU, é um dado adquirido, que já entrou nos registos históricos e é tão natural como respirar. Tanto nas grandes áreas metropolitanas (com a sua enorme mobilidade populacional) como noutras regiões, como o Alentejo, há hoje novas populações que são movidas por uma teia inextricável de pequenos e grandes problemas individuais a par de grandes causas como o desenvolvimento, o desemprego e a ausência de emprego com direitos, a insegurança, a droga, o ambiente, o património, etc., a que há que estar atento, intervir e dar respostas seja no plano da acção política geral seja no

EM FOCO

Ⓢ **Formação,
trajectória
e fim
do Império Britânico**

■ **Manoel de Lencastre**



Para que a consolidação do Império se realizasse, a Inglaterra, apesar do grande momento histórico vivido em Trafalgar, tinha de pôr fim ao poder napoleónico. Mas não se atrevia a dar batalha à «Grande Armée» em campo aberto, nem possuía efectivos para tal empreendimento. O desenrolar do processo histórico, todavia, daria inúmeras hipóteses aos britânicos. Na verdade, o princípio do fim da carreira do grande Napoleão Bonaparte começou com a simples escaramuça da Roliça e na batalha do Vimeiro.

Tudo aconteceria com a precisão, filha da inevitabilidade, que os ziguezagues de cada dia e de cada ano apenas confirmaram. Mas a Grã-Bretanha imperial tinha de possuir no comando das suas forças terrestres um verdadeiro génio da arte de fazer a guerra. Esse génio foi Sir Arthur Wellesley (depois, Wellington) que, não possuindo a grandeza do Imperador dos franceses, era o produto de circunstâncias estranhas ao universo em que vivia o glorioso vencedor de Austerlitz. A realidade mostrou que com Sir Arthur e o seu pequeno exército, além das tropas e dos imensos sacrifícios de Portugal inteiro, estavam a alma incendiária e tirânica do capitalismo em expansão alegre e confiante e um gigantesco sistema industrial em desenvolvimento. Era o mundo que se alterava perante as novas condições que os ingleses agitavam.

Todos contra Portugal

O povo de Lisboa assistia com extremo nervosismo e natural curiosidade à chegada dos franceses. Vinham em pequenos grupos, esfomeados, esfarrapados. Espectáculo historicamente desolador foi o do encontro do faminto exército de Junot com o não menos faminto e miserável campesinato português durante a travessia do país, até à capital. Mas as tropas invasoras rapidamente se restabeleceram e organizaram e Junot pôde proclamar: «Moradores de Lisboa! Vivei sossegados!» A esquadra britânica, à entrada do estuário do Tejo, vigiava a ocupação das praias e das fortalezas da barra pelos invasores napoleónicos.

Nas ruas e no interior das baiucas e tabernas, a população da capital portuguesa discutia a possibilidade de um próximo desembarque britânico. E enquanto entravam na cidade a infantaria do general Delaborde, a artilharia e carros de transporte de munições e armamento, patrulhas da Polícia Real andavam de rua em rua a aconselhar calma. Chega, também, o famoso general Kellermann. A ocupação afirma-se. Assim, a 2.ª divisão de Infantaria (Loison) foi ocupar o litoral numa zona que ia de Sintra e Mafra até à foz do Mondego, a brigada do general Thomières aquartelou-se em Peniche e a 3.ª divisão (Travot) estabeleceu o quartel-general em Oeiras. Santarém e Abrantes foram rapidamente subjugadas. A cavalaria e a artilharia ficaram em Lisboa.

A 2 de Dezembro (1807), forças espanholas, procurando realizar o infame plano de Godoy, começam a entrar, também, no nosso país. O general Solano, com oito batalhões de infantaria, cinco esquadrões de cavalaria e uma companhia de artilharia atrelada, coloca-se frente à cidade de Elvas. Depois, com outras forças sob o comando de Caraffa, «nuestros hermanos» realizam a ocupação do Alentejo e chegam ao Algarve, mas o seu quartel-general estabelece-se em Setúbal. Entretanto, o general Taranco atinge o Porto para, daí, dirigir a ocupação de todo o Norte de Portugal. Começava, portanto, a violação da velha Pátria portuguesa, o seu estrangulamento. E surgiram as primeiras notícias de expropriações, sequestros, roubos, assaltos, violências de toda a ordem. Para garantir a segurança na capital portuguesa, Junot nomeou o indigno Novion como Comandante das Armas da cidade de Lisboa e o notório Lagarde como Intendente-Geral da Polícia. Contudo, a 13 de Dezembro, verificavam-se os primeiros confrontos entre as forças ocupacionistas e aqueles a quem Wellington, mais tarde e com medo evidente, chamaria a turba de Lisboa.

Seria essa turba que, atraída por uma espectacular e impressionante formatura de 5800 soldados em

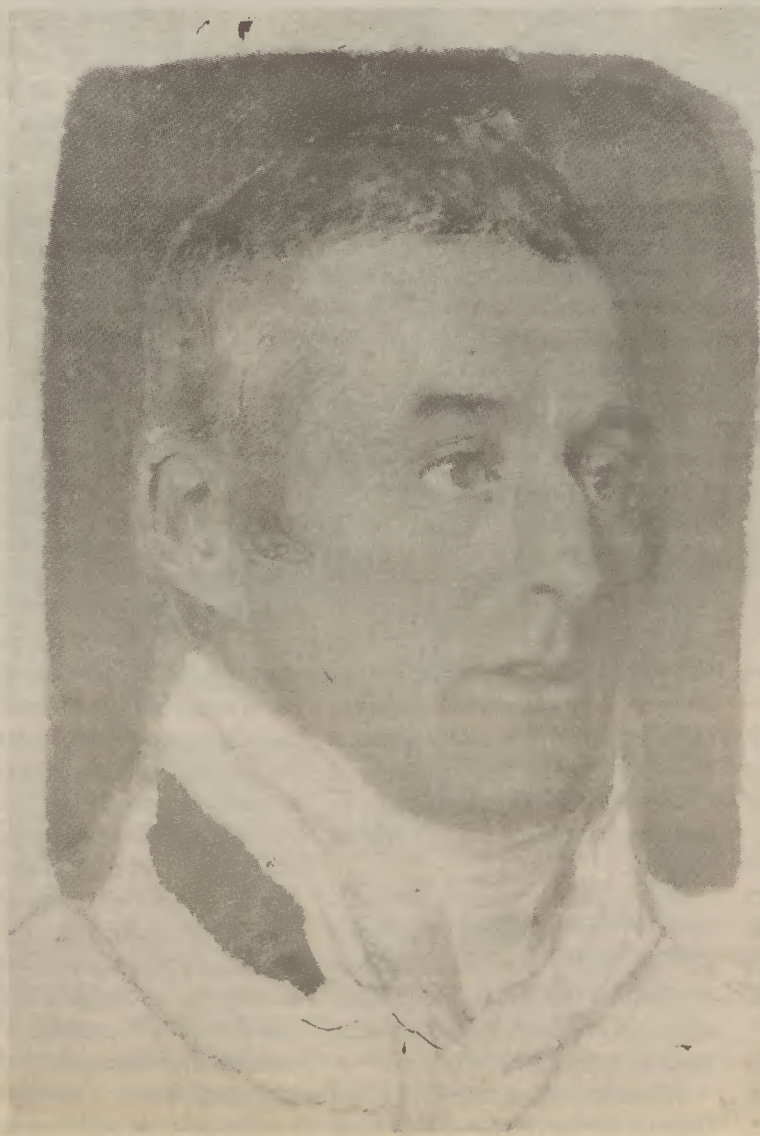
O fim do princípio para a Inglaterra. O princípio do fim para Napoleão

pleno Rossio, sentiria profundamente no seu orgulho nacional e na sua dignidade o crime do arrear da bandeira da Coroa portuguesa no castelo de S. Jorge e a sua substituição pela francesa a que se sobrepunha a águia imperial napoleónica. Junot e todo o seu Estado-Maior estavam presentes. O ex-governador-militar de Paris passara as suas tropas em revista e dirigira-lhes, depois, um breve discurso. A formatura, respondeu: «Vive l'Empereur!» Estes actos oficiais formalizaram a ocupação napoleónica do sempre atónito Portugal. Mas irromperam protestos entre a multidão e os franceses ouviram os primeiros insultos. Os ajuntamentos populares cresciam. Os regimentos franceses recolhiam aos quartéis. Às cinco da tarde, porém, geraram-se tumultos que os franceses, a cavalo, procuraram dominar. Mas, em plena zona do Chiado, gritava-se, a plenos pulmões e com toda a fúria do mundo, «Viva Portugal! Morra a França!». Napoleão mostrara-se plenamente correcto quando avisara o seu general de ocupação cujo optimismo não correspondia à situação concreta no Portugal invadido: «A miséria, a fome, os ingleses que ameaçam desembarcar, as intrigas que agitam o país,

o próprio fantasma do príncipe-regente, o povo todo que está na vossa presença, tudo é vosso inimigo.»

Dias perigosos

Nestas condições, a esquadra britânica começa a receber reforços comandados pelo vice-almirante Sir Charles Cotton, que permaneceria no teatro de guerra português durante vários anos. A presença da esquadra transmitia a muitos portugueses a impressão de que não se encontravam sozinhos. Mas, os mais esclarecidos sabiam que Portugal estava a viver dias perigosos e que o seu destino se jogava segundo os interesses das duas grandes potências em guerra. Os acontecimentos de Lisboa alastraram, rapidamente, ao resto do País e a revolução cresceu em todos os distritos. A Grã-Bretanha, porém, interessada em combater os desígnios dos franceses na Península Ibérica e não desejando que o Portugal revoltado contra tudo e contra todos recuperasse a sua honra, decidiu intervir. Fin-



Arthur Wellesley,
1.º Duque de Wellington,
1769-1852

Um oficial
do 9.º Regimento
de Infantaria

gindo que se colocavam ao lado dos portugueses, os ingleses davam um passo decisivo que acabaria por conduzi-los a Waterloo. Mas, nas circunstâncias do momento, tinham de ter em conta, igualmente, a gravidade militar e política da situação em Espanha. Aí, Murat, a 20 de Fevereiro de 1808, assumira todo o poder em nome de Napoleão e a ocupação francesa começava, também.

O desembarque da força intervencionista inglesa em Portugal teve lugar na praia de Lavos, a sul da foz do Mondego, no dia 1 de Agosto. Tratava-se de um contingente que, sob o comando de Sir Arthur Wellesley, incorporava 30 oficiais generais, 59 oficiais de Estado-Maior, 96 capitães, 259 oficiais subalternos, 2 sargentos-ajudantes, 550 sargentos, 227 tambores, 9505 soldados. Desembarcaram, igualmente, 215 cavalos. Ao largo, notava-se a presença de um navio-hospital e de muitas embarcações de transporte contendo o equipamento e o material de guerra necessários à realização de uma rápida campanha independente. Grande parte das unidades incorporadas neste agrupamento tinha embarcado em Cork, Irlanda. Entretanto, o general William Carr Beresford que, como sabemos, ocupara a Madeira, fora promovido ao posto de major-general, em Abril, e recebera instruções para juntar-se ao exército desembarcado. Seria ele quem, mais tarde, procederia à reorganização do exército português assumindo a sua direcção mas submetido ao supremo comando de Sir Arthur Wellesley.

Sir Arthur Wellesley

O futuro duque de Wellington seria o vencedor da Guerra Peninsular. Entraria em Paris depois do desastre napoleónico de Moscovo. Venceria em Waterloo e abriria as portas do mundo inteiro ao sistema imperial britânico, ao capitalismo inglês e à propagação de certa burguesa «maneira inglesa de viver» que tantas influências ganhou em todos os países. Mas, em 1808, na altura do desembarque em Lavos, Sir Arthur Wellesley era apenas um entre cinco tenentes-generais subordinados às ordens de Sir Hew Dalrymple e de Sir Harry Burrard. Fora ele, entretanto, quem submetera a Dinamarca e dirigira o exército britânico na campanha colonial de expansão em toda a Índia. Criara condições para a integração do subcontinente no Império. Tinha sido deputado à Câmara dos Comuns e Secretário de Estado para a Irlanda, onde nascera a 1 de Maio de 1769, no número 24 da Upper Merrion Street, em Dublin. Fora agraciado, depois das triunfais batalhas que travou na Índia, como «Knight Companion of the Bath» (Cavaleiro da Ordem do Banho). Não era, portanto, um general qualquer. O brilho da sua carreira e os princípios que defendia garantiam-lhe largos apoios na City e no governo em cujo seio Castlereagh (Robert Stewart) era o seu mais entusiástico defensor. O próprio rei, George III, mostrava respeito e admiração por tão distinto oficial.

A 12 de Agosto de 1808, Sir Arthur Wellesley marchava sobre Leiria onde o seu exército se encontraria com tropas portuguesas dependentes da Junta do Porto. O novo exército português dava os primeiros passos após a saída para França (26 e 27 de Março) das suas principais unidades, as quais, comandadas pelo marquês de Alorna e pelos generais Gomes Freire de Andrade e Cândido José Xavier, haviam sido feitas integrar na «Grande Armée» de Napoleão. Compreende-se, assim, que as novas forças armadas nacionais em cujo seio brilhavam os nomes dos generais Bernardim Freire de Andrade, Manuel Pinto Bacellar e D. Miguel Pereira Forjaz, lutavam com quase inultrapassáveis dificuldades de organização, aquisição de equipamentos e recolha de abastecimentos. Não lhes seria possível combater os franceses em condições de igualdade e de independência relativamente à «Task Force» inglesa. Bernardim Freire, entretanto, rejeitou a ideia de combater sob a direcção do general britânico que, evidentemente, não tinha problemas de dinheiro e adquiria a pronto todos os abastecimentos de que necessitava. Os dois exércitos, nos primeiros dias do conflito, passaram a operar separadamente.

É a guerra!

Os acontecimentos que iriam seguir-se ditariam a realidade da Guerra Peninsular. Os portugueses, apesar de toda a sua gloriosa campanha, não poderiam vencer sem o exército britânico a seu lado e sem os métodos, a clarividência e o calculismo táctico e estratégico de Wellesley. Mesmo assim, a 14 de Agosto, alguma cavalaria e infantaria nacionais juntaram-se ao general inglês em Alcobaça e encontraram fartura de pão». O inimigo, por essa altura, estava na Roliça e o problema de Sir Arthur consistia em saber do paradeiro de Loison que saíra de Rio Maior. Não desejava expor-se muito para além das proximidades da costa portuguesa ao largo da qual a «Royal Navy» mostrava a sua presença. Com efeito, a esquadra surge à vista de Peniche para apoiar as tropas desembarcadas ou recolhê-las no caso de inéxito das respectivas operações. Mas, teria Loison fugido para Lisboa? Ou apareceria de surpresa em Alcoentre?

A Roliça não foi uma batalha. Foi um encontro, um simples combate — o prefácio de uma longa obra que iria escrever-se. Mas deu lugar a baixas quase incríveis — 70 mortos, 335 feridos e 74 desaparecidos. Os franceses perderam o controlo dos acontecimentos e entraram no campo da repressão em todo o Portugal. Em Évora, especialmente, o sangue inocente dos portugueses correu com abundância. Contudo, em Lisboa, uma cidade difícil de dominar e submeter, o povo viera para as ruas discutir notícias contraditórias mas



Napoleão Bonaparte

reveladoras de que algo tinha acontecido «por alturas das Caldas da Rainha» ou de que «o exército português tinha alcançado uma grande vitória». A 15 de Agosto, exigia-se robustamente a libertação da capital. E toda a cidade, meio atónita, meio audaciosa, observou como os franceses entravam em estado de pânico. Tinham-se aposado dos cofres do Depósito Público depois de haverem mandado fundir as pratas das igrejas e arrancar as portas das mesmas. No aniversário de Napoleão, Junot está na Ópera de S. Carlos. Mas, pela madrugada, segue para Vila Franca de Xira procurando juntar-se à divisão Delaborde. Deixa Lisboa entregue à responsabilidade do comando militar do general Travot.

A 18, os lisboetas assistem à chegada de prisioneiros ingleses (os tais 74 desaparecidos). Os feridos franceses (280) vêm amontoados em carroças de transportes de pessoal militar. Pressente-se que depois do encontro da Roliça irá travar-se, finalmente, uma batalha. E confirma-se que o 29.º regimento de infantaria inglesa sofrera baixas que incluíam a morte do coronel Lake. O exército de Wellesley, às 4.30 da manhã de 21 de Agosto, está preparado para marchar contra Junot. Certas informações garantem que este se desloca, vertiginosamente, da região de Torres Vedras. Enquanto isso, as tropas de Sir John Moore começam a desembarcar, também, na zona da foz do Mondego — objectivo: marchar sobre Lisboa, por Santarém, para cortar a retirada aos franceses. Porém, surgem desentendimentos na cadeia de comando das forças britânicas. O segundo comandante-geral, Burrard, anula as ordens de Wellesley e manda reembarcar o exército de Moore (10 000 homens). Depois, considerando aventureira a estratégia de Sir Arthur, ordenou-lhe que suspendesse as instruções de batalha emitidas. Já era tarde. A situação na zona de Torres Vedras-Vimeiro ia resolver-se por si mesma. Nos dois campos, milhares de soldados haviam tomado posições de combate. Do lado inglês soou o alarme. Os franceses avançavam. Wellesley fez accionar os seus dispositivos de segurança. Mas o inimigo apenas surgiu à vista do exército britânico pelas sete da manhã. A batalha do Vimeiro estava, de facto, a começar. E Burrard, metido a bordo de um dos navios da esquadra, nada podia fazer.

FOCO



Junot, numa prova autografada pelo Duque de Abrantes



Alegoria à vitória do Vimeiro numa gravura da época



A batalha do Vimeiro, segundo desenho de Domingos Schlopetta

“Task Force” do exército britânico enviada para a Península Ibérica por ordem do rei George III, em 1808, sob proposta do Primeiro-Ministro (Portland) e do Secretário do Foreign Office, Castlereagh

Comando Geral:	General Sir Hew Dalrymple;
2º Comandante:	General Sir Harry Burrard;
Tenentes-Generais:	Sir John Moore, J. Hope, Mackenzie Fraser, Lord Paget, Sir Arthur Wellesley;
Majores-Generais:	J. Murray, Lord Bentinck, E. Paget, Spencer, Hill, Ferguson;
Brigadeiros-Generais:	Ackland, Nightingall, R. Stewart, C. Stewart, H. Fane, R. Anstruther, Carlin Craufurd;
Outros oficiais generais:	Brigadeiro-General H. Clinton, provisoriamente no posto de Ajudante-General e no comando do 1º Regimento de Guardas (Infantaria);
e Oficiais superiores:	Tenente-Coronel Murray; provisoriamente no posto de Quartel-Mestre General e no comando do 3º Regimento de Guardas (Infantaria);
	Tenente-Coronel Torrens, Secretário de todo o Grupo e do comando do 89º Regimento de Infantaria;

Os regimentos e batalhões (10 brigadas com 23 mil homens) incorporados neste Grupo de intervenção eram os seguintes:

	Comando	Alto Comando
18º Regimento de Dragões Ligeiros	Brig. General	
20º Regimento de Dragões Ligeiros	C. Stewart	
3º Regimento de Dragões Ligeiros (Legião Alemã)		
1º Batalhão do 52º Regimento de Infantaria	Brig. General	
2º Batalhão do 52º Regimento de Infantaria	R. Anstruther	
9 Companhias do 95º Regimento de Infantaria		
2º Batalhão do 43º Regimento de Infantaria	Brig. General	
5º Batalhão do 60º Regimento de Infantaria	R. Stewart	
1º Batalhão de Infantaria Ligeira (Legião Alemã)		
2º Regimento «Queen's Foot» (Infantaria)	Brig. General	Tenente-General
1º Batalhão do 4º Regimento de Infantaria	Ackland	J. Hope
1º » do 28º » » »		
1º » do 79º » » »	Major-General	Tenente-General
1º » do 91º » » »	Ferguson	J. Hope
1º » do 92º » » »	Ferguson	J. Hope
1º » do 6º » » »	Major-General	Tenente-General
1º » do 29º » » »	Spencer	Lord Paget
1º » do 32º » » »		
1º » do 5º » » »	Brig. General	
1º » do 50º » » »	Nightingall	Idem;
1º » do 82º » » »		
1º » do 9º » » »	Major-General	Tenente-General
2º » do 9º » » »	Hill (1)	Mackenzie
1º » do 40º » » »		Fraser
1º » do 36º » » »	Brig. General	Idem
1º » do 45º » » »	Fane	
1º » do 97º » » »		
1º » do 20º » » »	Brig. General	Tenente-General
1º » do 38º » » »	Catlin Craufurd (2)	Sir Arthur
1º » do 71º » » »		Wellesley
4 Batalhões de Infantaria “KGL” (Legião Alemã)	Major-General	Idem
	J. Murray	

(1) Rowland Hill, um dos mais distintos oficiais-generais. Substituiu Wellington no comando do exército britânico quando aquele, em 1827, atingiu o cargo de Primeiro-Ministro;

(2) Não confundir com o célebre Robert Craufurd, comandante de não menos célebre Divisão Ligeira que combateu no Buçaco, nas linhas de Torres Vedras, Fuentes de Oñoro e Ciudad Rodrigo, Robert Craufurd encontraria a morte na tomada desta cidade espanhola.

■ Jorge Messias

Um auxiliar de leitura...

Prévia considerações da «ordem moral»

Os desenvolvimentos que o "Catecismo" contém são, necessariamente, de exposição demorada. No caso da fundamentação ética da "ordem moral" que aqui nos interessa compreender, as bases propostas são em grande número e ocultam-se, por vezes, atrás de matérias que lhes seriam aparentemente estranhas. De entre elas, tivemos ocasião de aludir a parágrafos respeitantes à fé, à liberdade, à moralidade e à noção de Igreja como Mãe e Educadora.

Importa, ainda, destacar uma outra base fundamental deste encadeado: a que o catecismo designa como "A Comunidade Humana". O texto organiza-se em torno de várias ideias centrais, numa severa lógica de causalidade e efeito.

A dignidade da pessoa humana: "A imagem divina está presente em cada homem. Mas resplandece na comunhão das pessoas, à semelhança da união das pessoas divinas entre si" (CIC, 1702). "O homem encontra-se dividido em si mesmo. E, assim, toda a vida humana, quer singular quer colectiva, apresenta-se como uma luta dramática entre o Bem e o Mal, entre a luz e as trevas" (CIC, 1707). "Onde quer que o pecado perverta o clima social, deve fazer-se apelo à conversão dos corações e à graça de Deus. A caridade incentiva reformas justas. Não existe solução para a questão social fora do Evangelho" (CIC, 1896). "Toda a autoridade vem de Deus, e as que existem são estabelecidas por Ele... Pertence ao Estado defender e promover o bem comum da sociedade civil. O bem comum de toda a família humana exige uma organização da sociedade internacional" (CIC, 1918 e 1927). "As diferenças

gratidão e benevolência, as pessoas que a exercem" (CIC, 1900). "A participação é o empenhamento voluntário e generoso da pessoa nas permutas sociais.

É necessário que todos tomem parte, cada qual segundo o lugar que ocupa e o papel que desempenha na promoção do bem comum. Este é um dever inerente à dignidade da pessoa humana" (CIC, 1913). "A virtude da solidariedade vai além dos bens materiais. Ao difundir os bens espirituais da fé, a Igreja favoreceu por acréscimo o desenvolvimento dos bens temporais a que, muitas vezes, abriu novos caminhos" (CIC, 1942).

A lei moral, a graça e a justificação: "A lei moral é obra da Sabedoria divina... supõe a ordem racional estabelecida entre as criaturas, para seu bem e em vista do seu fim, pelo poder, sabedoria e bondade do Criador" (CIC, 1950 e 1951). "A lei é uma regra de procedimento ditada pela autoridade competente em vista do bem comum... toda a lei encontra na Lei eterna a sua verdade primeira e última" (CIC, 1951). "As expressões da lei moral são diversas e todas coordenadas entre si: a lei eterna, fonte em Deus de todas as leis; a lei natural; a lei revelada, compreendendo a Lei Antiga e a Lei Nova ou Evangélica; enfim, as leis civis e eclesiásticas" (CIC, 1952). "A aplicação da lei natural varia muito; pode requerer uma reflexão, adaptada à multiplicidade das condições de vida, segundo os lugares, as épocas e as circunstâncias... [Porém] a lei natural é imutável e permanente, através das variações da história.

entre as pessoas fazem parte dos desígnios de Deus, que quer que precisemos uns dos outros. Devem estimular a caridade" (CIC, 1946). "A solidariedade é uma virtude evidentemente cristã. Prática a partilha dos bens espirituais, ainda mais que os materiais" (CIC, 1948).

A moralidade dos actos humanos: "A consciência permite assumir a responsabilidade dos actos praticados. Se o homem comete o mal, o justo juízo da consciência pode ser nele a testemunha da verdade universal do bem e, ao mesmo tempo, da maldade da sua opção pessoal" (CIC, 1781). "A formação da consciência é tarefa para toda a vida... Uma educação prudente ensina a virtude... Na formação da consciência, a Palavra de Deus é a luz que mostra o caminho. Devemos assimilá-la na fé e na oração, e pô-la em prática. Devemos também examinar a nossa consciência, de olhos postos na Cruz do Senhor. Somos assistidos pelos dons do Espírito Santo, ajudados pelo testemunho e os conselhos de outrem, e guiados pelo ensino autorizado da Igreja" (CIC, 1785).

A pessoa e a sociedade: "Sociedade é o conjunto de pessoas ligadas, de modo orgânico, por um princípio de unidade que ultrapassa cada uma delas. Assembleia ao mesmo tempo visível e espiritual, uma sociedade perdura no tempo; recolhe o passado e prepara o futuro" (CIC, 1880). "O dever da obediência impõe a todos que prestem à autoridade as honras que lhe são devidas e que rodeiem de respeito e, segundo o seu mérito, de

Subsiste sob o fluxo das ideias e dos costumes e está na base do respectivo progresso. As regras que a traduzem permanecem substancialmente válidas. Mesmo que se negue até nos seus princípios, não é possível destruí-la nem tirá-la do coração do homem; ela ressuscita sempre, na vida dos indivíduos e das sociedades" (CIC, 1958). "A graça é, antes de tudo e principalmente, o dom do Espírito que nos justifica e nos santifica. Mas também compreende os dons que o Espírito nos dá para nos associar à Sua obra, para nos tornar capazes de colaborar na salvação dos outros e no crescimento do Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja... São as graças sacramentais... São, além disso, as "graças especiais", também chamadas *carismas*, segundo o termo grego empregado por S. Paulo e que significa favor, dom gratuito, benefício... Estão ao serviço da caridade que edifica a Igreja" (CIC, 2003). "A infalibilidade do Magistério dos pastores abrange todos os elementos de doutrina, mesmo moral, sem os quais as verdades salvíficas da fé não podem ser guardadas, expostas ou observadas" (CIC, 2051).

Ficámos, deste modo, na posse dos conceitos dogmáticos básicos que nos irão permitir uma leitura mais justa da "ordem moral" que a igreja de João Paulo II se propõe instaurar.

(Continua)



■ Margarida Botelho

O aborto na juventude

Deseducação sexual, fragilidade económica, gravidez precoce e problemas como o da toxicoddependência tornam a juventude um alvo fácil do aborto clandestino.

Apesar do chumbo dos projectos de lei que visavam a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) até às 12 semanas a pedido da mulher, há dados positivos a tirar de todo o processo. Um deles é, sem dúvida, o envolvimento da juventude: se poucos saíram à rua, podemos ter a certeza que muitos foram os que se interessaram, organizando debates, sessões de esclarecimento e abaixo-assinados nas escolas. Não é difícil perceber porquê: a juventude é, sem dúvida, uma das faixas etárias mais expostas ao problema do aborto clandestino. Os jovens iniciam a sua vida sexual progressivamente mais cedo, o que não é acompanhado pela educação sexual, nem em casa nem nas escolas.

Os anticoncepcionais são, além de caros, difíceis de obter para as camadas jovens da população. Nos meios pequenos, por exemplo, a pressão social torna complicado ir à farmácia comprar contraceptivos. E poucos são os Centros de Saúde onde estes sejam distribuídos gratuitamente (como estabelece a lei), menos ainda os que dispõem de consultas de planeamento familiar adaptadas aos jovens.

Não é, portanto, surpreendente que as adolescentes sejam a única faixa etária neste momento em que a taxa de natalidade sobe. Em 95, cerca de 8% dos bebés nascidos no nosso país eram filhos de mães menores de 19 anos. E o drama real das gravidezes precoces indesejadas começa a tomar forma quanto nos lembrarmos, mais uma vez, de números terríveis: 6 mil dos abortos clandestinos de 95 foram praticados por raparigas menores de 15 anos.

A juntar ao desconhecimento, vem a falta de condições económicas. O desemprego afecta especialmente as jovens. A instabilidade no trabalho e as discriminações sofridas pelas mulheres na progressão na carreira não são factores que apoiem a maternidade. As estudantes, e nomeadamente as do ensino superior, dependem quase sempre exclusivamente do sacrifício das famílias para continuar os estudos. Será difícil para uma jovem em qualquer uma destas circunstâncias conseguir levar uma gravidez até ao fim.

Pela despenalização até às 12 semanas

Logo no primeiro dia desta sessão legislativa, o PCP voltou a apresentar na Assembleia da República um projecto de lei que despenaliza a IVG até às 12 semanas a pedido da mulher, por razões económicas, sociais, familiares e pessoais.

A proposta do PCP contempla ainda o alargamento de 12 para 16 semanas nos casos em que a gravidez ponha em causa a saúde física ou psíquica da mãe, e o alargamento para 24 semanas nos casos de violação de mulheres com anormalia psíquica e nos casos em que o bebé possa vir a ser afectado pelo vírus da SIDA.

O projecto de lei contém também propostas que beneficiam casos ainda mais sensíveis em que as jovens se encontram, empurrando-as para os circuitos do aborto clandestino. Nos casos de abuso sexual de menores de 16 anos, a IVG poderia realizar-se legalmente até às 24 semanas. E nos casos de mãe toxicoddependente (um problema que, não é preciso dizê-lo, afecta sobretudo a juventude), a despenalização da IVG seria até às 16 semanas.

Aliada à generalização do planeamento familiar, a aprovação deste projecto de lei tem condições para combater eficazmente o aborto clandestino.

A posição das outras juventudes partidárias

A JCP empenhou-se na luta pela aprovação deste projecto de lei em Fevereiro passado, e não esmoreceu apesar do chumbo. Continua a promover debates sobre o tema, lançou um abaixo-assinado na Festa do Avante! (que recolheu, só nos três dias, mais de milhar e meio de apoiantes) e prepara-se para a discussão que se avizinha. A Ecojovem concorda e apoia também o projecto de lei do PCP.

A Juventude Socialista parece apostada em voltar a discutir a despenalização da IVG no Parlamento. Dizemos «parece», porque a verdade é que ainda não entregou nenhum projecto na Assembleia, apesar do protagonismo que tenta sempre ter neste matéria. Se o futuro projecto seguir as pisadas do chumbado em Fevereiro, a JS defende a despenalização da IVG até às 12 semanas (embora não exija apenas o pedido da mulher) e pretende criar uma rede de Centros de Aconselhamento Familiar (que se sobrepõe ao que já está previsto na lei do Planeamento Familiar).

A Juventude Social-Democrata recusa-se a dar opinião sobre a despenalização da IVG, porque defende que os partidos não têm legitimidade para decidir sobre esta questão. Defende, antes de mais, o referendo proposto pelo PSD.

A JC/Gerações Populares é contra o projecto de lei do PCP, e contra qualquer um que despenalize a IVG. Admite, porém, o estabelecimento de prazos para o aborto por malformações do feto, desde que estabelecido pela medicina. Se nos lembrarmos que considera que a vida começa no acto da concepção e que esta não deveria ser posta em causa, torna-se clara a incoerência em que cai: levando o raciocínio até ao fim, a JC/Gerações Populares deveria ser contra todo e qualquer tipo de aborto.

Resta-nos preparar o agendamento da discussão da lei, e que da sua aprovação chegue a melhoria das condições de vida e liberdades das mulheres.

Portas de entrada

O boato que o *Expresso* pôs a correr sobre o próximo abandono da presidência do PP por parte de Manuel Monteiro, além de ter provocado uma onda de «não confirmo nem desminto» por parte de vários notáveis do PP e do próprio Monteiro, lançou uma outra «vaga de fundo»: a da oportunidade de Paulo Portas assumir, finalmente, a direcção deste CDS/PP criado, ao que dizem, por Paulo Portas tal como Gepeto criou o Pinóquio. Mas que bico de obra! É que, a crer noutros boatos que por aí andam, em relação ao PP o Portas estava paulatinamente

de saída para o PSD, quando agora lhe fazem esta partida de o porem um Portas... de entrada no PP!

As «modas» de Guterres...

O secretário-geral do PS, António Guterres, foi almoçar com numerosos correligionários ao Norte do País para comemorar as vitórias nas eleições autárquicas, juntando, para isso, os concorrentes PS às Câmaras Municipais do País. Apesar de ausências significativas (a do presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, «impedido de estar

PONTOS CARDEAIS

presente por compromissos anteriores», e a do presidente da Câmara de Matosinhos, Narciso Miranda, impedido por «sarilhos» anteriores como uma indicição na Judicária por alegados crimes de burla), António Guterres não perdeu a verve. E, num discurso de improviso, mostrou que não é apenas Cavaco Silva que consegue instalar um oásis na crise nacional. Segundo o secretário-geral do PS, Portugal «está na moda», provoca «o respeito e a admiração na comunidade internacional», os indicadores

devolvem «o orgulho de ser português», hoje somos, «mais um país de imigração que de emigração», o conjunto das receitas fiscais e da Segurança Social «ultrapassa as estimativas iniciais», temos Mário Soares como «uma das figuras europeias», «Portugal é uma voz respeitada e ouvida», o papel do nosso país no mundo deixou de ser «proporcional à nossa área geográfica e ao número de habitantes», «hoje, em todo o mundo, os escritores, actores, pintores e músicos portugueses são respeitados», etc., etc., etc.

Pelos vistos, António Guterres pôs o seu Governo ao espelho e decidiu que o que via era o que «estava na moda», não apenas em Portugal... mas no mundo, o que parece configurar um caso galopante de esquizofrenia política. Entretanto, António Guterres vinha tão embalado na prática de usar o seu cargo público a favor da campanha eleitoral do seu partido que, neste discurso com os seus correligionários, nem reparou que estava ali como secretário-geral do PS e não como primeiro-ministro de Portugal...

... e a opinião dos portugueses

Enquanto António Guterres desenvolvia à mesa dos comensais do PS uma nova

O que prova que o «oásis» que António Guterres vê no nosso país não passa, mais uma vez, duma miragem...

O bloqueio... dos outros

Esta peroração de António Guterres foi um alfofre de originalidades. No meio de tanta prosápia e auto-elogio, o primeiro-ministro disfarçado de secretário-geral também ensaiou um exercício de modéstia e lisura democrática que desembocou, naturalmente, em mais um auto-elogio. E às tantas, deu lições de «cultura democrática», garantindo que o seu Governo respeita «as magistraturas e as autoridades independentes», acrescentando que «nós não encaramos os outros como forças de bloqueio». Só que, mais adiante, o verniz

PONTOS NATURAIS

Versos Comigo Lá Dentro Encontro

Espera. Por instantes esquece os graves problemas.

A incógnita do futuro. As migrações do sul em direcção ao norte. A possibilidade até de uma catástrofe solar. Esquece inclusive a doença grave da tia Margarida.

Sossega um instante e fala-me de ti.

Vamos. De quem tens medo? Ainda quanto tempo vais ficar à espera de ti próprio?

Pessoal

Não penso mal de ti porque pensas diferente do que pensavas se é que pensas, se é que não pensas unicamente no que te convém pensar. Não penses pois que penso mal de ti pois me faria mal se o pensasse.

Não penso mal, nem bem. Simplesmente não penso.

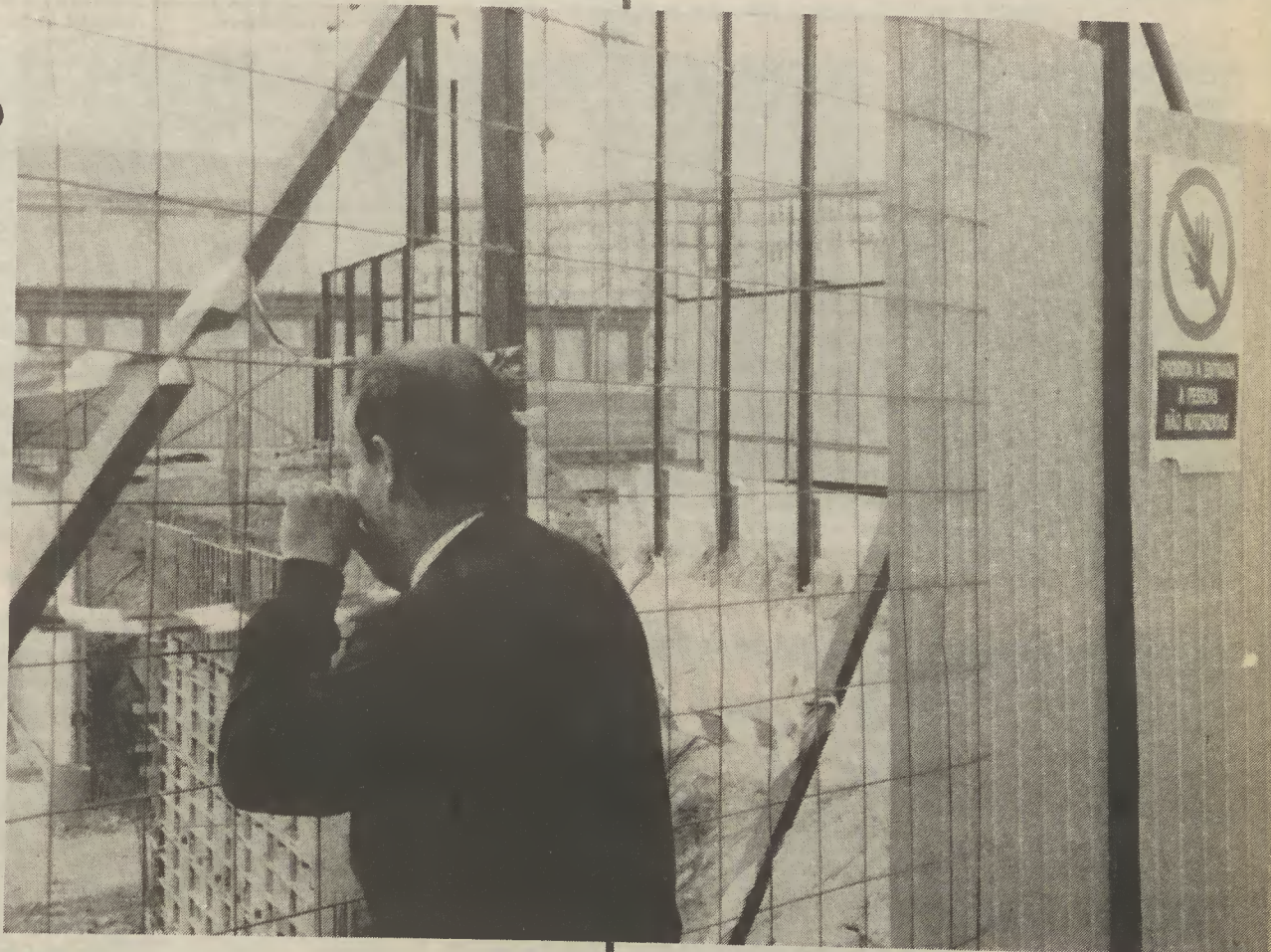
Logo não me existes.

Desafio

Não afiança que a solução ideal para a Humanidade fosse aquela da URSS (aliás nunca pensei que fosse o ideal embora não andasse longe de o pensar e paguei caro para avaliação que depois fiz de mim)

Portanto, não digo. Mas digo que com todos os erros e todos os desvios (e até se quiserem alguns crimes) jamais houve na História

Mário Castrinho



sistema que estivesse mais perto da justiça. Achas que não? Então diz-me qual foi.

Mas diz. Não abanes apenas a cabeça.

Actualidade

Vamos lá ver se nós nos entendemos.

Ferraz da Costa advoga a falência das pequenas empresas o mais rápido possível. Segundo ele, isso é mau para os trabalhadores mas bom para a economia.

Para a economia de quem? Diz ele: para a economia do país. Ora, se é bom para a economia do país como pode ser mau para os trabalhadores?

Não vou perguntar isto a Ferraz da Costa porque ele é um homem da direita. Mas pergunto-te a ti se está ou não de acordo com o Ferraz da Costa. A ti, que és um homem de esquerda e que, como homem de esquerda, hás-de ter uma resposta ou hás-de ao menos tê-la procurado.

Se não, não digas que és um homem de esquerda porque além de não seres um homem de esquerda pode ser que não sejas um homem.

«teoria do oásis» no nosso país, o *Expresso* publicava uma sondagem onde se apurava o que esperam os portugueses da política governamental para este ano de 1998 que agora começa.

Os resultados são elucidativos: 58% acha que «o desemprego vai aumentar», 53% considera que «a inflação não vai baixar» e 55% prevê «conflitos sociais em maior número». Mesmo nos indicadores mais favoráveis, a confiança mantém-se diminuta: 21% acha que «nível de vida não melhora» e 44% pensa que se manterá, 30% considera que «a economia cresce menos do que na Europa» e 39% considera que será igual, 23% acha que «a inflação vai subir» e 53% admite que se manterá e 46% pensa que a situação na «indústria e agricultura» vai piorar, enquanto 34% afirma que se vai manter.

Para quem vive num «oásis», os portugueses estão muito pessimistas em relação ao futuro...

estalou e lá apareceu, no discurso de Guterres, a crítica às «coligações negativas» do PSD e do PCP nas autarquias, tudo para bloquear «o trabalho dos outros» (leia-se PS), dando como exemplo uma mirífica estratégia do PSD no Alentejo com o objectivo de «ajudar o Partido Comunista e os seus candidatos contra o Partido Socialista».

Curiosamente, não descobriu nenhuma «estratégia» nas desastrosas candidaturas do PSD em Vila Franca de Xira, Cascais, Sintra ou na Amadora que, objectivamente, deram a vitória ao PS, em alguns casos «contra o Partido Comunista»... Ou seja: também na modéstia e na cultura democrática, Guterres só vê o que lhe convém.

Quanto ao PS não ver «forças de bloqueio», basta lembrar a atitude que tomou quando o Tribunal Constitucional deu razão à oposição no caso das portagens do Oeste: anunciou, de imediato, que ia reagir contra a decisão. Grande respeito pelas «magistraturas e autoridades independentes», não há dúvida...

TELEVISÃO

Quinta, 8

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.45 Consultório
15.30 Isto Só Vídeo
16.10 Na Paz dos Anjos
16.40 Concurso Um, Dois, Três
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 As Lições do Tonecas
21.25 A Grande Aposta
22.30 Maria Elisa
00.20 24 Horas
01.10 Musical - Especial Phil Collins

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 As Teias da Lei
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.05 O Jardim da Celeste
19.35 Saber É Poder
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery

Sexta, 9

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.45 Consultório
15.30 Os Andrades
16.10 Na Paz dos Anjos
17.25 Todos ao Palco
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Futebol:
Saqueiros-F.C.Porto
23.00 A Grande Aposta
00.30 24 Horas
01.20 Tentação Maldita
(de Strathford Hamilton, EUI/1994, com Jeff Fahey, David Keith, Alison Doody, Philip Casnoff. «Thriller») 03.00 Motores

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 As Teias da Lei
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews

Sábado, 10

RTP 1

08.00 Infantil
12.15 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 A História de Nikita
16.00 3000 Segundos
17.05 Os Andrades
17.35 Superbêbés
18.10 Jet 7
18.50 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
21.15 Futebol:
Belenses-Sporting
23.30 Serviços de Urgência
00.30 24 Horas
01.10 O Rei da Escola
(de Redge Mahaffey, EUI/1995, com Corey Haim, Ami Dolenz, Keith Coogan, Louis Mandylor. Comédia)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.20 Música Maestro
13.05 Companheiros
13.25 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Onda Curta

Domingo, 11

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Kung Fu - A Lenda Continua
16.00 Amores e Rebeldia
16.55 Uma Dupla de Insucesso
(de Glen Salzman, EUI/1981, com Jim Carrey, Adah Glassborough. Comédia)
18.20 Casa Cheia
18.45 Riscos
20.00 Telejornal
20.45 Reis do Estúdio
22.10 A Grande Aposta
23.00 Domingo Desportivo
00.50 24 Horas
01.25 Limites do Terror

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Maravilhas do Mundo Moderno
12.05 Máquinas
12.35 Jornal Jovem
13.00 Sem Limites
13.40 Jornal d'África
14.10 Desporto 2
18.10 Aniki-Bóbó
(de Manoel de Oliveira, Port./1942, com Nascimento Fernandes, Vital dos Santos, Fernanda Matos, Horácio Silva. Ver Destaque)
19.55 Bombordo
20.25 Artes e Letras - «Opus Ensemble»
21.05 Viúvas
22.20 Horizontes da Memória
22.50 Teatro: «Tchekov, A Testemunha Imparcial»
23.50 Vidas do Século - «A Dinastia dos Nehru-Gandhi» (Últ. epis.)
00.50 Aventuras no Reino do Swing

SIC

08.30 Buêrére
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Imagens Reais
14.10 Príncipe de Bel-Air
14.30 Viper
15.30 Os Imortais
16.30 Agarrm Esse Bebê
(de Patrick Read Johnson, EUI/1994, com Joe Mantegna, Lara Flynn Boyle, Joe Pantoliano. Comédia)
18.00 Desporto
20.00 Jornal da Noite
21.10 Chuva de Estrelas
22.10 Salsa e Merengue
23.10 Intruder - Missão de Alto Risco
(de John Milius, EUI/1991, com Danny Glover, Willem Dafoe, Brad Johnson, Rosanna Arquette. Drama / Guerra)
01.10 Último Jornal
01.35 Jô Soares

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português

Segunda, 12

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
10.15 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.45 Consultório
15.30 Nico d'Obra
16.10 Na Paz dos Anjos
17.25 Grande Noite
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Nós, os Ricos
21.25 A Grande Aposta
22.30 Concurso 1, 2, 3
00.50 24 Horas
01.40 Horizontes da Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Thombik
20.05 Hugo
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Sarilhos com Elas
22.00 Jornal 2
22.30 Tex Avery
22.35 A Leste do Paraíso
(de Elia Kazan, EUI/1955, com Julie Harris, James Dean, Raymond Massey, Richard Davalos, Burl Ives. Ver Destaque)
00.30 Falatório
01.25 O Crítico

SIC

08.10 Buêrére
10.30 Ponto de Encontro
11.30 Receitas do Dia
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.50 Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Pensão Estrelas
17.00 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
21.50 Roda de Milhões
23.30 O Agente Secreto
(de Hugh Wilson, EUI/1994, com Shirley MacLaine, Nicolas Cage, Austin Pendleton, Edward Albert, Jr.. Ver Destaque)
01.20 Último Jornal
01.45 Dakar
02.00 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
11.35 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGuyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Profiler
23.00 Linha de Fundo

Terça, 13

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
10.15 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.45 Consultório
15.30 As Lições do Tonecas
16.10 Na Paz dos Anjos
17.30 Made in Portugal
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal



«Fado, Sombra e Luz», um documentário, quarta-feira na RTP2

21.00 Não Há Duas sem Três
21.25 A Grande Aposta
22.30 Herman Enciclopédia
23.45 Contos Proibidos
00.25 24 Horas
01.15 Magacine

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.05 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.35 Ellen
22.00 Jornal 2
22.30 Tex Avery
22.35 Fúria de Viver
(de Nicholas Ray, EUI/1955, com James Dean, Natalie Wood, Sal Mineo, Jim Backus, Ann Doran. Ver Destaque)
00.25 Falatório
01.20 Duckman, o Trapalhão

SIC

08.10 Buêrére
10.30 Conversas Secretas
11.30 Receitas do Dia
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Pensão Estrela
17.00 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
21.50 Paródia Nacional
23.00 Filhos da Nação
00.10 Último Jornal
00.35 Dakar
00.50 Vermelho e Negro
02.20 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.35 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGuyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Picar o Ponto
23.00 As Vozes da Ira
(de Oliver Stone, EUI/1988, com Eric Bogosian, Alec Baldwin, Ellen Greene, Leslie Hope. Ver Destaque)
00.20 Doido por Ti
01.00 Fora de Jogo
01.15 A Balada de Hill Street

Quarta, 14

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
10.15 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.45 Consultório
15.30 Nós, os Ricos
16.10 Na Paz dos Anjos
17.30 Casa de Artistas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal



21.05 Isto Só Vídeo
21.35 A Grande Aposta
22.25 Enviado Especial
23.25 Bela e Perigosa
(de David Hogan, EUI/1996, com Pamela Anderson Lee, Temuera Morrison, Victoria Rowell. Acção / Ficção Científica)
01.30 24 Horas

RTP 2

14.00 Patinagem Artística - Campeonato da Europa
15.50 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.05 O Jardim da Celeste
19.35 Carolina e os Amigos
20.05 Hugo
21.00 Acontece
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Tex Avery
22.35 Volta, Jimmy Dean, Volta para Nós
(de Robert Altman, EUI/1982, com Sandy Dennis, Cher, Karen Black, Sodie Bond. Ver Destaque)
00.20 Falatório
01.15 Fado, Sombra e Luz

SIC

08.00 Buêrére
10.30 Primeiros Anos
11.30 Receitas do Dia
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.50 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Pensão Estrela
17.00 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.45 Dakar
20.50 Anjo Mau
21.50 Fantasma
22.30 Casos de Polícia
23.30 O Século do Povo
00.30 Último Jornal
00.55 Dakar
01.10 Toda a Verdade
02.30 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGuyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Savannah
22.55 Ruptura
(de Matthew Irmans, EUI/1997, com Stockard Channing, Jennifer Tilly, Scott Glenn. Drama)
00.40 Doido por Ti
01.35 A Balada de Hill Street



Depois de uma série de programas com actuações do Opus Ensemble, no «Artes e Letras» da RTP2 desta semana faz-se a história do quarteto e dos quatro notáveis músicos que até este ano o constituíram

21.00 Acontece
21.30 Cidade Louca
22.00 Jornal 2
22.30 Tex Avery
22.40 E Tudo o Vento Levou
(de Victor Fleming, EUI/1939, com Clark Gable, Vivien Leigh, Leslie Howard, Olivia de Havilland, Butterfly McQueen. Ver Destaque)
02.20 Magacine

SIC

09.10 Buêrére
10.30 Vida de Casal
11.30 Receitas do Dia
13.00 Primeiro Jornal
13.50 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Pensão Estrela
17.00 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.30 Agora ou Nunca
23.00 No Coração do Oceano
00.10 Último Jornal
00.35 No Fim do Mundo
01.55 Vibrações

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.15 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGuyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Cocoon II - O Regresso
(de Daniel Petrie, EUI/1988, com Don Ameche, Wildford Brimley, Courtney Cox, Jessica Tandy. Ver Destaque)
01.05 Doido por Ti
01.35 Lanterna Mágica
02.30 A Balada de Hill Street

19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Guerras no Jornal
22.00 Jornal 2
22.30 Tex Avery
22.45 A Terra dos Faraós
(de Howard Hawks, EUI/1955, com Jack Hawkins, Joan Collins, James Robertson Justice, Dewey Martin. Ver Destaque)
00.45 As Teias da Lei
00.20 O Cerco dos Vampiros

SIC

09.10 Buêrére
10.30 Cenas de Um Casamento
11.30 Receitas do Dia
13.00 Primeiro Jornal
13.50 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Pensão Estrela
17.00 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
22.00 Ponto de Encontro
23.10 Donos da Bola
01.00 Último Jornal
01.55 Os Astronautas

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGuyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 C-16
24.00 Inquérito Fatal
(de Eric Till, EUI/1995, com Jennie Garth, Currie Graham, Costas Mandylor, Billy Dee Williams. Drama)
01.45 Doido por Ti
02.25 Fora de Jogo
02.40 A Balada de Hill Street

(Festival Droopy, 1ª Parte, - curtas-metragens de animação de Tex Avery)
19.30 2001
20.15 Jogo do Alfabeto
21.00 Semana ao Sábado
21.55 O Lugar da História
22.45 Minha Linda Lady
(de George Cukor, EUI/1964, com Audrey Hepburn, Rex Harrison, Stanley Holloway, Wilfrid Hyde-White, Gladys Cooper. Ver Destaque)
01.45 Sinais do Tempo
02.35 Sexo a Sério

SIC

08.00 Buêrére
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Imagens Reais
14.40 A Sentinela
15.40 Marshall
16.40 Aracnofobia
(de Frank Marshall, EUI/1990, com Jeff Daniels, Harley Jane Kozak, John Goodman. Terror / Comédia)
19.00 Bom Baão
19.30 Srs. Doutores
20.00 Jornal da Noite
20.55 Mundo VIP
21.25 Salsa e Merengue
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 Ponto Final
(de David Selzer, EUI/1988, com Tom Hanks, Sally Field, John Goodman, Mark Rydell, Kim Greist. Ver Destaque)

TVI

10.00 Animação
13.00 Gémeas
13.30 Contra-Ataque
15.00 Feed Back
15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
16.45 Regresso a Casa
18.30 F/X: Efeitos Mortais
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Directo XXI
22.30 Causa Justa
23.30 Unidade Especial
(de William Graham, EUI/1989, com Timothy Van Patten, Eddie Velez, John Bolger, Dick Latessa. Comédia Dramática)
01.25 A Balada de Hill Street



Absolutamente a não perder, «Tchekov, a Testemunha Imparcial» - uma evocação da personalidade e obra do grande autor, ilustrada com excertos de algumas das suas peças mais representadas: domingo às 22 e 50 na RTP2

14.00 Cousteau: As Novas Descobertas
14.55 O Céu Como Horizonte
15.45 Adultos à Força
16.30 Regresso a Casa
17.20 Nightman
19.10 Desafios
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Directo XXI
22.20 Africando
23.15 Futebol (Campeonato Italiano)
00.15 A Balada de Hill Street

00.30 Doido por Ti
01.10 Balada de Hill Street

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

E Tudo o Vento Levou

(Quinta, 22.40, RTP2)

Como se sabe, este filme permanece sem dúvida como um dos monumentos do cinema de grande espectáculo, não só pelos impressionantes meios de produção envolvidos e pelo prolongado tempo da sua rotação, mas também pelo impacto absolutamente anormal que provocou no público, permanecendo, durante vinte e seis anos (1940/1966), como o maior êxito de bilheteira dessas duas décadas e meia - facto que o transformou num verdadeiro objecto mítico. Realizado por Victor Fleming com indimentável brilhantismo (e com George Cukor e Sam Wood como colaboradores na sua realização) o filme ficou ainda naturalmente marcado por algumas sequências espectaculares para a época e, sobretudo, pela escaldante interpretação de um par-culto do cinema desse tempo - Vivien Leigh e Clark Gable

Cocoon II: O Regresso

(Quinta, 23.00, TVI)

Na semana passada, a TVI transmitiu mais uma vez uma história de



Clark Gable e Vivian Leigh, em «E Tudo o Vento Levou», de Victor Fleming

cinéfila vai para os papéis desempenhados pelos realizadores-tornados-actores Mark Rydell e Paul Mazursky. Nada de especial, mas dá para passar uma insónia...

Aniki-Bóbo

(Domingo, 18.10, RTP2)

Trata-se de um dos primeiros grandes filmes da História do Cinema por-

é mesmo impossível de aturar! Duas grandes interpretações de Shirley MacLaine e de Nicolas Cage.

As Vozes da Ira

(Terça, 22.30, TVI)

Já é talvez a quarta ou quinta vez que TVI transmite este filme, pelo que não pode ser muito diferente a opinião (porventura drástica ou polé-



Um fotograma de «A Terra dos Faraós», de Howard Hawks



Rex Harrison, Audrey Hepburn e Wilfrid Hyde-White, em «Minha Linda Lady», de George Cukor



Nicolas Cage e Shirley MacLaine, em «O Agente Secreto», de Hugh Wilson



«A Leste do Paraíso», uma das obras marcantes da breve carreira de James Dean

ficção científica em que um grupo de idosos da Flórida aceitava o convite de uns extraterrestres para partirem para o seu planeta em busca da felicidade de uma vida quase eterna. Aproveitando-se das mesmas personagens e desenvolvendo o mesmo material de ficção inicialmente criado pelo argumentista inicial - David Saperstein - o realizador Daniel Petrie tentou, três anos depois, fazer reviver o maravilhoso da história, encenando uma sequência em que os que haviam partido regressam à Terra para passar uns tempos. Mas aquilo que era relativamente interessante e original no primeiro episódio perde-se irremediavelmente nesta continuação, em muitos aspectos falhada, embora se mantenha o intenso prazer de ver actuar actores e actrizes veteranos de tão grande qualidade.



Sandy Dennis, Cher e Karen Black, intérpretes principais de «Volta, Jimmy Dean, Volta Para Nós», de Robert Altman



«Fúria de Viver», o segundo filme do ciclo dedicado a James Dean

A Terra dos Faraós

(Sexta, 22.40, RTP2)

Sem pertencer de forma alguma à galeria de obras-primas de Howard Hawks, Terra dos Faraós é, no campo do cinema de grande espectáculo sobre o Egipto antigo, naturalmente superior aos produtos congéneres, pela qualidade da movimentação da câmara e da encenação, ambas postas, além do mais, ao serviço de um outro tipo de reflexão, também qualitativamente diferente, sobre a ambição, a opressão e o poder. Ainda com um outro bónus suplementar, como aqui temos salientado: a secreta satisfação com que vemos a canastrona Joan Collins acabar «emparedada» no interior da pirâmide de Cheops... E o receio do costume: o de que a cópia, como é triste hábito nas nossas televisões, encurte forçadamente o indispensável formato largo do Cinemascope.

Minha Linda Lady

(Sábado, 22.45, RTP2)

Transposição para o cinema da opereta do mesmo nome de Lerner e Loewe - por sua vez adaptada de Pigmalião, de Robert Shaw - o filme, que mais uma vez abrilhanta uma soirée da RTP2, é uma grande produção maravilhosamente desenhada por Cecil Beaton e realizada por George Cukor. Como se compreenderá, não há muito a acrescentar ao que os espectadores já sabem de cor, sendo justo entretanto realçar mais uma vez os excelentes desempenhos de Rex Harrison, no papel do Prof. Henry Higgins, e de Audrey Hepburn, no papel de Eliza Doolittle.

Ponto Final

(Sábado, 01.55, SIC)

Éis um filme, algo desigual na sua escrita, passado no meio artístico e com Tom Hanks a destacar-se numa composição complexa, que lhe saiu à medida. Menos bem está Sally Field (!), mas outra curiosidade

tuguês e, seguramente, aquele que abriu ao cineasta Manoel de Oliveira as portas da fama. Partindo da observação atenta das evoluções e brincadeiras de um grupo de pobres miúdos de rua da cidade do Porto, o realizador faz transparecer, no fundo, os problemas dos mais crescidos, numa atmosfera ficcional, mágica e documental, que muito fica a dever às correntes neo-realistas. Nos anos 60, o filme seria aclamado no Festival de Cinema de Cannes, na Secção dos Filmes sobre a Juventude. O argumento foi inspirado no conto de Rodrigues de Freitas intitulado *Meninos Milionários*.

A Leste do Paraíso

(Segunda, 22.40, RTP2)

Com a concordância de John Steinbeck - autor do homónimo original literário - o realizador Elia Kazan abordou nesta versão filmada apenas um quarto do romance original, sem deixar entretanto de lhe dar o tom de fresco grandioso que abarca três gerações e conta a história de duas famílias de Salinas Valley, na Califórnia, no início do século. A obra literária forneceu a Kazan alguns temas a desenvolver que lhe eram caros e cujos contornos em alguma medida vivera (as relações com o próprio pai, por exemplo) e o acto de assistir um dia a uma peça de teatro proporcionou-lhe, também, a descoberta do fabuloso intérprete principal - James Dean, a quem este novo ciclo da RTP é dedicado - até então desconhecido no mundo do cinema e que daqui saltou para a fama e para o culto, como veremos na 4ª Feira. Um filme a não perder.

O Agente Secreto

(Segunda, 23.30, SIC)

Um agente dos serviços secretos é encarregado de proteger uma ex-primeira dama dos EUA, incumbência de que, com cada vez maior insistência, procura libertar-se (sem sucesso), não pelo facto de essa tarefa se revestir naturalmente de elevada responsabilidade e complexidade (afinal, era essa a sua profissão) mas, sobretudo, porque, com as suas manias e teimosias, a senhora

mica) já aqui manifestada sobre esta obra de Oliver Stone. Adiante-se, assim, mais uma vez, a ideia de que *As Vozes da Ira*, para além do fascínio que exerce no espectador - porque realizado com mão firme e engenhosa e interpretado com inegável brilho por Eric Bogosian, autor da peça de que foi extraído o argumento -, acaba por se revelar repelente, porque contraditório na sua mensagem por vezes altamente reaccionária.

Fúria de Viver

(Terça, 22.40, RTP2)

No mesmo ano de *A Leste do Paraíso*, James Dean seria convidado por Nicholas Ray para desempenhar um dos principais papéis de *Fúria de Viver* - outro grande filme desta semana televisiva e obra mítica para toda uma geração de espectadores, que fizeram do actor um verdadeiro herói. Aqui, em foco, está o desespero e a falta de perspectivas de uma certa camada da juventude norte-americana. Porventura surgindo hoje aos nossos olhos como um pouco datado, o filme ficou de qualquer maneira como um marco histórico e, para além de James Dean, contou na sua distribuição com jovens actores e actrizes de grande talento, que então despontavam, como Natalie Wood, Sal Mineo ou Dennis Hopper.

Volta, Jimmy Dean, Volta Para Nós

(Quarta, 22.40, RTP2)

A acção desta história (adaptação de uma peça de teatro) localiza-se no Texas, num pequeno clube - o *5 & Dime* - que serve de ponto de reunião de fãs de James Dean, que o haviam fundado há vinte anos, quando ele filmava naquele Estado o seu último filme: *O Gigante*. Trata-se de um filme dramático, poético e mágico, certamente irregular, mas que revela o toque de mestre de Robert Altman e um punhado de brilhantes interpretações.

■ Correia
da Fonseca

A ajuda de Cyrano

Não é preciso ser bruxo para adivinhar que não é simpático falar nesta página de programas vistos graças a parabólicas ou à TV por Cabo, isto é, a programas a que só uma estreita minoria tem acesso. Contudo, às vezes é preciso ou pelo menos conveniente. Porque o desolador panorama da televisão portuguesa não forneceu, ao longo de uma semana inteira, tema suficientemente interessante. Ou porque o que uma estação estrangeira transmitiu parece ter interesse bastante para que se justifique uma referência. Ou ainda porque o que ocorre lá fora, apesar de o panorama global da televisão no mundo estar longe de ser satisfatório, serve por vezes de indício do que a TV portuguesa podia fazer e não faz.

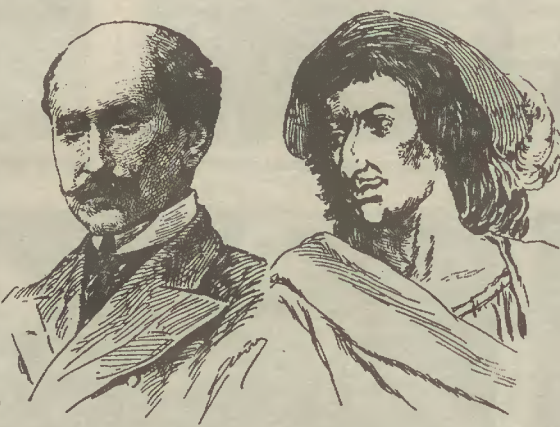
É assim que eu hoje decidi abordar uma emissão que o cabo trouxe ao meu televisor nos primeiros dias deste ano, em repetição do que a France 3 transmitira no anterior dia 29. Tratava-se do centenário de uma peça de teatro francesa que, depois de esquecida durante anos, menosprezada até, dera origem nas últimas décadas a um bom

Uma certa fidelidade

Perguntar-se-á talvez o que temos nós a ver com essa peça centenária que terá sido ou não um título de glória para a literatura dramática francesa. Quem viu alguma das adaptações cinematográficas que foram exibidas entre nós, a do norte-americano Michael Gordon admiravelmente protagonizada pelo porto-riquenho José Ferrer (1950) ou a do francês Jean-Paul Rappeneau com Depardieu no papel principal (1990), sabe que «Cyrano de Bergerac» conta a estória do amor infeliz, mas

do intelectual em sociedade. Do cidadão «engagé» não ainda com uma opção política mas sim com a honra, noção ética hoje caída em desuso, tida como jurássica, mas ainda generalizadamente admitida no final do século passado pela burguesia dominante, já refeita do enorme susto que a Comuna havia sido, hipocritamente reverente perante valores que depois surdamente violava.

É claro que esta transfiguração operada por Rostand sobre a figura da Cyrano de Bergerac não era casual: mais forte que a linha romântica do grande amor que optava pela abdicção estava o paradigma do intelectual que se recusava aos aliciamentos e teimava em bater-se não tanto pela vitória imediata como pela fidelidade aos princípios, afinal forma abstractizada de ser fiel aos outros. Achava Edmond Rostand, sem dúvida, que a construção de uma figura assim, reforçada com outros méritos que completavam a figura do herói (coragem, destreza militar, arrasadora finura do espírito) era, no seu tempo, oportuna, conveniente e necessária. Poderá avaliar-se como a mesmíssima figura, dotes marciais à parte, surge como fascinante para quantos hoje se desgostam com o desprestígio da honestidade intelectual, o alegado anacronismo dos deveres do escritor para com o mundo e a desmotivação que alguns recuos graves semeou no espírito de muitos.



Ed. Rostand.

Cyrano de Bergerac.

...acionada com um v
sassin. Madeleine Robinot, mais conh
ma de Cyrano, pede-lhe que se encontre
ta e pasteleiro, Ragueneau. Cyrano, apes
xonado por Roxane, jamais teve coragem
amor, intimidado pela sua fealdade. □

INTERPRETAÇÃO: Gérard Depardieu, Jacques Weber, Anne Brochet, Vincent Perez e Roland Bertin; **GÉNERO:** Aventura; **ORIGEM:** França; **ANO DE PRODUÇÃO:** 1990; **DURAÇÃO:** 133 minutos; **TÍTULO ORIGINAL:** «Cyrano de Bergerac»; **REALIZAÇÃO:** Jean-Paul Rappeneau.



número de encenações em palco, alguns filmes, adaptações à TV. A peça intitula-se «Cyrano de Bergerac» e o seu autor, Edmond Rostand, não ganhou com ela mais que uma gloriola efémera que não bastou para transformar em sucesso uma vida que aliás foi curta. Talvez nem seja excessivo dizer que o maior êxito de Rostand, o escritor, foi durante muito tempo o ter sido pai de Jean Rostand, o biólogo.

firme, generoso e obstinado, de um escritor seiscentista por uma dama sua prima. Será um tema bonito mas não mais que isso, quer dizer, que não parece nada por aí além. A questão, porém, é que Cyrano segundo Rostand não era um escritor qualquer, cavaleiro da corte e fazedor de textos para agrado de Sua Majestade e seus anexos: era um homem com rigoroso sentido da probidade («de antes quebrar que torcer», como dissera o nosso Sá de Miranda), dos deveres

O título de Aragon

Desculpar-se-á que fale de mim, na certeza de que ao fazê-lo estou na verdade a falar de milhares ou de milhões: durante muitos anos, lembrei para uso próprio dois ou três versos da cena final do «Cyrano de Bergerac». Achava que me era preciso porque, como alguns saberão, nem sequer as circunstâncias deram brilho às esperanças comuns, e não foi só na última década que nevoeiros e sombras vieram toldar a visibilidade do futuro. Restavam então os imperativos de ordem ética e a certeza profunda que o poeta Louis Aragon colocou como título de uma das suas obras em prosa: «Les communistes ont raison». Recordava eu então, contra as vozes supostamente «sensatas», a fala de Cyrano: «Que dites vous? C'est inutile? Je le sais!/Mais on ne se bat pas dans l'espoir du succès / Non, non, c'est bien plus beau lorsque c'est inutile! / (...) N'importe: je me bats! je me bats! je me bats!»

Não quero ter o mau gosto de fazer a tradução inevitavelmente tosca destes versos. Só quer acrescentar que depois de eu os ter encontrado, e ao longo de anos, a luta a que Cyrano podia referir-se obteve várias vitórias que só a força hipnótica de alguns revezes vieram fazer com que alguns as esquecessem. Foram aquilo a que Rúben de Carvalho chamou um dia, nas páginas deste jornal e numa fórmula irónica verdadeiramente didáctica, «os amanhã que já cá cantam», resposta eficaz aos que se divertem a tentar ridicularizar «les lendemains qui chantent». Mas o que veio provar-me que o meu antigo enlevo perante aqueles versos de Rostand não era exactamente um prematuro achaque de velhice foi a surpresa de o ter encontrado, igualzinho, num camarada de vinte anos, se tanto, que os ouvira na boca de Gérard Depardieu, na penumbra de um cinema destes anos 90, e os trouxera consigo, na memória, a reforçarem-lhe a determinação de jovem com «fome e sede de justiça».

Há-de ter sido muito por isso que assisti com tanto prazer à emissão que France 3 dedicou ao centenário de «Cyrano de Bergerac», estreado no Théâtre de la Porte de Saint-Martin em 27 de Dezembro de 1897 (28 de Dezembro segundo a edição de Fasquelle Editeurs, de 1950, que está ali na estante a encher-se de pó e à espera não sei de quê) e objecto de diversas versões audiovisuais, a mais conseguida das quais terá sido a que Claude Barma fez no tempo em que a TV ainda era um bonito projecto também em França. Há-de ter sido por isso que tive pena de que entre nós nem mesmo a TV 2, a tal que quase ninguém vê, se tivesse lembrado do «Cyrano» de Rostand. Porque aquelas palavras suas, porque afinal todo ele, nos são aqui precisos, agora, não direi que como pão para a boca mas talvez que como tónico para a clarividência.

ATALHE DE FOICE Noves fora

Trinta e seis mil e quinhentos contos por trezentas famílias, ora deixa ver, e vai um, noves fora... adiante. O que importa mesmo dizer é que isto é só o princípio, porque no total a ajuda governamental vai ser de duzentos e trinta mil contos para um conjunto de mil quinhentas e doze famílias, o que dá uma média, ora vejamos, e vão cinco, noves fora... adiante. O importante é que governadores civis e secretários de Estado, devidamente acompanhados da imprensa nacional, regional e local, andam por aí a distribuir cheques às vítimas dos temporais de há dois meses, que se são curtos para o tamanho da desgraça, como muitos afirmam, ao menos chegaram em «tempo recorde», como não se cansa de repetir o secretário de Estado da Administração Interna, enquanto se gaba de ser a «primeira vez que o Estado olha para aqueles que mais precisam, já que, normalmente, em situações de calamidade, são privilegiados os interesses organizados».

É obra. Dois meses e tome lá quarenta contos e não se esqueça que é a primeira vez que o Estado... Dois meses e tome lá cem contos... Houve quem chorasse a olhar para o cheque, pensando na casa que foi por água abaixo, nos haveres que deixou de ter, na exploração agrícola perdida. Para que me serve esta miséria?, perguntam-se, sem perceber como o olhar do Estado assim representado num pedaço de papel pode ser tão vesgo para a miséria dos que mais precisam.

Mas houve também, manda a verdade que se diga, quem, precisando menos ou contentando-se com pouco, sorrisse ao cheque em incontida felicidade e muita gratidão ao Governo, que em dois meses, dois, galgou décadas de burocracia para fazer chegar ao destino trinnnta e seiis millll e quinhennntos connnntos. No Alentejo, afirma quem sabe, depois dos temporais também choveram cheques sobre agricultores e comerciantes, cento e tantos mil por mil e tantos, ora deixa ver, adiante... Ninguém tinha motivos para acreditar que depois da fome viria a fartura, e não veio.

Há qualquer coisa de estranho nesta espécie de distribuição de bodo aos pobres. Qualquer coisa de caridadezinha que repugna. Qualquer coisa de encenação que soa a falso. Não porque o Estado não deva acorrer às necessidades dos seus cidadãos, que para os bens do Estado contribuem com o seu trabalho criador de riqueza e com os seus impostos. Mas porque o Estado tem obrigação de repartir o «bolo» com justiça social e não de andar, através dos governantes, a distribuir migalhas.

É claro que os cheques fazem falta a quem perdeu tanto e tem tão pouco poder para repor o perdido. É claro que o dinheiro faz jeito às pessoas em qualquer aflição. Mas o que seria de esperar do Governo seriam medidas de fundo a médio e longo prazo, e medidas eficazes de auxílio no imediato. De que servem quarenta ou cem contos a quem perdeu uma casa? De que serve o «tempo recorde» na assinatura de um cheque a quem perdeu uma vida de trabalho?

Cultivar a política do subsídio-dependente tão do agrado nacional pode dar dividendos políticos a curto prazo, mas não é certamente a melhor forma de desenvolver o País. As contas aí são outras e o problema não é não atinar com os números. O problema é que são sempre os mesmos a pagar a factura.

■ Anabela Fino

ÚLTIMAS

Autonomia e Gestão das Escolas Modas, mitos e uma política errada

A propósito do projecto do Ministério da Educação sobre Autonomia e Gestão das Escolas, Lurdes Silva, membro da Comissão Nacional para as questões da Educação e do Ensino do PCP, prestou ao «Avante!» um depoimento que diz ser da sua «exclusiva responsabilidade, a ninguém mais obrigando». Nele exprime pontos de vista que são fruto da «experiência, reflexão e trabalho» que compartilhou com muitos colegas e camaradas.

«O decreto pelo qual se rege o governo das escolas oficiais portuguesas fez em Outubro passado 21 anos. No decurso da sua vigência não só resistiu a terríveis investidas como se mostrou extraordinariamente plástico: mantendo-se firme nos princípios da participação, da democraticidade, da colegialidade, da elegibilidade, do primado do pedagógico, sempre foi capaz de albergar a inovação, de correr o risco de experiências mais ousadas.

Jamais alguém pôde ou poderá dizer que as escolas são todas iguais e sem identidade ou que não foi feito isto ou aquilo de bom por causa desse decreto. Se o disser é por ignorância ou má-fé.

É natural a reivindicação da autonomia - estádio para que os seres humanos e as organizações tendem à medida que se tornam adultos e responsáveis. No caso das escolas, reclama-se a autonomia por se pensar que, dessa maneira, se podem obter melhores resultados no que respeita à aprendizagem dos alunos.

Para este fim, tudo bem.

Coisa diferente é proceder ao toque de uma moda. Ou seja: a autonomia das escolas compreende-se como um processo de desenvolvimento e responsabilidade e justifica-se para que as escolas cumpram bem a função que a sociedade lhes destinou: a todos oferecer verdadeiras oportunidades de sucesso e a todos garantir as condições de levar por diante uma escolaridade normalmente prosseguida e bem sucedida. Que, no entanto, jamais poderá servir de alibi ao Estado para deixar de cumprir as obrigações a que está constitucionalmente compelido.

Quanto a este aspecto, os projectos do M.E. nada adiantam de positivo relativamente ao que já há e ao que já se faz. Pelo contrário, até podem esconder uma política de fomento das desigualdades e das discriminações. Parece ser o

que espreita por trás dos piedosos contratos de autonomia.

Também não garantem que o M.E. vai parar a produção torrencial de circulares, ofícios, decretos e despachos que tolhem e atulham as escolas.

Quanto a isto, fazer um novo decreto de nada servirá. É bom que se tome consciência de que quando se fala de autonomia isso não quer dizer produzir outro decreto de

menos papéis e projectos-faz-de-conta.

O projecto do M.E. pensa que a autonomia é escrever papéis: projectos educativos, regulamentos internos, planos anuais, contratos. Como se todas as escolas não tivessem um projecto educativo: as escolas são para os professores ensinarem e os alunos aprenderem.

Para haver esses papéis - muitas vezes sem qualquer relação com o que realmente acontece nas escolas - não era preciso esse novo decreto, porque com os velhos é o que não falta.

E veja-se como tem progredido a educação em Portugal!...

Nem pode progredir. Quando o próprio Ministério da Educação gasta milhares de contos a formar professores e depois considera que por se ser pai e encarregado de educação ou aluno já se está em condições de proceder à «coordenação e

gógico, como o próprio nome indica, não seja exclusivamente constituído por especialistas nesse domínio.

Uma nova política

Parece ter-se provado que não é nem necessário nem urgente um diploma do teor do projecto que o M.E. divulgou porque quase não traz nada de novo e o que traz está longe de ser positivo ou útil.

Do que as escolas precisam é de concentração, de trabalho, de estudo, de uma redobrada atenção ao currículo formal para que melhore a qualidade do ensino. De mais investimento.

O projecto do M.E. não surge para responder a uma necessidade real e de natureza estrutural.

Então surge para quê? Temos de o ler até ao fim para encontrar a res-



«Das promessas então feitas/Pouco ou nada foi cumprido/A Paixão foi passageira/O Amor já está falido» - esta a primeira quadra da versão inédita das «Janeiras» que os professores cantaram à porta do 1.º Ministro, na passada terça-feira, denunciando o conjunto de aspectos esquecidos pelo Governo na área da Educação

gestão; quer dizer, isso sim, que os outros, as escolas podem produzir as suas próprias normas de funcionamento. Trata-se, pois, de uma mudança do sujeito instituinte e não meramente do objecto que institui o modo como se faz o governo da escola. Não é esta a natureza do texto dado a público pelo M.E. que é muito mais um regulamento de funcionamento que uma lei-quadro da autonomia.

A ilusão de um mito

A autonomia é um processo e exige meios. Deve ter um lema: mais educação e ensino melhor e

orientação educativa da escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didáctico, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente», é razão para dizer que tudo isto não passa de um absurdo.

Porque importa afirmar sem medos e com clareza: a legitimidade dos professores é uma legitimidade científica e técnica e é no uso dessa legitimidade que exercem o seu múnus profissional. Como uma escola é uma escola, só os professores estão habilitados a decidir no domínio pedagógico-didáctico. Não faz sentido que um conselho peda-

posta: este projecto o que pretende de facto, sob o manto diáfano da autonomia, é encerrar o ciclo da gestão democrática e impor o início de um novo ciclo, um ciclo caracterizado pela crescente desregulação do sistema de ensino e pela concomitante desresponsabilização do Estado. Se fosse a autonomia das escolas o fim em vista não era incongruente a dois níveis:

- não se propunha definir um modelo único para todas as escolas, retirando a cada uma o poder de definir a sua lei interna, recusando-lhe autonomia;

- não se esforçava por, a todo o custo, fazer passar a ideia de que só é possível a autonomia da escola com este modelo de gestão. Esta é uma ideia que convém ao Governo mas que é uma ideia falsa. Tão falsa que se este projecto fosse lei, as escolas e os professores perderiam autonomia.

Está provado que não é, na verdade, um projecto para a necessária autonomia das escolas.

O que se quer é outra coisa. O que consta do penúltimo artigo, do art.º 63.º do projecto: «revogar toda a legislação que contrarie o presente projecto». Eis a chave da questão. Tudo o resto é conversa.»

Comissão Política comenta aumento dos telefones

Há hora do fecho desta edição, o PCP promovia uma conferência de imprensa sobre os anunciados aumentos de preços de bens essenciais, com destaque para as tarifas telefónicas.

Segundo Francisco Lopes, membro da Comissão Política, «O governo deixou passar as eleições autárquicas e agora, no início do ano, está aplicar um vasto e grave pacote de aumentos de preços de serviços públicos. Da electricidade aos telefones e aos correios, das portagens aos transportes e aos passes sociais, todos os serviços estão a ser ou podem vir a ser alvo de aumentos de preços».

Designadamente no que respeita ao aumento dos

telefones, «a situação é ainda mais escandalosa. O Governo e a Administração da Portugal Telecom estão a desenvolver uma campanha sobre aquilo que dizem ser a redução das tarifas quando, na realidade, à parte os malabarismos, verificamos que, com as medidas anunciadas, a conta telefónica da maioria dos portugueses vai aumentar e não pouco. Trata-se de um verdadeiro embuste.»

Na próxima edição retomaremos o assunto com o devido relevo.

Entretanto, nesta edição (página 9) damos notícia sobre as alterações nas tarifas da Portugal Telecom e os aumentos vindos a público.

